

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO

**O CONFORTO DA ORDEM: Hannah Arendt e *Eichmann em*
Jerusalém (das décadas de 1930 a 1960)**

Bruno Abnner Lourenzatto Silveira

GOIÂNIA – GOIÁS - BRASIL

2014

Bruno Abnner Lourenzatto Silveira

**O CONFORTO DA ORDEM: Hannah Arendt e *Eichmann em
Jerusalém* (das décadas de 1930 a 1960)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História (PPGH), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de pesquisa: Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História.

Orientação: Profa. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo.

BRUNO ABNNER LOURENZATTO SILVEIRA

O CONFORTO DA ORDEM: Hannah Arendt e *Eichmann em Jerusalém*
(das décadas de 1930 a 1960)

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Aprovada em _____ de _____ de 2014 pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Profª. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo (UFG)
(Presidente)

Prof. Dr. Carlos Oiti Berbert Júnior (UFG)
(Membro)

Prof. Dr. Julio Cesar Bentivoglio (UFES)
(Membro)

Prof. Dr. Cristiano Alencar Arrais (UFG)
(Suplente)

Agradecimentos

Esta dissertação resulta das pesquisas realizadas entre março de 2012 até fevereiro de 2014. Conteí com o auxílio financeiro da CAPES/MEC para realização e dedicação de tempo integral para a pesquisa e confecção deste trabalho, sendo esta ajuda de profunda importância para a concretização do trabalho final. Sempre contando, devo lembrar, com a gentiliza e disposição do secretariado do programa de Pós-Graduação em História da UFG.

À minha orientadora Fabiana Fredrigo por apostar em minha proposta de trabalho. Pela simpatia, leveza e rigor quando necessário. Sua atenção, acolhimento e presteza foram fundamentais para a realização deste trabalho.

À professora Carmelita Brito Felício que foi quem gentilmente me apresentou Hannah Arendt e pacientemente me orientou nos anos iniciais durante a graduação.

Aos professores Carlos Oiti e Cristiano Arrais pelas duras críticas, porém, combinadas com proposições e caminhos possíveis para superar os problemas e necessidades que este trabalho demandou no momento da qualificação. Para além da qualificação, foram fundamentais no meu processo de formação nos últimos dois anos, onde também devo gratidão aos professores Luís Sérgio Duarte e Rafael Saddi.

Aos colegas que me acompanharam durante o processo de formação nesses últimos dois anos: Roger dos Anjos de Sá, Gabriel de Paula, Carlos Higa e Diovana Ferreira. E também aos amigos do curso de Ciências Sociais: Ariel David, Débora Barros, Larissa Messias e Luiza Oliveira.

Aos antigos colegas de graduação na PUC-GO que sempre me incentivaram e que de algum modo este trabalho possa servir de motivação e alegria: José Maria, Gustavo Borges, Emerson Alexandre, Flávio Santiago, Diego Marques, Matheus Germano, Rudson Silva, Luiza Lima, Patrícia Alves e Tatyelli Lima. Aos professores nestes período inicial que foram fundamentais em minha formação: Antônio Luiz de Souza, Fabiane Costa, Rafaella Sudário, Maria Amélia, David Maciel e Michele Franco.

De ordem mais pessoal, quero agradecer, sobremaneira, minha família. Minha mãe, Nádia, pelo amor incondicional que me faz sentir todos os dias. Meu pai, Robson, pelo respeito aos meus projetos pessoais e por acreditar. Meu irmão, Gabriel, pelo carinho e amizade. À minha companheira, melhor amiga e namorada, sempre presente: Laura Bittencourt Rios. Aos meus amigos pelo incentivo, apoio nas horas

complicadas e pela cumplicidade: Raony Macedo Alencar, Pedro Henrique, Vinícius Duarte e Osmar Magalhães. Aos companheiros de banda e sonhos musicais: Alexander Gomes e Régis Figueiredo.

RESUMO

Em 1933, com o estabelecimento do regime nazista na Alemanha, Hannah Arendt se filiou ao sionismo para enfrentar o regime totalitário. No mesmo ano, fugindo de perseguições contra os judeus, ela segue para Paris e, posteriormente, para os Estados Unidos da América, onde estabeleceu nova residência. Na década de 1960, Arendt vai para Jerusalém como repórter para cobrir o julgamento do ex-burocrata nazista, Adolf Eichmann, encontrado pela polícia secreta de Israel vivendo na Argentina. Nesta ocasião, trabalha como correspondente da revista norte-americana *The New Yorker*, onde publica seus artigos sobre o julgamento. Futuramente, esses artigos seriam reunidos e publicados no livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Esta dissertação procura analisar a elaboração destes textos, levando em consideração a relação de Hannah Arendt com os sionistas, assim como as categorias e conceitos que nortearam sua reflexão durante o julgamento. Para a realização desse objetivo, estabeleceu-se um diálogo entre *Eichmann em Jerusalém* e outras obras da autora, como, por exemplo, *Origens do totalitarismo*.

Palavras Chave: Hannah Arendt, Eichmann em Jerusalém, totalitarismo, política.

ABSTRACT

In 1933 with the establishment of the Nazis regime in Germany, Hannah Arendt joined the Zionism to face the totalitarian regime. Yet in 1933, fleeing from persecutions against Jews, she went to Paris and after that to the United States of America (place where she established her new residence later). In the 60's Arendt returned to Jerusalem as a reporter to cover the judgment of the Nazi's ex-bureaucrat, Adolf Eichmann, found by the secret police of Israel living in Argentina. On this occasion, as the correspondent of the North-American magazine *The New Yorker*, she published her impressions about the judgment. Thereafter, her articles are reunited and published in the book *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil*. This dissertation work aims to solve the complexity which involved the elaboration of these texts, taking into consideration the relation of Hannah Arendt with the Zionists, as well as the categories and concepts previously presented in her works, which oriented her reflection during the judgment. In order to accomplish this comprehensive exercise, a dialogue was established between *Eichmann in Jerusalem* and other works as *The Origins of Totalitarianism*, as well as other articles and texts of Hannah Arendt.

Key-words: Hanna Arendt; Eichmann in Jerusalem; totalitarianism; moral.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1: Hannah Arendt: Trajetória intelectual	21
1.1 – Ação política e exílio na França	23
1.2 – Ação política e exílio nos EUA	36
1.3 – Afirmação intelectual: A cirurgiã do desastre.....	45
Capítulo 2: Escrita e concepção dos textos: o julgamento e a proposta de <i>Eichmann em Jerusalém</i>	63
2.1 – Uma espectadora complexa	64
2.2 – O julgamento espetáculo	73
2.3 – Compreendendo Adolf Echmann	81
2.4 – Singularidades: A questão do juízo e a potencialidade do passado.....	94
Considerações finais	103
Bibliografia	107

Introdução

O presente trabalho procura responder o seguinte problema: como Hannah Arendt chega em Jerusalém para cobrir o julgamento do ex-burocrata nazista, Adolf Eichmann? Esta pergunta é fundamental para compreendermos a obra de Hannah Arendt, *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Para realizar este exercício, em um primeiro momento, expusemos as relações que Hannah Arendt estabeleceu com o único movimento político que se envolveu. Tratamos, então, de analisar como Hannah Arendt se envolveu com o sionismo e quais experiências políticas advieram desse envolvimento político. Em seguida, fomos até a obra da autora, sobretudo *Origens do totalitarismo*, para que pudéssemos averiguar quais categorias desenvolvidas por Hannah Arendt orientaram sua ação e concepção dos textos elaborados durante o julgamento de Adolf Eichmann em Israel, ocorrido na década de 60. O recorte temporal (que abarca as décadas de 30 a 60) procura dar conta desta trajetória intelectual de Hannah Arendt, considerando desde a ascensão de Hitler, até sua participação no julgamento em Jerusalém.

Iniciei minhas pesquisas com Hannah Arendt em 2008, quando ainda era aluno da graduação. Neste momento, as pesquisas sobre Hannah Arendt se encontravam avançadas e consolidadas. Especificamente o *Grupo de Estudos da Democracia*¹ (GED) já pesquisava Hannah Arendt. De fato, os membros do grupo de pesquisa estavam conectados com outros campos do conhecimento que não a História. Havia professores predominantemente do curso de Filosofia, onde de fato, Hannah Arendt é mais estudada. Por parte dos alunos de iniciação científica, além dos cursos de filosofia, também havia pessoas da área da educação, comunicação e das relações internacionais.

Coube a mim, um aluno de história, pesquisar como esta escritora da política olhava para a história. Trabalhei, então, durante a graduação, como aluno de iniciação científica, sobre este ponto específico no pensamento de Hannah Arendt: o diálogo com o entendimento dela acerca de como deveria operar a História diante dos eventos totalitários. Em seu livro *Origens do totalitarismo*, Hannah Arendt apresenta como “eventos totalitários” os regimes nazista alemão e o stalinismo soviético.

¹ O Grupo de Estudos da Democracia (GED) era baseado na PUC-GO, especificamente nos departamento de Filosofia (FAFIL), na época, coordenado pela professora Helena Esser dos Reis.

O produto final deste exercício de pesquisa foi minha monografia defendida em 2009. Neste trabalho, basicamente lidei com a obra *Entre o passado e o futuro*, alguns elementos do livro *Origens do totalitarismo*. A proposta era compreender as relações da obra de Hannah Arendt com a História, comparando suas noções as de Walter Benjamin. Fundamental era entender como ela lidava com a História, indicando sua dívida para com o pensador alemão da Escola de Frankfurt.

Passei então a conhecer mais trabalhos de Hannah Arendt. Deparei-me com outros livros como *Eichmann em Jerusalém*, *A condição humana*, *Sobre a Revolução*, *Homens em tempos sombrios* e também me detive sobre as biografias, que me colocaram em contato com a trajetória desta intelectual expatriada. As biografias me convenceram de como a condição de estrangeira foi fundamental para seu pensamento. Outro aspecto que fica muito claro durante todo contato com a obra de Arendt é como a política e os eventos totalitários tornam-se os fios condutores de sua produção. Fui ampliando meu arcabouço acerca das diversas possibilidades que esta autora me apresentava, ao mesmo tempo em que fui buscando para Hannah Arendt um lugar de pesquisa, no interior da História contemporânea.

A especificidade dessa autora é sem dúvida seu esforço de pensar seu tempo político. O século XX configurou-se como um tempo político complexo, levando em consideração os regimes totalitários, a guerra fria, a bomba atômica e as próprias guerras mundiais. Foi aí então que resolvi trabalhar com uma obra específica, que é *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Este livro foi consequência de sua ida à Israel para cobertura jornalística do julgamento do ex-burocrata do regime nazista, Adolf Eichmann. Essa cobertura jornalística teve como lugar de fala a revista *The New Yorker* que envia essa importante e já consagrada intelectual judia para Jerusalém, com o objetivo de cobrir o julgamento em 1961.

O meu desafio, como havia dito, foi incluir esta autora e seus escritos no campo de pesquisa o qual me vinculo que é a História. Foi então que resolvi esta questão ao tentar explorar Hannah Arendt e alguns de seus escritos como fonte encaminhando questões e problemas de natureza histórica. E foi o que fiz com *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Procurei pensar como este conjunto de relatos me ajudaria a construir uma narrativa sobre a tentativa de julgar os crimes e atrocidades do século XX. E então iniciei esse exercício, obviamente, sem esquecer as inúmeras particularidades que envolviam esta fonte, a começar pela polêmica que envolveu principalmente a comunidade judaica.

Percebi nesse momento, o de intimidade com o texto que elegi como fonte, os inúmeros caminhos que poderia percorrer. O meu problema inicial, muito voltado para a questão da ética e da política dentro dos regimes totalitários, acabou por desembocar em outro ponto. O que aconteceu é que a fonte foi ganhando corpo na pesquisa. O medo de abandonar o meu problema inicial foi dando lugar ao entendimento de que esta fonte precisaria de um tratamento muito cuidadoso e que há um espaço significativo para pensar seu cenário de produção (e o de recepção, que aparece, mas, certamente, necessita de aprofundamento em pesquisas futuras). Todo texto, obviamente, têm suas particularidades e isso não é a grande novidade, mas novo é perceber e compreender onde estariam esses elementos na fonte que eu escolhi pesquisar.

Após sugestões e discussões, sobretudo depois da qualificação, partimos para um alinhamento mais específico. Percebemos que o problema estava encaminhando para uma história intelectual de Hannah Arendt, tendo como centralidade a obra *Eichmann em Jerusalém*. A pergunta, que passou a interessar foi a seguinte: como Hannah Arendt chega ao julgamento em Jerusalém? E para seguir com este problema, exploramos obras anteriores que poderiam colaborar para um exercício de compreensão mais denso da obra em questão. Entendendo, também, logo em seguida, que deveríamos localizar as particularidades e como conceitos anteriores foram sendo ajustados a esse novo cenário que foi o julgamento. Enfim, em nossa opinião, Hannah Arendt é influenciada por questões anteriores, mas também precisa se reposicionar e ativar novas formas para compreender aquele evento e suas implicações (o julgamento e os relatos que reacomodavam sua análise de *Origens*).

Durante as duas partes iniciais do primeiro capítulo, elegemos dissertar sobre a trajetória de vida e a participação política de Hannah Arendt contra o totalitarismo. Este esforço se configura à luz do problema inicial, entendendo que é de fundamental relevância estar informado sobre as relações que Hannah Arendt estabeleceu, desde 1933, com o sionismo, passando pelo seus exílios na França e nos Estados Unidos da América. O intuito é estabelecer um diálogo com o leitor, nem sempre iniciado no pensamento da autora e, ao mesmo tempo, poder corroborar a hipótese do trabalho, que vale repetir: o julgamento de Eichmann permite a Hannah Arendt definir singularidades históricas que a encaminham para uma reflexão sobre o julgar e o pensar. Isto é uma novidade, incitada pelos distintos aspectos que puderam ser observados, quando do julgamento de Eichmann, ao qual Hannah Arendt assistiu

como correspondente. Na singularidade, no entanto, Hannah Arendt carrega uma permanência, fruto de sua trajetória política e intelectual, por isso, retornamos à análise de *Origens do totalitarismo*, ainda no primeiro capítulo.

O segundo capítulo, continuando com o objetivo de compreender a obra *Eichmann em Jerusalém*, é o momento onde iremos dialogar com a fonte confrontando com a própria trajetória intelectual e política discutida no primeiro capítulo. Afinal, como vai se configurar o exercício de compreensão de Hannah Arendt durante o julgamento? Podemos perceber que as antigas categorias pensadas em *Origens* vão reaparecer em *Eichmann em Jerusalém*, mas rearticuladas com este momento específico. Também, no segundo capítulo, procuramos discutir as singularidades que envolvem a obra *Eichmann em Jerusalém*, considerando, além dos artigos sobre o julgamento em si, adicionando também, o *pós-escrito* e textos posteriores que acabam por retomar as questões pensadas durante o julgamento, sobretudo no que tange à responsabilidade e a moral dentro dos regimes totalitários.

Nesse sentido, partindo do pressuposto colocado por Pierre Bourdieu (2002), demonstramos o campo de atuação e a experiência social da autora. Para Bourdieu, o mais importante no que se refere ao texto e às suas interpretações, não está restrito ao que o autor exprime. É fundamental também levar em consideração o âmbito relacional entre os agentes e as instituições. Essa relação é elementar para compreendermos as tomadas de decisões e a forma como o autor se posiciona no texto.

Chaim Perelman em *Retórica* (2004) chama a atenção para a importância de se levar em consideração o papel que o público, ou a audiência, possui na confecção dos textos elaborados. A elaboração do argumento e das ideias relaciona-se aos diversos agentes presentes na ocasião de produção discursiva. Nesse sentido, há também um importante caminho para pensarmos a relação entre elaboração do argumento com o público. Mais uma vez, fica clara, a importância em tentarmos mapear a relação entre Hannah Arendt e a relação tensa que ela estabelece com a comunidade judaica, e como este fato vai ser importante, quando de sua chegada em Jerusalém para o julgamento.

O conforto da ordem, título escolhido para este trabalho, faz menção ao argumento que elaboramos ao realizar o diálogo entre *Origens* e *Eichmann em Jerusalém*, sobretudo no que se refere ao que Arendt denomina de homem-de-massa que prefere o conforto de uma ordem burocrática, ideológica e de orientação

temporal. A ordem, aqui, diz respeito ao ato de abrir mão da dinâmica da vida pública, ao processo da pluralidade política e ao ato de reduzir a vida humana em categorias bem definidas. Enfim, *o conforto da ordem* remete a um processo maior que o indivíduo, que é quem, porém, abre mão de sua liberdade que não é apenas política, mas que, por ser política, vincula-se à liberdade de pensar e julgar. Essa reflexão está presente tanto em *Origens* quanto em *Eichmann em Jerusalém*, mas em cada obra se manifestará de uma maneira respondendo às dinâmicas particulares de cada momento.

Basicamente, para introdução, cabe definir que *Eichmann em Jerusalém* é um conjunto de relatos produzidos por Hannah Arendt quando enviada, em 1961, pela revista estadunidense, sediada em Nova York, *The New Yorker* para cobrir o julgamento do ex-burocrata do regime nazista, que foi encontrado na Argentina. Neste momento de sua vida, Hannah Arendt é uma professora universitária e cidadã norte-americana. Faz parte de um grupo de judeus que fugiram da Europa para os EUA e mantém intensos laços com este grupo. Ela presencia o julgamento e reúne documentos fornecidos pela corte, retorna para sua casa, e então, produz os textos que foram publicados primeiramente na revista, e depois reunidos e publicados em livro.

A política, como sendo tema central no pensamento de Hannah Arendt, pensada a partir da experiência totalitária que Arendt discute em *Origens do totalitarismo* e em artigos produzidos durante a década de 40 e 50 para tratar do problema dos judeus europeus desterrados de sua terra, será fundamental para a análise da obra *Eichmann em Jerusalém*. Hannah Arendt pode ser enquadrada entre os pensadores e pensadoras que refletiram sobre a crise do político, sobretudo no que se refere ao projeto de modernidade e suas inclinações para a política. Para ela, especificamente, esta crise do político estava relacionada com a incapacidade do sistema partidário e dos partidos políticos europeus de não conseguirem incorporar os cidadãos ao debate político, nas tomadas de decisões e nos projetos públicos. Este problema aprofundou a decadência de algo fundamental para ela: os espaços públicos. No espaço público, os indivíduos deviam se colocar em ação através do discurso, defendendo e construindo consenso. Suas ideias estão, nesse sentido, orientadas por uma formação filosófica clássica, que é usada para investigar o totalitarismo, que abole a política.

A temática da moral, do juízo e do julgamento dos crimes de guerra cometidos será associada a um quadro histórico que chamamos de contemporâneo. Nesse

sentido, refletir sobre a moral dentro dos regimes totalitários é também passar pela discussão acerca do que foi e como o século XX, orienta nossas carências históricas (RUSEN, 2010)². Então, o que se configura aqui é uma reflexão que nasce a partir de uma questão que é a necessidade de qualificar as catástrofes que circunscreveram o século XX.

Historiadores e analistas que pensaram o século XX adjetivaram este como um período catastrófico. Essa narrativa está em sintonia com uma ideia de declínio europeu que encontrou seu apogeu na chamada Bela Época. A catástrofe fica circunscrita nos eventos correspondentes às guerras mundiais, os eventos totalitários nazistas, fascistas e stalinista e a guerra fria que demarca a bipolarização entre capitalismo e socialismo. Ainda em consonância com esta discussão acerca do século XX, outro adjetivo frequente na descrição deste passado é a ideia de barbárie. Esta última colocada pela escola de Frankfurt, pensando o regime totalitário na Alemanha. Entretanto, essa adjetivação catastrófica³ deve ser examinada e problematizada e não tomada como casual ou como um fato consumado. Ultrapassar esta demarcação e identificação realizando assim uma qualificação acerca da catástrofe é algo fundamental para elaborar uma consciência histórica e uma narrativa complexa acerca do século XX e contribuir para o debate historiográfico acerca do período contemporâneo. Tony Judt em *Reflexões sobre um século esquecido (1901-2000)* aponta que precisamos lidar de uma forma outra com o nosso passado recente. A ideia de uma superação fatalista e inevitável acerca do perigo que nos rondou em um tempo

² Sobre a ideia de carência histórica, conceito de Rusen em *Razão Histórica* (2010), Arthur Assis em dissertação sobre a temática define: Para Rösen, a participação de carências de orientação temporal na tábua dos elementos constitutivos de todo pensamento histórico é o evento determinante da atualidade das histórias. Es sa atualidade diz respeito ao fato de que o pensamento histórico sempre se refere ao horizonte de presente do qual se conduz sua execução. Não deve causar nenhum espanto essa afirmação de que histórias não se relacionam exclusivamente com a dimensão temporal do passado. Elas, em verdade, falam do passado, mas falam dele, para que esse falar tenha sentido para o presente e libere, ao mesmo tempo, possibilidades de futuro. Histórias somente têm sentido, quando implícita ou explicitamente tematizam, em um presente, os nexos que vinculam o passado ao futuro em uma representação da continuidade do fluxo temporal, que rememora o passado, constituindo e consolidando identidades. (ASSIS, 2004, p. 21-21)

³ Aqui estou amparado em um pressuposto fundamental do projeto de pesquisa *História, Memória e Testemunho: Uma análise sobre as paixões políticas no XX* coordenado pela professora Fabiana de Souza Fredrigo o qual este trabalho está vinculado. Há de se localizar temporalmente esta interpretação que denomina este período de catastrófico, compreendendo que esta mesma está circunscrita em um cenário de otimismo e progresso em relação ao future.

não muito distante prevalece nas interpretações acerca do passado. Passamos do século XX para o XXI sem carregar de fato o peso deste perigo superável, aponta o autor:

A descrição desta representação lapidar do século passado como um período horrível e incomparável do qual felizmente emergimos não é o problema – o século XX foi em muitos aspectos uma era que talvez não tenha par nos registros históricos. O problema é a mensagem: que tudo isso ficou para trás, que seu significado é claro, e que agora podemos avançar – livres dos erros do passado – para uma era diferente e melhor. (JUDT, 2010, p. 16)

Precisamos de uma ligação com o passado que seja diferente desta que Tony Judt chama de “muita confiança e pouca reflexão”. Certamente que uma narrativa mais complexa acerca do chamado passado recente é um dos caminhos possíveis para a construção de outra relação com o chamado “século catastrófico”. A desconfiança da qualificação catastrófica para se pensar o século XX é um passo nessa construção de um passado complexo. E, em segundo lugar, explorar fontes que nos respondam questões acerca do problema dos julgamentos, a vivência totalitária e da ética dentro dos regimes totalitários é um dos caminhos para alcançar o objetivo de dissecar a qualificação catastrófica. Portanto, está também em jogo para Tony Judt, no fim das contas, uma outra memória acerca do século XX e outro olhar sobre o passado que orienta as ações humanas no futuro.

O totalitarismo como conceito surge com o esforço de interpretar as experiências políticas de governos radicais na Europa. É recorrente nas interpretações acerca do fascismo italiano em 1919 com Mussolini no poder. Oposicionistas de Mussolini utilizavam o vocábulo para caracterizar a forma deste governo que pretendia um controle total acerca da vida individual e coletiva. Mas foi sobretudo com o nazismo que o conceito passou a se figurar, primeiramente, em autores como Raymond Aron e Franz Neumann para interpretar a experiência alemã.

A palavra *total* remete à noção de totalidade, uma espécie de controle total. No caso de um Estado totalitário imagina-se um Estado com capacidade que possa controlar tudo e todos, incorporando uma espécie de poder sem limites. O Estado totalitário rompe, então, com uma concepção de política e lei em que os acordos legais garantiriam uma limitação ao poder. Os indivíduos abririam mão de uma

autonomia em troca de um Estado que tudo poderia ordenar. Nesse perspectiva não haveria lugar para a autonomia.

O debate acerca da responsabilidade dos indivíduos que participaram dos regimes totalitários de modo deliberado e judicial é iniciado em Nuremberg em 1945 com o julgamento de burocratas, médicos, juristas e membros do governo nazista. A lógica da defesa dos acusados repousa sob uma ideia de Estado total que legitimava as suas ações, e os indivíduos ali presentes eram parte dessa totalidade. Como só faziam parte da engrenagem de um sistema amplo, os acusados queriam se passar apenas como cumpridores das leis nacionais de seu país. A ordem era um lugar seguro para estes indivíduos, principalmente quando foram exigidos a posteriori durante o julgamento a argumentar e discutir o que motivaram suas ações.

Nesse sentido, a retomada dos debates acerca da culpa e responsabilidade dos que participaram do regime nazista volta à tona com, primeiramente os julgamentos de Nuremberg e também depois com a captura de outro nazista que é Karl Adolf Eichmann. A abertura do processo chamou atenção do mundo onde imprensa, intelectuais e sociedade civil voltaram-se o olhar para Jerusalém. Entre estes, estava Hannah Arendt. Ao descobrir a captura de Eichmann, Arendt de imediato demonstra interesse em participar da cobertura do evento e ir pessoalmente para Jerusalém.

Marcado pela polêmica por tratar de questões sensíveis a imagem de grupos sociais como a participação de lideranças judaicas durante o nazismo, o relato de Arendt é entendido aqui para além dessa controvérsia. É abordado no livro, também, questões como estratégias da defesa e acusação, a teatralidade a qual está inserida a “casa da justiça” com a arquitetura que soa como um espetáculo, as personalidades dos juízes e promotores, o espetáculo da mídia israelense e mundial, porém, sempre com o foco em Eichmann que é tratado em um capítulo da obra como um cidadão respeitador de leis.

Para se referir a Eichmann no penúltimo capítulo da obra a autora utiliza a expressão “*banalidade do mal*”, fato que também gerou grande controvérsia por interpretarem que Arendt colocou o ex-burocrata nazista como um mal menor diante dos horrores cometidos durante o regime totalitário alemão. Ora, esse viés interpretativo não se sustenta ao examinarmos obras posteriores como em *A vida do Espírito* onde Arendt retoma as questões acerca da sua experiência com o presente no julgamento de Eichmann e afirma que o que mais a gerou um incômodo nela foi quando se olhava para o réu e não se via um mal encarnado ou o indivíduo diabólico,

mas o que se via era um ser superficial. Essa superficialidade do indivíduo reconhecida em Eichmann “tornava impossível retraçar o mal incontestável de seus atos, em suas raízes ou motivos, em quaisquer níveis mais profundos” (Arendt, 2002, p.5). Não havia em Eichmann opções teóricas ou ideológicas que norteavam suas ações, pelo contrário, “A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma motivação” (Arendt, 1999, p. 310).

A questão moral fundamental a qual no referimos baseado no relato de Hannah Arendt trata-se da moralidade dentro do Terceiro Reich, onde a normalidade compactuou com o horror da morte de milhões. A ética entendida como conjunto de valores que orientam os indivíduos em sua vida prática passa a assumir uma face tenebrosa. O Terceiro Reich transformou o Estado de exceção, que era para ser um momento de passagem e rápido, em um intervalo permanente, tornando-se portanto e normal o que antes era incomum como coloca AGAMBEN(2004). Eichmann, então, não era uma exceção dentro do regime nazista justamente por sua normalidade superficial, e somente as exceções dentro do regime poderiam agir de maneira diferente. O que se via era um ser que mediava toda relação com o outro através de clichês, onde sua operação intelectual sempre baseava-se em bordões ou frases feitas. A falta de imaginação, aliada com a desconexão do mundo que a burocracia nazista proporcionou, geraram um mal à humanidade sem precedentes e essa é a lição para que Arendt quer chamar atenção no que se refere ao julgamento de Jerusalém.

O réu se coloca como mero funcionário cumpridor de leis. A tentativa de unir consciência e maldade a fim de encontrar um culpado parecia não funcionar. Apenas uma peça na engrenagem do regime nazista? Muitos poderiam e se questionaram. Arendt nesse momento faz uma leitura da burocracia: “a essência do governo totalitário, e talvez a natureza de toda burocracia, seja transformar homens em funcionários e meras engrenagens, assim os desumanizando” (Arendt, 1999, p. 313).

Os relatos de Hannah Arendt acerca do julgamento de Adolf Eichmann é um rico lugar para mergulharmos na acidez dessa escritora que sempre estava em movimento e não se contentava com a estabilidade dada. A sua marca era o exagero e a sensibilidade de fazer aparecer o estranho. *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal* irá convidar o leitor para o estranhamento uma vez que Hannah Arendt dá voz e enuncia o que todos queriam silenciar que era a normalidade e banalidade de Eichmann.

Os relatos produzidos em torno do julgamento de Eichmann não fogem a regra e demonstram uma Arendt fornecendo uma interpretação única em torno da atuação de um homem em meio ao totalitarismo. Afinal até que ponto podemos culpar e responsabilizar os sujeitos envolvidos nas operações dentro do totalitarismo? Quem era esse Adolf Eichmann que o Estado de Israel e que a promotoria o acusava de principal carrasco dos judeus? Poderia ser culpado pelo seus atos? Como se materializou este julgamento em Jerusalém? O que levaria indivíduos absolutamente normais do ponto de vista psicológicos e de condutas aceitáveis socialmente aderirem a esse empreendimento totalitário? O totalitarismo ao inviabilizar a política e pretender um controle total sob os indivíduos, invertendo e falindo padrões morais considerados corretos, elimina a atuação do particular? Essas são questões que podem colaborar para uma narrativa complexa e mais completa acerca dos regimes totalitários e do chamado período catastrófico, e que de uma forma ou de outra, procuramos percorrer. Obviamente que é não é objetivo ou pretensão deste trabalho resolver ou precisar todas esses questionamentos que borbulham ao lidarmos com tal tema, e mais, tem-se total noção dos limites ao escolher responder este problema via os relatos de Hannah Arendt. Por outro lado, não se pode negar a relevância em convidar via questionamento histórico um conjunto de relatos rodeados de pormenores e perspectivas para debater tais questões.

Em suas duas primeiras obras, *Origens do totalitarismo* e *A condição humana*, Hannah Arendt se debruça acerca de questões acerca da política e identifica como o século XX é testemunho de um recuo da política democrática amparada nas tomadas de decisões coletivas e nas ações dos sujeitos, concordando aqui com André Duarte que aponta que:

O século 20 testemunhou o obscurecimento da experiência democrática radical, caracterizada pelo envolvimento coletivo dos cidadãos por meio de atos e palavras, tanto em função da burocratização e do crescente uso da violência por parte do Estado, elevado ao paroxismo no fenômeno totalitário, quanto em função do processo histórico de privatização do espaço público, isto é, pela sua transformação estrutural no espaço social das trocas econômicas de uma sociedade constituída por indivíduos reduzidos a função de trabalhadores-consumidores. (André Duarte, *Dossiê Cult* número 129, p. 47)

Origens do totalitarismo publicado em 1951 e *A condição humana* publicada em 1958 são seguidas da publicação de Eichmann em Jerusalém, mas com o diferencial com o encontro com a figura de Eichmann em carne e osso. Em *Origens*, horrorizada com as descobertas dos campos de concentração e o extermínio dos judeus, Arendt utiliza-se do conceito de *mal radical*⁴. Já em *Eichmann* apresenta de maneira breve o que chamou de *banalidade do mal*.

O tema do mal presente em *Origens* é retomado nos escritos sobre *Eichmann*, mas agora de uma forma particular. O tema do mal que é uma das questões centrais de Arendt em toda sua obra, aparece agora como superficialidade e não como pecado ou perversão. A ideia que Arendt apresenta é a de que o mal pode ser praticado sem qualquer motivação maligna. Nesse sentido, o tema do mal é retirado do âmbito da psicologia, da moral e da religião, sendo agora transportado para a esfera da ético-política.

As reflexões de Arendt no julgamento vão lhe convidar para refletir futuramente acerca do tema da ética e da moral em suas palestras, conferências e até uma publicação inacabada que é seu último livro *A vida do espírito*, interrompido com sua morte em 1975, publicado mesmo incompleto. Para Arendt o que permitia a atitude de homens e mulheres como Eichmann era a falta de pensamento, resultando em um burocrata incapaz de refletir sobre seus atos. Eichmann foi descrito como alguém que não tinha a capacidade de questionar seus próprios atos, perdeu a capacidade de julgar. Esses solitários da sociedade massificada não teriam a capacidade de compartilharem o mundo uns com os outros, perdendo a capacidade de falar sobre o que estão fazendo ou sentido. Enfim, recusam experimentar características marcantes do espírito, que para Hannah Arendt eram três: pensar, querer e julgar.

Para Arendt essa relação com o mal poderia ser uma possível explicação para a violência nas sociedades contemporâneas. Essa violência encontraria respaldo na banalidade, injustiça e ausência de mecanismos seguros que garantiriam a proteção de figuras apátridas e minorias como imigrantes, expatriados, fugitivos, negros, índios e etc. Sem dúvida a figura do refugiado muito em voga na contemporaneidade é

⁴ Tratarei dessa mudança e deslocamento conceitual no decorrer do trabalho onde faremos o debate com a noção de mal Kantiana que Arendt possui, a ideia de mal radical estabelecida em *Origens do totalitarismo* e a noção posteriori de “banalidade do mal” apresentada em *Eichmann em Jerusalém*.

tributária das reflexões de Hannah Arendt que inicia uma intensa atividade de pensamento para interpretar seu próprio lugar no mundo como expatriada e “menina vinda do estrangeiro” como se referia. Tal fato remonta uma reflexão ampliada que não fica circunscrita em um universo alemão e europeu, judeu especificamente, mas sim de ordem universal, permeando um tema muito importante no tempo presente que é a questão da ética, política e da violência empenhada pelos Estados, por exemplo.

A moral e ética do século XX, pensando os regimes totalitários, é uma questão importante para o nosso tempo. A questão é: como se dá a constituição das ações e decisões dos indivíduos quando o mundo aparente, ou seja, o conjunto de regras e valores exteriores ao indivíduo se invertem de maneira descomunal? Os burocratas nazistas responderam a questão apontando para as ordens superiores. Eles se consideravam bons cumpridores de leis. Nesse sentido, demonstram um comportamento prontamente afim de adesão aos novos valores sabotados no regime totalitário como, por exemplo, a escolha de determinado grupo social para ser condenado ao extermínio. O Governo passou, portanto, a ser a referência de ação desses que partilharam as ordens.

O totalitarismo é este evento que, procura fornecer certezas e resolver carências de orientações em todas as instâncias, mas também inverte o mundo de ponta cabeça. Faz uma bagunça na orientação moral, sobretudo no arcabouço burocrático e legal, neste caso, do Estado alemão. Os indivíduos que agem dentro desse sistema, no caso de Eichmann e outros quando julgados acerca da responsabilidade acerca do holocausto e outros crimes cometidos alegaram ser parte de uma engrenagem nacional onde o certo era seguir o determinado. Essa explicação fornece um imaginário de que não haveria lugar para escolha ou liberdade dos que operaram a máquina de fazer matar.

Para navegar é preciso saber pilotar. E o teste de pilotagem, seguindo Sêneca, se daria diante de uma cenário de turbulência. Esses momentos seriam decisivos na constituição de uma ética, de um comportamento considerado justo. O caso de *Eichmann* é interessante para pensarmos como alguns se ajustam rapidamente as turbulências e onde, mesmo dentro de um regime totalitário continuam sim com a capacidade de escolher. Na turbulência alguns escolhem o conforto de algo que pareceria cruel e impraticável. Por isso o título deste trabalho “O conforto da ordem”.

CAPÍTULO 1

Hannah Arendt: trajetória intelectual

As divisões que compõem este primeiro capítulo da dissertação, *Exílio e ação política* seguido de *Afirmação intelectual*, encaminham argumentos e discussões que julgo fundamentais para o objetivo desta pesquisa que é a busca pela compreensão do livro de Hannah Arendt *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Essas duas primeiras etapas corroboram a hipótese de que podemos responder em em quais condições Hannah Arendt chega para cobrir o julgamento de Eichmann em Israel no ano de 1961. Isso significa interrogar-se sobre a trajetória intelectual de Hannah Arendt, buscando interrogar quais temas a acompanharam desde a juventude e se fizeram presentes em sua reflexão, quando da experiência com a guerra e com a imigração. Essa pergunta anunciada é o que move a escrita proposta durante este capítulo.

Seguindo esse problema inicial, utilizaremos como ferramentas de possíveis respostas o diálogo com elementos da biografia intelectual da autora. Ou seja, escolhemos percorrer a vida e obra desta judia alemã que, entre as décadas de quarente e setenta, vive nos Estados Unidos da América. Neste primeiro capítulo, então, apresentaremos e discutiremos simultaneamente, as obras e biografia de Hannah Arendt, estabelecendo interfaces com a fonte principal (*Eichmann em Jerusalém*) e o problema encaminhado por esta pesquisa. Nesse sentido, o que denominados de *Exílio e ação política*, resumidamente, refere-se ao momento de engajamento político desde a instalação do regime nazista na Alemanha, passando por sua estadia na França e depois nos EUA.

A terceira parte deste capítulo intitulada *Afirmação intelectual*, assume um recorte específico que trata da publicação da obra *Origens do totalitarismo*. Consideramos, a título de pressuposto, que este é o período de maior inserção de Hannah Arendt nos círculos universitários, primeiramente nos EUA e depois na Europa. A hipótese de que que alguns elementos presentes nas reflexões de Arendt em *Origens* estão também presentes em *Eichmann em Jerusalém*, de modo que, apesar de não aparecerem de maneira contundente nesta obra da década de 50, a pesquisa e as hipóteses desenvolvidas ajustam e colaboram com a forma como

Hannah Arendt compreende o que acontece durante o julgamento em Israel. Tendo como ponto de partida, *Origens*, podemos ampliar a reflexão sobre *Eichmann*, apontando não só o que é elemento de continuidade na análise de Hannah Arendt, mas, sobretudo, o que singulariza suas reflexões, durante o acompanhamento do julgamento, ocorrido na década de 1960.

E então, conectando os três pontos que constituem o capítulo, propomos compreender como Hannah Arendt se posiciona quando vai para Jerusalém cobrir o julgamento como correspondente internacional para a revista *The New Yorker* – e essa posição não se vincula apenas à posição política da autora, mas à sua produção intelectual anterior, com atenção especial para *Origens*. A hipótese central se configura no sentido de que, podemos compreender a obra *Eichmann em Jerusalém* via a investigação da trajetória intelectual de Hannah Arendt anterior ao julgamento. Essa hipótese, conforme anunciado colabora para uma interpretação das mudanças e permanências no pensamento da autora trabalhada.

Nesse sentido, passando pela infância de maneira breve, fixamos um olhar mais atento ao momento de exílio de Hannah Arendt, primeiramente na França e depois nos EUA. Importantes questões amarradas durante todo o trabalho encontram suporte neste primeiro momento onde trataremos da relação tensa e complexa entre Hannah Arendt e a busca pela solução política para o problema dos judeus. Relação esta que acaba por desembocar no como Arendt vai se posicionar em relação ao Estado de Israel, e em última instância como ela enxerga o julgamento realizado em Jerusalém.

Hannah Arendt irá se ver como eterna expatriada, saindo de país em país e não se vendo em um lugar fixo no mundo depois de sua fuga da Alemanha com o advento do Nazismo. A hipótese central aqui neste primeiro capítulo é a de que os caminhos do exílio e da ação política se confundem, pelo menos até a publicação do livro *Origens do totalitarismo*. Ela aporta nos EUA e mantém contato com colegas judeus e com as organizações judaicas que irá lhe ajudar financeiramente e lhe proporcionar oportunidade de trabalho. Forma-se uma comunidade de emigrantes assim como ocorreu também em Paris. Se afirma como escritora de artigos em periódicos especializados da comunidade judaica e aos poucos vai se tornando persona non grata devido sua postura crítica em relação ao movimento sionista e sua postura contrária ao Estado de Israel. Se coloca como importante intelectual com a publicação de sua obra *Origens do Totalitarismo* e passa a lecionar nas Universidades americanas.

O caráter de pensadora fora dos eixos e sempre pronta para partir de um pensamento que não esteja ancorado dentro dos padrões esperados, ela não irá poupar o seu próprio lugar de pertencimento que é a comunidade judaica. Preocupada com uma solução política para os problemas enfrentados pelos judeus europeus, Hannah Arendt já anuncia como irá pensar sobre a reação, ou melhor, a não reação das organizações sionistas diante de tal questão. Essa relação tensa é importante para pensarmos o estilo ácido que Arendt vai incorporar em seus relatos publicados na revista *The New Yorker* diante do julgamento do ex-burocrata nazista Eichmann capturado vivendo na Argentina e julgado em Jerusalém. Esses artigos serão materializados na publicação *Eichmann em Jerusalém*.

1.1 - AÇÃO POLÍTICA E EXÍLIO NA FRANÇA

“Não se pode dizer como a vida é, como a sorte ou o destino tratam as pessoas, a não ser contando a história”

Hannah Arendt, 31 de maio de 1971

Hannah Arendt passou um bom tempo de sua vida elaborando narrativas biográficas de pessoas as quais, por algum motivo, lhe chamaram atenção. Seu primeiro ensaio biográfico voltou-se para *Rahel Varnhagen – a vida de uma judia alemã na época do romantismo*, escrito nos anos 30, logo após a produção de sua tese, e publicado somente em 1958. A biografia para Arendt se configurou como um meio de investigação para acessar a história e a política. Pensar a trajetória dos indivíduos, recortando aspectos singulares de suas vidas, foi algo que lhe acompanhou durante toda sua trajetória. Outro marco nesse sentido, foi a reunião de ensaios biográficos, que compõem o livro *Homens em tempos sombrios*. Os ensaios tratavam de trajetórias de homens e mulheres pelas quais Arendt se interessou. Os alvos eram desde um de seus mestres, o filósofo alemão Karl Jaspers, seu amigo Walter Benjamin, até figuras públicas como, por exemplo, no campo da religião, o Papa João XXIII.

Nessa obra, e nesse esforço de pensar trajetórias que acompanhou Arendt, o que visualizamos é a realização de um importante exercício que é o de contar histórias de homens e mulheres. Mais do que descrever fenômenos ocorridos no território

individual em sentido cronológico ou preocupar-se em revelar pontos obscuros de determinadas personalidades, o que temos é uma atividade de *storyteller* (*colocar nota explicar o termo?*). O foco e o desejo residente nessas biografias relacionam-se a uma busca pela singularidade de cada uma dessas figuras. Uma biografia que conta histórias. Este trabalho dialoga com o método de Hannah Arendt, visto que contando um pouco sobre sua trajetória, escolhemos elementos que melhor problematizem as hipóteses deste primeiro capítulo.

Um *storyteller*⁵ é um narrador que conta histórias. O papel desse historiador narrador seria o de encontrar as singularidades, os sentidos particulares de cada ação humana e articulá-la com questões que lhe são significativas. Em *Homens em tempos sombrios* o que Arendt faz é pensar a singularidade de atores que, para ela, habitaram períodos sombrios, no sentido de que viram seus mundos desmoronarem com a ascensão dos regimes totalitários, em suas vertentes nazista e stalinista.

Uma bio-bibliografia de Hannah Arendt iniciando este primeiro capítulo é um campo fértil para estabelecer conexões fundamentais entre sua trajetória pessoal, sua produção ensaística, acadêmica, e jornalística com suas inquietações diante de “tempo sombrio”. Se o desafio é não pensar de modo estanque e acomodar-se em uma ideia vaga de contexto, por outro lado, também é preciso levar em consideração uma situação histórica específica experimentada por Hannah Arendt.

Ação política e exílio são os primeiros aspectos que destacarei neste capítulo. Resumidamente, este aspecto procura realçar a postura adotada por Arendt ao tomar nota da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, sobretudo depois das medidas tomadas pelo governo contra a minoria judaica. Uma ação política nasce nesse primeiro momento, mas também se concretiza e se confunde com o período que Hannah Arendt passa exilada na França e nos EUA. Esse é um momento muito importante para discutirmos a ofensiva de Hannah Arendt para com a promotoria que acusava Eichmann do julgamento em Jerusalém. Sendo assim, delimitar a ação considera-se como centralidade que irá balizar e organizar nossa estratégia de

⁵ Não há uma filiação teórica aos outros autores utilizam o termo “storyteller”, cito apenas para remeter à atividade que Hannah Arendt pensa que o historiador deveria seguir. Ela é crítica a concepção de uma História cientificista. Para ela, o historiador deveria se aproximar de uma atividade semelhante ao do narrador e do contador de histórias, por isso utilizei o termo. No Segundo capítulo tratarei com mais profundidade sobre a concepção de História em Hannah Arendt.

argumento a fonte central que escolhemos para trabalhar. Ou seja, realçar elementos da vida e obra de Hannah Arendt conectados com a obra *Eichmann em Jerusalém* é um caminho produtivo para o exercício de interpretação desta obra, sempre articulado com a questão inicial do capítulo que é a tentativa de compreender como Hannah Arendt chega ao julgamento e organiza seus argumentos quando concebe seus artigos sobre tal evento.

O fenômeno totalitário é algo central para compreendermos a trajetória de Hannah Arendt em um mundo fora dos eixos como coloca Courtine-Denamy (2004). Pensá-la apenas como uma filósofa herdeira da tradição filosófica alemã é demasiadamente apequenar e desconsiderar que a centralidade fundamental para Arendt é a radicalidade de seu tempo. Um pressuposto que a própria autora coloca é o de que as reflexões apontadas por ela estão diretamente ligadas a sua experiência de vida, e, com esta deve permanecer em relação, como coloca um comentador importante em obra de introdução ao pensamento de Arendt, Adriano Correia:

Hannah Arendt afirmou mais de uma vez que o pensamento tem de estar enraizado na experiência e só estabelece algo de relevante e significativo se permanece nessa situação. A sua condição de pensadora política dentre as mais destacadas do século XX não pode ser compreendida se pensarmos nela apenas como mais uma herdeira da tradição da filosofia alemã. Ainda que já em seus primeiros escritos refletisse uma preocupação com a existência do homem no mundo mais que com qualquer princípio puramente metafísico, foram os eventos extremos do seu tempo que a atingiram frontalmente e desafiaram sua capacidade de compreender. (CORREIA, 2007, p. 07)

Uma bio-bibliografia percorrendo momentos de Arendt que nos interessa aqui se faz em meio aos seus constantes deslocamentos como pensadora e escritora. É através do que chamamos aqui de *Ação política* e *Exílio* que se pode perceber o estabelecimento dessa intelectual polêmica e considerada fora dos eixos convencionais, tanto no período ativo politicamente quanto dentro do círculo acadêmico. No que se refere à comunidade judaica e sua organização política, o sionismo, Hannah Arendt se mostra como uma figura que incomoda-se com a postura

das lideranças judaicas, e para os acadêmicos, ela era muito polêmica no debate público.

O conjunto de artigos publicados na revista *New Yorker* e reunidos em *Eichmann em Jerusalém* é um esboço do que era Arendt no debate público. Para tanto, neste primeiro capítulo concentraremos um esforço no sentido de contar a história de Arendt. Escolhendo como singularidade central sua formação e ação política que é localizada junto com o exílio para França e EUA. É fora da Alemanha que ela se intensifica na causa sionista e no combate direto contra o nazismo, procurando articular uma solução política direta para o problema dos judeus europeus. Ela atuou dentro de organizações judaicas sempre procurando articular uma solução política para o “desenraizamento” dessa população, mas desde o início se vinculou a uma linha de atuação que não era a predominante dentro da comunidade judaica. Na França ela atuou sistematicamente contra o anti-semitismo e na alocação de jovens judeus em novos territórios, e nos EUA sua atuação se deu mais dentro de grupos judaicos e no jornal *Aufbau* onde defendia suas posturas políticas, propostas e posicionamentos em geral.

Caminhar junto com Hannah Arendt é adentrar em um mundo fora dos eixos (COURTINE-DEMANY, 2004), onde o fenômeno totalitário marca toda sua vida. Outro ponto central para essa caminhada é o aspecto do constante não-lugar que se encontrou Arendt, ou seja, sua condição de estrangeira. Esses dois aspectos compõem as singularidades que pretendo encaminhar para que possamos entender um pouco sobre a vida de uma mulher judia que sempre questionou qual seu lugar no mundo, e teve a resistência como uma constante ação para estar no mundo. Esse sentimento de estrangeira no mundo não se inicia quando sai da Alemanha fugindo do regime nazista, mas sim com sua própria condição de judia.

Hannah Arendt nasceu em Linden, bairro da cidade de Hannover, localizada no Estado da Baixa Saxônia, Alemanha, no dia 14 de outubro de 1906. Seus pais, Paul Arendt e Martha Cohn, são provenientes de famílias que vivem há muitas gerações em Königsberg, região da Prússia Oriental. Seus pais não eram religiosos e eram pouco ou quase praticamente desligados das práticas judaicas. Quando adolescentes, Paul e Martha se filiaram ao Partido Socialista alemão durante a adolescência, sendo este considerado ilegal durante esse período, de modo que a política já se configurava como uma questão presente no ambiente familiar de Arendt. Martha apoiou a Liga

revolucionária espartaquista⁶ organizada por Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo e outros líderes.

Seu avô, Max Arendt, pai de Paul Arendt, era um político local e presidente da comunidade judaica liberal prussiana. Arendt e sua família herdaram essa tradição liberal do avô. Cresce em um ambiente de boa condição econômica e intelectualizado, tendo a oportunidade de ter em casa uma biblioteca com um vasto acervo de filosofia, história, literatura, poesia e política. Nesse sentido, pode-se afirmar que, nessa mesma biblioteca, Hannah Arendt inicia os primeiros passos em direção à sua formação intelectual.

A família praticava os hábitos da cultura judaica, embora encontrassem-se assimilados à cultura alemã. Seus pais, apesar de praticamente não participarem de rituais judeus, permitiam que a filha fosse à sinagoga com o avô. Viveu sua infância e parte da adolescência em Königsberg, a mesma cidade de Kant. Tem uma infância tranquila que é interrompida com a fuga para Berlim em 1914, prevendo a invasão da cidade pelo exército russo. Talvez, pudéssemos situar esse momento como um primeiro exílio em termos de território de Hannah Arendt, algo que, mal sabia, seria uma condição sempre presente em sua vida.

A condição de judia significava para Arendt um não lugar. Ou seja, o estigma de ser diferente é percebido por ela desde muito, marcando toda sua produção e sua maneira de se relacionar com o mundo. André Duarte em um Dossiê sobre Arendt publicado na revista *Cult*, coloca que “esse contínuo sentimento de estranhamento a levou a pensar que somente os párias conscientes de sua diferença representam a verdadeira humanidade”. Já adulta, costumava referir a si mesma citando um poema de Schiller, *Das Mädchen aus der Fremde*, como a menina vinda do estrangeiro, do desconhecido.

Aos 18 anos, em 1924, é aprovada na Universidade de Marburg onde estuda filosofia, teologia e grego. Esse tripé de formação irá permear todo percurso acadêmico de Arendt. A filosofia seria, desde muito cedo um meio para compreender o mundo que a cercava. A teologia veio através de leituras e palestras sobre Kierkegaard, a influência de seu avô e o contato com o rabino Hermann Vogelstein

⁶A Liga Espartaquista foi um movimento revolucionário de cunho marxista fundado por Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo nos anos de 1910, na Alemanha. O movimento é derrotado pelo Partido Social Democrata Alemão.

que era outro líder judeu liberal de Königsberg assim como seu avô. O grego era um objetivo para aprofundar seu conhecimento e leitura de uma paixão que era a poesia grega.

É nesse momento de sua vida que conhece pessoalmente o filósofo Martin Heidegger que fora seu professor e com quem teve uma relação profunda, tanto intelectual, quando amorosa. Arendt já tinha ouvido falar do jovem professor de Malburg em 1922 quando uma amiga relatara sobre uma palestra que participara. Com Heidegger, Arendt é introduzida em questões importantes para sua formação intelectual futura como a diferenciação entre vida ativa e a vida contemplativa, o tema da ação e da fabricação relacionada à questão da vida. No primeiro curso de Arendt com Heidegger, o conteúdo está referenciado nos primeiros passos da obra mestra do professor que viria a ser *Ser e tempo*, discutindo Platão.

A grande polêmica que irá cercar a relação entre Heidegger e Hannah Arendt é a estranha associação deste primeiro com o partido nazista. Ele irá se filiar ao partido em 1 de Maio de 1933, mesmo ano da chegada de Adolf Hitler ao poder. Posteriormente é nomeado reitor da Universidade de Freiburg proclamando um discurso de posse intitulado “*A auto-afirmação da Universidade Alemã.*”. Certamente decepcionada com a atitude do professor, nunca o provocou ou exigiu uma explicação acerca de tal fato. E certamente querendo preservar a imagem de Heidegger enquanto intelectual, nunca emitiu uma posição pública sobre tal acontecimento - diferente de Karl Jaspers que exigiu de Heidegger uma retratação pública, que nunca foi feita e comentada pelo mesmo. Arendt reconhece a importância que Heidegger tem em sua forma de pensar e repensar o já estabelecido, característica que para ela era o diferencial dos outros filósofos de seu tempo. Porém, admite a posteriori em texto de homenagem a Heidegger (1969) que repudiava totalmente a aliança com um regime totalitário.

Em 1925 Arendt passa um período em Freiburg estudando com outro filósofo muito importante, Husserl. Nessa estadia em Freiburg, Arendt conhece seu futuro marido Gunther Stern, jornalista, filósofo, e ensaísta alemão de origem também judaica.

O interesse de Arendt pela filosofia se dá precocemente na biblioteca de seu pai. Esse interesse e preparo desde muito cedo proporciona um vasto leque de leituras,

e em 1929 Arendt, com 23 anos conclui sua tese de doutorado intitulada “O conceito de amor em Santo Agostinho”, orientada por Karl Jaspers, na Universidade de Heidelberg. Na tese percebemos a inclinação pela teologia em diálogo com a filosofia escolhendo para trabalhar um sujeito que influenciou todo o pensamento cristão que é Agostinho. Arendt não coloca no título de seu trabalho Santo Agostinho, mas sim somente Agostinho, e isso demonstra o intuito de privilegiar o filósofo e pensador, e não o religioso praticamente. O *amor*, o qual Arendt trabalha em sua tese vai desde a concepção divina até a mundana, onde o argumento passa pela temporalidade, as formas de amor e o mundo:

Para Hannah Arendt, apenas considerando, além da condição de criaturas de Deus à sua imagem, também a co-presença dos indivíduos no mundo, assim como a partilha de um ancestral comum ao gênero humano, se pode dissolver a aparente contradição na teoria agostiniana entre amor a Deus e amor ao próximo. Com efeito, não apenas no amor a si ou no amor a Deus, mas também no amor aos homens com os quais cada indivíduo convive no mundo partilha um destino comum, é que se pode pensar a relevância do próximo. (CORREIA, 2007, p. 19)

É nesse momento, durante a produção da tese, que se aproxima de seu orientador, mestre e futuro grande amigo Karl Jaspers. O filósofo foi outra grande influência para Arendt. Jaspers foi fonte de inspiração através de fortes influências teóricas que iriam marcar muito o pensamento de Arendt como Kierkegaard e Nietzsche. O pressuposto de que para compreender a si mesmo e o mundo que a cercava não deveria ser uma questão somente de foro subjetivo, portanto interno, também é outra questão que Arendt adquire de Jaspers.

Em 1929 Arendt se casa com Gunther Stern e os mesmos se mudam para Berlim. Os recém-casados enfrentam um cenário de crise econômica e um fortalecimento da máquina estatal alemã como saída para o período de declínio econômico. Esse é um período onde a crise econômica conhecida como *Grande depressão* atinge de maneira intensa a Alemanha. Apesar do epicentro da recessão ter sido os Estados Unidos da América, os efeitos da crise se deram em cadeia. A Alemanha não ficou isenta de uma grave recessão econômica, demissão de milhares de trabalhadores, fechamento de instituições financeiras, gerando uma instabilidade

comercial e financeira considerável. Esse panorama mundial de crise abre caminho para discursos nacionalistas mais inflamados e radicais.

Esses discursos de cunho nacionalistas se materializam na criação de partidos radicais na Europa. Na Alemanha, especificamente, a crise econômica se agrava quando economicamente se depara com um cenário local de recuperação da derrota na Primeira Guerra mundial.

O período denominado de República de Weimar é experimentado pelos alemães após a perda da Primeira Guerra Mundial e suas nefastas consequências para este mesmo país, o qual logo enfrenta um período de recessão mundial em 1929. Esse dois fatos estão muito conectados com o surgimento de discursos radicais na Alemanha. O nacionalismo começa a procurar seus opositores, ou seja os culpados, e recriar uma imagem de si para enfrentar um período marcado pela perda da soberania e dificuldades financeiras. Esse sentimento é materializado no surgimento dos partidos radicais como o que Adolf Hitler se filia e torna-se o seu maior líder, o Partido Socialista dos Trabalhadores Alemães (NASDAP), ou como conhecido no Brasil, o Partido Nazista. A República de Weimar cai justamente por conta de um cenário de instabilidade política, perda da soberania, crise econômica, e por fim, total descrédito da população insatisfeita com as condições e ações tomadas durante a República de Weimar⁷.

Com a derrocada da República de Weimar marcada pela instabilidade de governabilidade e baixo apoio da população, o partido nazista foi a força política mais forte e que aglutinou os desejos de reconstrução de uma Alemanha que já fora em outrora sólida e poderosa. Em 1933 temos a ascensão do chamado Terceiro Reich, sendo o seu principal líder, Hitler, eleito democraticamente para governar o país. O nome Terceiro Reich faz uma alusão ao Império Alemão (1871-1918) como o Primeiro Reich, e o Segundo Reich refere-se ao Sacro Império Romano Germânico. Uma clara alusão a um tempo de progresso do passado que precisaria ser reconstituído. Inicia-se um projeto de busca de imagem histórica que os supostos “inimigos” tiraram.

⁷ O Governo entende como saída para o cenário de crise o corte de gastos diante de uma inflação elevada, o que gera um descontentamento social.

Anteriormente à chegada de Hitler ao poder, Hannah Arendt já estava atenta a um fortalecimento de discursos radicais e uma boa dose de tolerância que os cidadãos alemães tinham para com essa possível chegada de partidos como o Partido Socialista dos Trabalhadores Alemães ao poder. Sensível às questões políticas, Arendt percebe o campo de ação que os discursos nacionais extremos começam a ganhar espaço e legitimidade dentro de um cenário de economia pífia e perda da soberania.

Em correspondência com Arendt, Jaspers elogiava a sensibilidade e a percepção de Arendt que era considerada por alguns como alarmista: “Lembro-me de 1931, do quanto suas profecias eram justas e de que não acreditei nelas. Pensava que a maioria dos nossos concidadãos era razoável e humana.” Com a eleição do Partido Nazista para o comando da Alemanha em 1933 e Hitler assumindo como Chanceler e obtendo plenos poderes, Arendt confirmaria sua impressão de que a realidade em nosso tempo é exagerada, como colocou em correspondência com Jaspers em carta do dia 22 de maio de 1953. Esse acontecimento iria convidar um lado de Arendt ainda desconhecido por ela mesma: a ação política. Digamos que esse evento a despertou para a ação e resistência política diante de um ambiente hostil. Em *O cuidado com o mundo* a autora Sylvie Courtine-Denamy trabalha com a ideia de que a consolidação de Hitler no poder representou uma martelada na cabeça de Arendt, e a saída encontrada para um mundo fora dos eixos foi o ato de resistir:

Resistir, este é sem dúvida, o dever que Arendt se impõe em face de um mundo fora dos eixos, dever que ela expressa sob a forma de um imperativo tomado de empréstimo a Karl Jaspers: “É importante estar plenamente presente”. Isso significa que é importante se interessar pela história e pela política pois, a partir de 27 de fevereiro de 1933, dia do incêndio de Reichstag, ela recebeu “uma martelada na cabeça” e decidiu não mais se contentar com o papel de espectadora. (COURTINE-DENAMY, 2004, p. 54)

Já em 1933 inicia-se um conjunto de medidas de segregação no regime de Hitler. Desde boicotes as lojas de comerciantes judeus até a definição do que seria o considerado alemão puro, o chamado ariano, subalternizando os que não se enquadravam nestas categorias, já são praticados no início do governo. Arendt irá encontrar no sionismo um canal de ação direta contra essa inversão do papel do Estado alemão. Um velho conhecido de seu avô, Kurt Blumenfeld, presidente da

organização sionista naquele período, lhe oferece uma oportunidade de participar de ações do grupo. A missão que lhe é colocada é a de recolher testemunhos da propaganda antissemita, e o conteúdo destas de modo que esses dados auxiliem na elaboração e preparação para o Décimo Oitavo Congresso Sionista que iria acontecer em Praga. Aqui se inicia uma longa e complexa relação de Hannah Arendt com a comunidade judaica e com o movimento sionista, apesar de nunca ter se envolvido de maneira direta com esse tipo de organização.

O grupo Sionista foi o refúgio e abrigo para Arendt se colocar em ação, considerado por ela o único movimento preparado e articulado para fazer frente e ir de encontro ao movimento político e às repressões impostas pelo Estado alemão. Hannah Arendt, que nunca se enquadrou em grupo algum, optando pela não filiação partidária e bandeiras específicas, reconhece a possibilidade de ação do movimento sionista durante esse período e sua escolha de atuação neste grupo: “O único grupo ao qual pertenci foi o dos sionistas (...) de 1933 até 1943”. Durante essa tarefa, Arendt é presa pela polícia secreta alemã, a Gestapo (Geheime Staatspolizie), é detida por uma semana e interrogada. É diante desse ambiente hostil e muito instável para todos os judeus, e já separada do marido, que Arendt decide emigrar junto com sua mãe para Paris no final do ano de 1933, decisão também tomada por centenas de outros judeus.

Em Paris, Arendt continuou, “em ação” e conheceu muitos que compartilhavam de sua condição de expatriada. Permanecerá em Paris de 1933 até 1941. Nesse período, abandonou os círculos universitários que costumava frequentar na Alemanha e se voltou para as questões políticas, sendo este seu período mais ativo politicamente. Tornou-se uma especialista na questão da emigração judaica⁸ para outros territórios, sobretudo para a Palestina, e se mostra uma defensora dos antifascistas. Aproxima-se de outras figuras que escolheram o mesmo caminho, como Walter Benjamin e Henrich Blücher, formando uma comunidade de expatriados e párias interessados em uma elaboração política para a crise enfrentada pelos judeus naquele tempo. Se inicia, neste momento, de um envolvimento político sem precedentes para uma universitária clássica que habitava os muros da biblioteca ou da Universidade.

⁸ Sua especialidade nas questões judaicas, especificamente no quesito de emigração e problemas de estabelecimento dos judeus em novos lugares apresenta-se nas reflexões expostas no livro *Origens do totalitarismo*, dentre outras.

Já incluída no círculo de atividades judaicas, Hannah Arendt, admitida como secretária, começa a trabalhar em uma organização chamada “Agricultura e artesanato”⁹ que era financiada pela agência França-Palestina, responsável por oferecer treinamentos e instruções básicas aos jovens e recentes judeus que chegavam à Palestina. Este momento é fundamental para compreendermos os desafios assumidos por Hannah Arendt durante sua estadia na França até 1941. Ela inicia o empreendimento de conhecer a complexidade que era o exílio e a imigração do povo judeu, percebendo ainda na França uma crescente onda de descontentamento e sentimento de antissemitismo naquele país que de alguma forma lhe acolheu. A questão da assimilação de judeus em novos lugares passa a ser de grande interesse para Arendt durante este momento.

Deixando a organização “Agricultura e artesanato” para trabalhar em outra organização judaica, nesse intervalo, Hannah Arendt trabalha com a baronesa Germaine de Rothschild, atuando como uma espécie de secretária para suas obras de caridade. Cabia a ela verificar e estudar quais instituições de caridade deveriam receber os recursos e também averiguar para onde o dinheiro recebido estava sendo direcionado. Curiosamente, Hannah Arendt, apesar de gostar de Germaine, não partilhava o mesmo sentido pelos outros membros da família Rothschild. Eles eram responsáveis por comandar uma importante força política que mantinha financeiramente a vida cultural e religiosa dos judeus, e também tinham um veto importante nas decisões políticas referentes ao destino de judeus imigrantes. A família liderava a principal associação religiosa de Paris que era a chamada Consistoire. O grupo mantinha laços estreitos com o governo francês e tendia para um nacionalismo judaico, e muitas vezes se omitia em casos antifascistas, o que desagradava Hannah Arendt.

O conflito com a família Rothschild e com a comunidade Consistoire, comandada por esta mesma família, parece ser o primeiro desentendimento de Hannah Arendt com a comunidade judaica e com o grupo Sionista. Hannah Arendt denominava dois tipos de judeus, os já comentados *párias* e um outro tipo que seriam os *pavernu*, este segundo grupo destacavam-se mais como socialmente oportunistas e

⁹ Organização francesa responsável pelo treinamento de jovens judeus emigrados para Palestina. Oferecia cursos de agricultura e artesanato com o objetivo de consolidar a permanência de judeus naquele novo lugar. Ofereciam também cursos de história judaica, do sionismo e língua hebraica.

não com por sua postura de solução política direta. Arendt ia tornando-se cada vez mais crítica à política sionista e se aproximando de uma política revolucionária (YOUNG-BRUEHL, 1997) a qual se contrapunha ao estilo filantrópico e comedido dos que ela chamou de *judeus pavernu*.

Envolve-se amorosamente e casa-se com um dos marxistas que frequentavam o “círculo de párias” e torna-se secretária do “Aliyah de Jovens”¹⁰, outra organização judaica que dava suporte a judeus que imigravam para Palestina. Cabia à Arendt o auxílio de jovens judeus em assentamentos localizados em territórios palestinos, especificamente em Kibitz. Apesar de se tornar uma especialista em refúgios e colaborar como intermediadora no estabelecimento de uma comunidade judaica na Palestina, uma desconfiança e receio permaneciam:

Hannah ainda mais bem informada sobre os romanos e os gregos do que sobre os antigos hebreus. Tornou-se sionista por razões políticas práticas, porque sabia que seu povo necessitava de um lugar pra viver, e não por razões religiosas ou culturais. Era entusiasmada quanto às oportunidades sociais e políticas que a Palestina oferecia aos colonizadores judeus, mas opunha-se ao que mais tarde chamou “sionismo centrado na Palestina”. (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 145)

Em Paris, Arendt passa a admirar figuras como Raymond Aron, intelectualmente e em suas ações de fornecer abrigos aos perseguidos políticos. Este se tornaria amigo de Arendt. Os dois trocariam correspondências e comentariam o trabalho um do outro durante toda a vida. Nesse período, em Paris, especificamente em 1936, conhece seu futuro companheiro Henrich Blücher, poeta e filósofo alemão, marxista e dissidente do Partido Comunista alemão por seu posicionamento crítico em relação políticas stalinista. Blücher marca o pensamento de Arendt, no sentido de que incentivou a autora a se atentar mais para o mundo da política. É um estudioso da história militar e inclusive vai discutir bastante com Arendt sobre a limitação dos atos militares nas guerras, fazendo uma comparação com as atrocidades cometidas pelos regimes totalitários.

Outra figura importante à qual Arendt se aproxima e que lhe marca profundamente é o crítico literário e filósofo alemão Walter Benjamin. Os dois já

¹⁰ Projeto filiado à comunidade judaica que colaborava na emigração de jovens judeus.

havam se conhecido em Berlim através de seu ex-marido Günter Stern, de quem Benjamin era primo distante. Benjamin e Arendt mantêm encontros frequentes, e uma relação de amizade e admiração é consolidada. Benjamin é um dos personagens – tema em seu livro *Homens em tempos sombrios*. Desse relacionamento Arendt intensifica seu interesse pela história, sobretudo referente às noções críticas de temporalidade relacionada a noção de progresso, origem, ruptura, continuidade e experiência. Com Benjamin, Arendt aprende que é preciso uma nova maneira de se relacionar e articular o passado.

Benjamin influenciou o pensamento de Arendt, sobretudo, em relação à história. A história passa a ser interesse de Arendt nesse momento, mas futuramente será uma questão muito mais presente, onde inclusive elabora um texto intitulado *O conceito de História – antigo e moderno*¹¹. E no próprio texto, intitulado *Walter Benjamin*, Arendt faz referência à concepção de História a qual Benjamin elabora em *Sobre o conceito de história*. Para Arendt o passado opera como tradição oculta, com a capacidade de orientar e iluminar o presente. Benjamin confia o seu famoso texto “teses sobre a história” para Hannah Arendt guardar e publicar futuramente.

No mês de maio de 1941 o governo de Paris emite um comunicado para agrupar os estrangeiros suspeitos, separando homens e mulheres. Hannah Arendt é levada para o campo de concentração de Gurs. Nesse momento Arendt constata a desilusão por ser perseguida novamente:

Fomos caçados na Alemanha por sermos judeus. Mal atravessamos a fronteira e nos tornamos ‘boches’. Disseram-nos ainda que se fossemos realmente contra as teorias raciais de Hitler, deveríamos aceitar esse epíteto. Durante sete anos, tentamos ridiculamente fazer o papel de franceses – ou, ao menos, de futuros cidadãos -, mas assim que a guerra começou nos internaram por sermos ‘boches’, como se isso não fosse nada. Não obstante, a maioria de nós, nesse meio tempo, tinha se tornado francesa e éramos tão leais que não podíamos sequer criticar uma ordem do governo, e isso a tal ponto que declarávamos não haver nenhum mal em nossa internação. Fomos os primeiros ‘prisioneiros voluntários’ de toda a história. Assim, após a invasão dos alemães, bastou ao

¹¹ Ensaio publicado na obra *Entre o passado e futuro* em 1961. Esta obra foi a escolhida por Arendt como sendo a primeira para ser traduzida e publicada no Brasil.

governo francês mudar o nome da fábrica: prisioneiros por sermos alemães, não nos liberaram por sermos judeus... (ARENDR. Nous autres refugies. In: _____. La tradition cachée, p. 67-68)

A perseguição volta a ser um medo constante. Arendt há muito percebeu a força do antissemitismo na França e essa era uma de suas lutas frequentes. Sua militância política se estruturou em torno da lógica de fornecer e encontrar um lar confortável para judeus que vinham de todos os cantos da Europa. Na França, então, inicia-se uma batalha para construção de uma solução política para a questão judaica e também o descontentamento com as lideranças judaicas estabelecidas que não se esforçaram, se omitiam ou em último grau não abriram mão de seu reino social estabelecido para tocar em feridas vivas para o povo judeu.

1.2 – AÇÃO POLÍTICA E EXÍLIO NOS EUA

Desde 1933 o mundo de Arendt parecia não encontrar porto seguro algum, ou podemos retroceder mais ainda no tempo indo para Berlim em 1914, quando fugia do exército Russo. Podemos inferir que a condição de apátrida inicia-se em 1914 e não em 1933. O período em Paris tem fim com a ida em 1941 para “seu novo lar”, por assim dizer, que seria Nova York, acompanhada de seu marido Blücher. Os EUA seriam esse novo abrigo, onde Arendt se estabeleceria como professora universitária, conferencista e escritora, e onde se incluiria no mundo novamente através da aquisição da cidadania norte-americana.

Paris que abrigou Arendt e outros judeus fugitivos da Alemanha deixa de ser um lugar seguro. Com advento da Segunda Guerra Mundial, a França começa a se mostrar um lugar que convidaria os exilados a buscarem outros lugares. Arendt e seu marido, juntamente com outros apátridas acabam por buscar uma outra alternativa de lugar para viverem. Arendt, sua mãe e Blücher conseguem o visto americano e partem para os EUA. Walter Benjamin é outro que consegue o visto americano, mas comete o suicídio antes de concluir sua ida para os EUA.

Antes de partir para Nova York, Arendt sente na pele novamente sua condição de estrangeira. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1941), o governo francês, à

época presidido por Vichy colabora com a caça aos judeus, cedendo à pressão da Alemanha. Arendt é enquadrada na uma categoria de “estrangeiros suspeitos” e vai para um campo de concentração em Gurs em 1940. Esse episódio a marca sobremaneira. A única saída para Arendt é a busca de um outro lugar. Um outro lugar que inclusive garantiria sua ação contra o próprio regime nazista. Sem dinheiro algum e na expectativa de receber uma ajuda mensal da Organização Sionista da América¹², em maio de 1941 parte para os EUA.

Ao ser encaminhada para uma organização que ajudava refugiados, Hannah Arendt solicita uma ajuda para aprender inglês e é enviada para uma casa de família americana, em Winchester-Massachusetts, onde pôde aprender o idioma do novo país e começar a trabalhar. Além do idioma, Hannah Arendt é apresentada ao *american way of life*. É ali também que Arendt seria apresentada ao espírito político americano que passaria a admirar e estudar até o fim de sua vida:

Na casa dos Giduz, Hannah Arendt teve a primeira experiência do espírito democrático norte-americano que mais tarde elogiaria com tanta eloquência: observara a sra. Giduz sentar-se e escrever uma carta irada ao seu representante no Congresso protestando contra o internamento de americanos nascidos no Japão. Em Winchester, Hannah Arendt tomou consciência de que poderia não gostar da vida social norte-americana, ao mesmo tempo que admirava a vida política. (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 167)

Nas muitas cartas que trocava com Blücher que ficou em Nova York, Arendt cita já sua admiração pela cultura política americana. Em uma delas, cita que “A contradição fundamental do país é a liberdade política ao lado da escravidão social” (Hannah Arendt apud YOUNG-BRUEHL, 1997, P. 167) Chega o fim sua estadia e é hora de voltar para Nova York.

Nos EUA Arendt passa a se relacionar com outros judeus que iam chegando de diversas localidades. Fica sem os direitos políticos até 1951, quando recebe cidadania norte-americana. Durante esse período de recém chegada nos EUA, Arendt continua por agir através de um debate acerca da possibilidade de resistência contra o

¹² A Organização Sionista da América, em inglês Zionist Organization of America (ZOA), foi fundada em 1897. Foi a primeira organização Sionista nos Estados Unidos e ainda hoje é uma das principais entre os grupos organizados pró-Israel nos EUA.

regime totalitário e a perseguição contra o povo judeu. As notícias da existência das câmaras de gás e as técnicas de extermínio em massa soam como uma martelada, novamente, em Arendt. Esse fato era algo em que dificilmente ela poderia imaginar.

A ida para os EUA foi definitivamente um recomeço para Arendt. Desde sua chegada ela se esforçou para aprender a se comunicar em Inglês, diferente de seu marido Blücher que estava mais saudosista de uma possível volta para a Europa e se mostrava resistente a uma reviravolta de vida aos moldes americanos. Arendt teria a chance de recomeçar. Vinda sem documentos e diplomas de sua formação ela começa a buscar uma nova atividade. Indagada sobre o que gostaria de fazer, ela parte do princípio de que gosta de ajudar as pessoas e suas últimas experiências como secretária de assuntos sociais relacionados a comunidade judaica, resolvendo assim, cursar Assistência Social. Blücher sempre mais estático desmotiva essa nova empreitada de Arendt.

Arendt se acostuma de maneira rápida aos costumes e hábitos de uma cultura que lhe é totalmente nova. Dessa mistura de sentimentos e sensações começa a surgir uma Arendt que pensa diferente, reflete e atua de maneira inovadora. A maioria dos expatriados acolhidos nos EUA tiveram dificuldade de conseguir um emprego. As universidades tiveram um papel muito importante, pois ofereceram oportunidade de trabalho para os de formação universitária. Nesse sentido, há uma união das associações universitárias acadêmicas para abrigar essas novas mentes e intelectuais vindos de toda Europa.

Os aptos na língua inglesa e detentores de algum prestígio foram incorporados de maneira mais fácil aos corpos universitários. A Universidade de Columbia convida os membros da Escola de Frankfurt. Princeton acolhe os escritores Thomas Mann e Hermann Broch. Arendt e Blücher não falam inglês, não ainda de maneira segura, e, nesse sentido, já ficam impedidos de lecionar. Para complicar ainda mais a situação, Blücher era um historiador autodidata, fato que o impossibilitaria de pleitear uma vaga como professor. Arendt, apesar do título de doutora com sua tese já defendida na Alemanha poderia até tentar uma vaga, caso não fosse verdade a fatalidade de ter perdido seus documentos e certificados de formação universitária durante as fugas e exílios.

Só vinte anos depois Arendt conseguiria recuperar seus títulos e certificados. Restaria a Arendt buscar refugio nas organizações judaicas que lhe foram referência também durante sua estadia em Paris. O que resta ao casal e à mãe de Arendt, Martha, é a tentativa de buscar apoio em organizações judaicas como *German Jewish Club*, situada em Nova York, e a *American Federation of German Jews*. Outro canal possível de ajuda é a uma espécie de fundo de apoio a artistas e intelectuais, chamado *Emergency Committee in Aid of Displaced Persons*, com quem conseguem vistos americanos e uma quantia em dinheiro. Hannah Arendt mantinha o sentimento político de envolvimento com os grupos sionistas, e surge uma oportunidade de trabalho semelhante ao desempenhado em Paris.

Heinrich Blücher que se considerava discípulo do poeta revolucionário Brecht, e como um intelectual de formação marxista, teria dificuldades em se familiarizar com o novo lugar, onde a economia e o livre mercado-iniciativa tornam-se fundamentais para o lema de progresso e prosperidade. Mas as contas no fim do mês eram inevitáveis. Arendt é colocada em contato com a organização *Self Help for Refugees* e é empregada em Winchester, Estado de Massachusetts. Arendt em decorrência do trabalho deixa a mãe e o marido em Nova York.

Aos 36 anos Arendt está prontíssima para se integrar ao trabalho e recomeçar uma nova vida nos Estados Unidos. Sua maneira de se adaptar às novas circunstâncias facilita uma integração cada vez mais intensa à cultura norte-americana. Toda essa geração de exilados encontra dificuldades enormes de se adaptar e conseguir recuperar uma condição de vida e trabalho como tinha anteriormente. O exílio, via de regra, é único, ou seja, um indivíduo ou um grupo restrito de pessoas, mas o nazismo inventa um exílio coletivo. Arendt, mulher, exilada, sem perspectiva alguma e ainda sem saber o exato rumo que sua vida iria tomar, se reinventará quase chegando aos 40 anos tornando-se uma personalidade fundamental no pensamento político contemporâneo.

Hannah Arendt termina seu contrato, nesse primeiro emprego, e retorna para Nova York. Outro trabalho surge. Agora a experiência de Arendt se distanciaria do que estava acostumada em assuntos sociais. Aparece uma oportunidade para ser

colunista do jornal *Aufbau*¹³. Ela entra pela porta dos fundos no jornal. Escreve uma carta para o *Aufbau* colocando seu posicionamento a respeito da questão judaica e a solução política para a mesma. O editor Manfred George se instiga com a carta e convida a autora que poderia ser uma colunista muito provocadora e crítica. Assina seu primeiro artigo e inaugura uma atividade que iria lhe ser muito familiar durante os próximos anos, a escrita de artigos em jornais e revistas.. O seu primeiro artigo possui o título “O exército judeu, o início de uma política judaica?”. Outro artigo com o mesmo olhar é publicado em maio de 1942, sendo intitulado “O pretendido exército judeu”. Nesse momento Arendt se aproxima de uma concepção de que seria necessária uma força militar antinazista para enfrentar o exército alemão do período. Fica irritada com as organizações judaicas que mais estavam preocupadas em fornecer uma propaganda auto-afirmativa e de manutenção própria, baseada mais em discurso sobre ações já feitas do que de uma proposta política viável para os dilemas dos judeus nesse período. Arendt está novamente embalada pela ação. Torna-se colunista permanente do *Alfbau* já escrevendo e falando fluentemente em inglês, mas escreve em alemão atendendo à demanda do jornal e do público para o qual o jornal era direcionado.

No texto *Zionism Reconsidered* (1944) publicado no *Menorah Journal*, e reunido na obra *Jewish Writings* (2007), Hannah Arendt se posiciona sobre a questão da criação do Estado de Israel e justifica sua opinião já relacionando com o que viria a ser sua teoria e reflexões sobre a política. A autora aponta que somente um sistema federativo, dividindo o poder entre judeus e palestinos, poderia dar conta da complexidade que era a construção de um lar para os judeus. Uma Federação seria ideal para agregar as duas nações que iria abrigar a região da Palestina. Ela era contrária a uma noção de Estado nacional e soberano que considerava retrógrada e que seria desastrosa, defendendo que uma série de acordos e consensos fossem construídos com os povos que já abitavam a região.

Em outro momento, ainda pensando a temática sobre a criação de Israel, Hannah Arendt escreve para o *Commentary Magazine* o texto *To save the Jewish*

¹³ Jornal em língua alemã criado pelo Clube Alemão em Nova York com primeira edição em 1924. O intuito era servir de ponto de encontro para judeus que estavam vivendo nos EUA, mas, na medida em que se disseminam as notícias sobre o agravamento da situação dos judeus, na Europa, e sobre os problemas dos judeus nos EUA, o jornal passa a se profissionalizar, assumindo uma postura política para colaborar com os imigrantes judeus.

Homeland (1948) volta à criticar a posição sionista de criar um Estado judeu sob as bases e concepções de Estado soberano. Para ela, neste artigo, a solução seria a criação de conselhos comunitários entre judeus e palestinos para tomadas de decisões coletivas, pois somente assim conflitos e problemas comuns poderiam ser sanados de modo pacífico. Tanto a proposta de Federação quanto a criação dos conselhos não vingaram, rejeitadas por ambos os lados. Este artigo demonstra a postura de Hannah Arendt, reforçando sua crítica a concepção de Estado defendida pelas lideranças políticas do sionismo.

O Sionismo que fora o lugar de ação em outrora para Arendt, agora, é somada à sua convicção de que os judeus deveriam criar um exército capaz de combater a ofensiva alemã. Enfim, Arendt volta-se totalmente para a tentativa e defesa de uma elaboração política urgente e viável para o problema em que os judeus se encontravam. Arendt considerava que esse problema já era uma questão política, e só a fundação de outra comunidade política poderia ser uma saída para essa questão, é esse o ponto nevrálgico da chamada questão judaica. O exército judeu era um dos pressupostos da existência dessa comunidade judaica. Aqui estava dado o debate sobre a criação de um Estado independente, lembrando que Israel ainda não havia sido criado, o que viria a acontecer em 1947, com uma decisão da Organização das Nações Unidas, que elabora, um plano de repartição do território palestino e criação de um Estado Judeu.

O sionismo, para Hannah Arendt, em 1933, como já mencionado anteriormente, era o único movimento estabelecido e com condições reais de enfrentamento e defesa do povo judeu. As organizações judaicas são suas principais referências em meio aos exílios. São estas que garantem a solidariedade entre os exilados e lhes proporcionam ajuda de todas as ordens, inclusive como fonte de renda. Todavia, Arendt, ao receber informações cada vez mais claras e precisas sobre as condições de vida dos judeus europeus, começa a ficar cada vez mais alerta. O choque com as organizações judaicas norte-americanas e internacionais que foram seu refúgio era inevitável. Arendt, que entendia a política a partir de conceitos tais como os de liberdade e justiça, ia perdendo a paciência com a ostentação e a falta de proposições diante de tais organizações. Volta à tona o sentimento de repúdio ao grupo mas preocupado com o *status quo* os quais denominou de *pavernu*, do que com a situação dos judeus apátridas e em situação de risco.

Muitas características das instituições e organizações que Arendt teve como base e como alternativas reais começam a lhe irritar. O caráter governista dos judeus americanos a época é uma destas. Muitos influentes judeus fazem parte inclusive do governo de Roosevelt. A passividade ia convidando Arendt a direcionar críticas cada vez mais ácidas em seus artigos. Arendt não poupava a passividade das organizações judaicas diante de um problema que parecia não importar tanto para as mesmas que era a solução política dos judeus que estavam sendo perseguidos. Em uma de suas colunas chegou a criticar diretamente os governistas dos EUA e do Reino Unido que dificultavam a criação de um exército para derrotar Hitler, convocando a criação de um exército judeu que não dependesse dos outros países. Apesar dessa convocação, Arendt sempre nutria um sentimento de medo de que setores nacionalistas dentro do Sionismo aglutinassem essa força e a utilizassem para única e exclusivamente para a questão Palestina, e mais, se esquecessem dos judeus ainda vivendo na Europa.

Outro ponto que iria ser um embate intenso entre Arendt e o movimento sionista se referia a concepção da construção de uma casa para os judeus na Palestina. Arendt se indignava com a proposição no sentido de que isso postergava para o futuro a questão da resolução do real problemas dos judeus que era o massacre e perseguição, somado a cada vez mais uma dificuldade de encontrarem exílio. Essa visão nacionalista do movimento sionista não é nem de longe a resposta ideal para os problemas recentes do povo judeu, observava Hannah Arendt. Ela se vê cada vez mais afastada e isolada dentro do sionismo e aprende antes que todos que ser judeu não é o mesmo ser sionista:

Ela ataca um ponto fundamental: aceitar a Palestina como solução é aceitar, interiorizando-o como um mal inelutável e eterno, o anti-semitismo. É fazer do anti-semitismo um destino desde o início dos tempos, em vez de torna-lo objeto de um combate político incessante. Não é a urgência da situação que deve legitimar a Palestina como futuro Estado dos judeus. (LAUDER, 2007, p. 213)

O isolamento de Arendt é sobremaneira que seus laços vão se desfazendo, mesmo aquelas relações já muito estabelecidas. O jornal que publicava suas colunas coloca um sobreaviso alertando os leitores que o ponto de vista de Hannah Arendt não necessariamente corresponde ao que o próprio jornal acreditava em sua linha

editorial, mas a situação complicada dos judeus demandava um espaço a todos os tipos de pensamento. Ou seja, Arendt passa a ser tolerada e estigmatizada como escritora mais radical. Um sinal claro de isolamento e desconfiança. Isso dura até 1944, quando a coluna de Arendt é interrompida. Ironicamente, no seu espaço, entra uma coluna muito atrelada aos interesses e à consagração da imagem sionista.

De única via para enfretamento do antissemitismo, o sionismo passa a ser o tema preferido e necessário para Arendt exercer uma pesada crítica. Laure Audler, na biografia de Hannah Arendt, de modo muito perspicaz, cria um capítulo com o título “Anti-sionista” devido ao embate que Arendt teria com o grupo. A autora relata um momento em que Arendt, em agosto de 1944, propõe à revista *Commentary*¹⁴ um artigo que faria um apanhado histórico sobre a política sionista. Obviamente, o artigo teria um tom menos benevolente. Arendt queria atingir o sionismo e demonstrar a falta de proposição política do mesmo.

O artigo é recusado sob o pretexto de que alguns leitores “mal intencionados” poderiam identificar elementos antissemitas. O posicionamento e as teorias de Arendt, muito conectadas com sua resistência e ação, não cabiam mais dentro de um quadro em que ela seria cada vez mais crítica. Não seria a primeira vez que Arendt seria apontada como antissemita ou como uma possível traidora. A polêmica maior iria vir com suas publicações na revista *New Yorker*, durante a cobertura do julgamento do burocrata do regime nazista Eichmman, tema que trataremos com mais afinco durante este trabalho, especificamente durante o segundo capítulo. Inclusive os atritos com uma figura presente no julgamento de *Eichmann* como representante do Estado de Israel, Ben Gurion¹⁵, já estariam presentes desde esse momento.

Hannah Arendt passou a ficar mais atenta ao importante líder sionista, Ben Gurion, quando este se tornou uma liderança de cunho nacionalista, fato que não a agradava nem um pouco. Esse mesmo grupo nacionalista assume uma postura mais conservadora quando o assunto é a criação de um exército judaico para combater

¹⁴ Revista estadunidense que trata de assuntos relacionados a política, cultura, literatura, judaísmo e relações internacionais. É fundada em 1945 por um grupo de intelectuais judeus. Muito prestigiada pelo fato de publicar artigos de professores universitários. Considerada um dos símbolos da esquerda de Nova York nos anos 60.

¹⁵ David Ben Gurion é um Judeu de origem polonesa. Líder do movimento Sionista construindo sua hegemonia dentro do movimento através da vertente trabalhista. Primeiro chefe de Estado de Israel e fundador do Partido Trabalhista de Israel que governou o país nas três primeiras décadas do Estado.

diretamente o nazismo. No início da década de 40, este grupo passa a ser majoritário dentro da comunidade judaica. Esse fato leva Hannah Arendt a criar seu próprio grupo, intitulado Grupo judaico jovem, juntamente com seu colega Joseph Maier, cujo o objetivo era à criação do exército judeu. Nesse momento Arendt elabora também questões que estão para além da política judaica, elementos que estariam presentes futuramente em obras como *Futuro passado*, *Origens do totalitarismo* e *A condição humana*.

O Grupo paralelo e fora da linha da política majoritária do sionismo criado por Hannah Arendt vai durar até junho de 1942. Ali foi um ambiente que nasceu com a preocupação de incentivar a criação do exército judeu, mas que não ficou limitado a essa questão, de modo que tocou na complexidade que era a criação de uma política real e diferente daquela que a comunidade judaica vinha pensando. Nesse sentido, o grupo consolidou a posição contra as lideranças sionistas, alertando que tais lideranças estavam mais preocupadas em interesses pessoais e no poder que a organização sionista poderia gozar do que na construção de uma saída política para os judeus. Mesmo assim, Arendt ainda aposta no Sionismo como canal de luta e unidade para o povo judeu, mesmo já com consciência da dificuldade de diálogo.

Aqui já é possível identificar uma característica de Arendt que é uma independência de pensamento para além do consenso entre sionistas e comunidade judaica. Em outras palavras, ela não abria mão do que pensava, e estaria disposta a ferir os interesses dos grupos aos quais esteve vinculada. Foi assim com a questão da Palestina e a criação de Israel, foi assim com a passividade dos líderes e organizações sionistas e seria assim com o julgamento de Eichmann em 1961. Arendt se afirma como pensadora da política de maneira independente e essa característica será fundamental para constituição de sua identidade como intelectual, pensadora e escritora. Identidade esta que refletiria nas suas obras.

Marcadas pela polêmica e pelo exagero, Arendt se afirmaria como grande pensadora da política a partir de um fenômeno central em sua experiência: o totalitarismo. Um marco para isso seria a publicação de *Origens do totalitarismo*. Este obra marca o momento de afirmação intelectual e ascensão de Arendt para as salas de aula das grandes universidades americanas.

1.3 – AFIRMAÇÃO INTELECTUAL: A CIRURGIÃ DO DESASTRE¹⁶

A publicação da obra *Origens do totalitarismo* abre espaço nas universidades americanas para Hannah Arendt. É um período de afirmação intelectual. Fica claro em seus escritos e conferências nos EUA a permanente vontade de atuar politicamente.

É notória a densidade da recente obra de Arendt. Haveria inúmeras maneiras de abordarmos este momento intelectual da autora, mas lembrando o problema inicial do trabalho que é dialogar com essa Hannah Arendt que vai para o julgamento de Eichmann, entendo que é interessante uma profundidade maior nos momentos que podem colaborar com uma das possíveis respostas para este problema colocado. Seguindo este raciocínio, mencionarei aspectos gerais da obra com o intuito de apresentação e, logo em seguida, mantereí o foco em elementos que julgo mais relevantes para a questão proposta neste trabalho. Sendo assim, estabelecerei um diálogo mais intenso com a terceira parte do livro intitulada *Totalitarismo*.

Sua primeira obra de fôlego tratando do fenômeno totalitário, *Origens do totalitarismo* é publicada no mesmo ano Arendt recebe a cidadania estadunidense. Trata-se de uma obra volumosa com cerca de 900 páginas dividida em três partes: “Anti-semitismo”, “Imperialismo” e “Totalitarismo”. Fazendo referência a *Origens*, Laure coloca:

Cirurgiã do desastre do pós-guerra, Hannah Arendt, nesse projeto de rara ambição, tanto no plano intelectual quanto nos filosóficos e político dissecou os elementos do totalitarismo, e não a globalidade que o constitui. Misturando as cartas de um mundo corrompido pelo atrativo do lucro, a exaltação da não em detrimento da soberania do Estado, Hannah Arendt coloca em dia os grandes movimentos mortíferos que, desde muito tempo, desmembram inexoravelmente o corpo das nações que constituíam a Europa (ADLER, 2007, p. 136)

¹⁶ Esse título faz referência a uma expressão do livro *Nos passos de Hannah Arendt* de Laure Adler. Expressão cunhada no capítulo intitulado *Pensar o totalitarismo* onde a autora da mais recente biografia de Arendt faz uma profunda análise sobre o livro *Origens do totalitarismo*.

Essa obra irá tornar Arendt conhecida nos EUA e em todo o mundo como intelectual especialista nas questões políticas e totalitárias. O objetivo desse seu primeiro trabalho acerca dos regimes totalitários foi o de compreender o que tornou possível essa novidade que era o totalitarismo. Compreender segundo o prefácio à primeira edição de *Origens do totalitarismo*, significava:

Examinar e suportar conscientemente o fardo que nosso século colocou em nossos ombros – não negando sua existência nem submetendo-se passivamente a seu eu. A compreensão, em resumo, significa encarar a realidade espontânea e atentamente resistir a ela - qualquer que seja. Nesse sentido, tem de ser possível encarar e compreender o fato ultrajante de que um fenômeno tão pequeno (e, na política mundial, tão sem importância) como a questão judaica e o anti-semitismo pôde se tornar o agente catalisador de, primeiro, o movimento nazista, segundo, uma guerra mundial e, finalmente, o estabelecimento de fábricas de morte. (ARENDR, 2007, p. 21)

O compreender e a ação estão intimamente conectados. O título do livro publicado na Inglaterra inclusive foi *The Burden of Our Time* (O Fardo de nosso tempo). A experiência totalitária seria o fardo de nosso tempo e Arendt, continuando o exercício de compreender o seu mundo, encarou o desafio de lidar com essa experiência que lhe tocou diretamente. O fardo de nosso tempo reside nas experiências totalitárias justamente pela sua novidade. Segundo Hannah Arendt, o totalitarismo é uma operação nova de dominação política que surge na Alemanha e na União Soviética¹⁷. Tal operação de dominação não poderia ser aproximada conceitualmente e empiricamente de nenhum dos modelos conhecidos até então que eram o despotismo, tirania e a ditadura. Por isso Arendt considera o totalitarismo como um fenômeno novo, algo que rompe com a história do ocidente.

Ainda sobre a ruptura que representaram os regimes totalitários, continua Arendt no prefácio de *Origens do totalitarismo* escrito em 1950:

A análise histórica e o pensamento político permitem crer, embora de modo indefinido e genérico, que a estrutura essencial de toda a

¹⁷ A aproximação entre os regimes nazista, e, stalinista fundamental ao argumento de Arendt em *Origens do totalitarismo*, gera um grande polêmica que permanece até o presente momento. Bastante criticada, sobretudo pelos marxistas por aproximar este momento da Revolução Russa com o regime nazista.

civilização atingiu o ponto de ruptura. Mesmo quando aparentemente melhor preservada, o que ocorre em certas partes do mundo, essa estrutura não autoriza antever a futura evolução do que resta do século XX, nem fornece explicações adequadas aos seus horrores. Incomensurável esperança, entremeada com indescritível temor, parece corresponder melhor a esses acontecimentos que o juízo equilibrado e o discernimento comedido. (ARENDDT, 2007, p. 11)

Hannah Arendt não admite articular a casualidade e as consequências, produzindo eventos sincronizados, para pensar os eventos extremos de seu tempo. E esse argumento sustenta-se justamente no fato de que, segundo Arendt, as experiências totalitárias representaram algo novo na história do Ocidente. Nesse sentido, se faz necessário forjar novas categorias para se pensar a descontinuidade. Portanto, a máxima metodológica de causa e consequência foi criticada e deixada de lado no seu prisma de análise.

Para Arendt é de fundamental importância considerar o ineditismo da experiência e a utilização dessa mesma experiência como corrimão para compreender o seu tempo, e aqui concordamos com André Duarte comentando sobre esse esforço e crítica metodológica de Hannah Arendt:

“A discussão destas questões metodológicas tornará evidente que a sua peculiar visão de história e de seus eventos está profundamente marcada por seu confronto com o fenômeno totalitário em sua particularidade específica, isto é, enquanto evento de ruptura.”
(DUARTE, 2001, p. 62)

O tema do Totalitarismo já havia sido objeto de estudos de outros autores como Ernst Fraenkel¹⁸, Waldemar Gurian¹⁹, Boris Souvarine²⁰ e do próprio amigo de Arendt, Raymond Aron. Todavia, sem dúvida, Arendt e Raymond Aron são percursores no assunto. A novidade do trabalho de Arendt é a combinação de elementos díspares e o argumento de que o totalitarismo é algo novo. Na contramão de autores como Simone Weil que escreve sobre o hitlerismo e identifica o Estado

¹⁸ Ernst Fraenkel (1898-1975), alemão, estudioso do campo da linguística.

¹⁹ Waldemar Gurian (1902-1954), origem russa, foi professor de Ciência Política na Universidade de Notre Dame.

²⁰ Boris Souvarine (1895-1984), origem russa, foi jornalista, ensaísta e militante comunista.

Romano como o primeiro Estado totalitário, e de Franz Neumann que analisa o nazismo sob uma perspectiva internacionalista, Hannah Arendt aponta os elementos que constituem uma novidade no que se refere à história dos regimes políticos.

Origens foi um livro escrito em meio aos acontecimentos. E esse traço, concedo intensidade à escrita de Hannah Arendt – assim como lhe permite confessar (particularmente sobre o stalinismo) que não tem fontes que comprovem a complexidade da sua teoria. Na verdade, o que ela aponta, em seu prefácio de 1966, é que as fontes “por si” não poderiam declarar, afinal, a documentação mais foi produzida para “não dizer” do que para “registrar a posteridade”. Assim:

Porque, embora os arquivos (descoberto no quartel general do partido em Smolensk pelos alemães, e depois capturados, na Alemanha derrotada, pela força de ocupação norte-americana) contenham cerca de 200 mil páginas de documentos e estejam virtualmente intactos no tocante ao período de 1917 a 1938, a quantidade de informação que eles claramente deixam de fornecer é espantosa (ARENDR, 1989, p. 341).

Além de, mais tarde, ser criticada pelo desapego a documentação, uma “escrita exagerada” marcará *Origens*, na adjetivação de amigos próximos como Karl Jaspers e Raymond Aron. Essa características de Arendt transposta para sua escrita e logo para recente obra irá alimentar muita polêmica. Arendt não se preocupará com o adjetivo de exagerado nem com as críticas de especialistas no assunto. Pelo contrário Arendt se sente realizada e escreve a Jaspers:

A realidade exagerou tanto em nosso século que podemos dizer sem medo que a realidade é exagerada”. Nosso pensamento, que gosta acima de tudo das vias habituais, mal consegue sobreviver. Os exageros de meu pensamento – que se esforça sempre em exprimir algo de adequado num tom, se possível, adequado – parecerão de fato incredivelmente radicais se os medirmos não pela realidade, mas por aquilo que dizem o mesmo assunto outros historiadores que supunham que tudo era exatamente assim (Hannah Arendt e Karl Jaspers, Correspondance, op. cit., carta n 115 de 25 de janeiro de 1962, p. 256).

No contínuo exercício de compreender seu tempo, especificamente na terceira parte de *Origens*, Arendt deixa claras suas inquietações ao compartilhar as seguintes questões em um prefácio específico para este momento do livro: “O que havia acontecido? Por que havia acontecido? Como pôde ter acontecido?” (ARENDR, 2007, p. 339). Uma das teses centrais da autora que mobiliza seu argumento neste momento do texto é a de que a sociedade europeia “de classes” que assim se organizou até meados de 1930, deixou de existir para dar lugar a uma “sociedade de massas”.

Para se referir à sociedade de classes, a autora faz referência aos partidos que disputavam politicamente, e aos sindicatos que representavam os trabalhadores em algum nível de organização, somando a isto, também, uma concepção de cidadania definida e que fazia sentido para os indivíduos. Essa passagem da sociedade de classes para a sociedade de massas, segundo Arendt, é resultado do desemprego e de uma crescente populacional sem precedentes no continente europeu (ARENDR, 2007). A causa desse novo paradigma de sociedade, as massas, é definido pela autora:

Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se explica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseado no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder do voto. (ARENDR, 2007, p. 361).

Uma das consequências dessa era das massas, Arendt articula em seu argumento, foi a destituição do sistema partidário. Não por uma fuga ou desistência de seus já filiados partidários, mas sim pela dificuldade em recrutar novos membros. Mesmo com uma maioria politicamente não ativa durante a chamada sociedade de classes, havia um apoio e uma opinião por parte desses indivíduos. Com o advento da

sociedade de massas, esse apoio mesmo que silencioso se cala e os partidos perdem o respaldo. Tornou-se assim, cada vez mais difícil, a renovação dos quadros políticos diante do desinteresse pela coisa pública diante de tamanho descrédito para com a coisa pública.

Um ponto que a autora explora no que se refere ao surgimento da sociedade de massas e à organização do movimento totalitário, refere-se ao tipo de homens e mulheres recrutados pelas lideranças nazistas e comunistas após 1930, e como esse indivíduo massa recrutado apático permitiu uma concepção nova no jogo político proposta pelos governos totalitários:

Em sua ascensão, tanto o movimento nazista da Alemanha quanto os movimentos comunistas da Europa depois de 1930 recrutaram seus membros dentre essa massa de pessoas aparentemente indiferentes, que todos os outros partidos haviam abandonado por lhes parecerem demasiado apáticas ou estúpidas para lhes merecerem a atenção. A maioria dos seus membros, portando, consistia em elementos que nunca antes haviam participado da política. Isto permitiu a introdução de métodos inteiramente novos de propaganda política e a indiferença aos argumentos da oposição: os movimentos, até então colocados fora do sistema de partidos e rejeitados por ele, puderam moldar um grupo que nunca havia sido atingido por nenhum dos partidos tradicionais. Assim, sem necessidade e capacidade de refutar argumentos contrários, preferiram métodos que levavam à morte em vez da persuasão, que traziam terror em lugar de convicção. (ARENDR, 2007, p.362)

Essa falta de interesses pela coisa pública e a neutralidade política das massas ainda é somado a outro elemento para corroborar o surgimento de movimentos totalitários (ARENDR, 2007). Hannah Arendt aponta que a sociedade burguesa alimentou um afastamento das questões políticas devido a uma filosofia que privilegiava os assuntos individuais aliados ao sucesso e à estabilidade financeira. O foco da sociedade burguesa seria, então, o estabelecimento dos indivíduos dentro da lógica competitiva e do consumo, de modo que as questões políticas e públicas ficariam a cargo de terceiros. A coisa pública, nesse sentido, era responsabilidade de um pequeno grupo de agentes treinados e capacitados para tal atividade, tal fato “impediu o crescimento de um corpo de cidadãos que se sentissem, individual e

pessoalmente, responsáveis pelo governo do país” (ARENDDT, 2007, p. 364). Este elemento de despolitização da sociedade de classes só se torna visível quando esta entra em colapso e dá lugar a nova configuração social que Arendt chama de “sociedade sem classes”.

Nessa esteira argumentativa, aparece um elemento central para nossa pesquisa que é o chamado “homem-de-massa”. Este era o homem que perdeu todo interesse pelas coisas comuns, pela vida em sociedade, pela coisa pública e pela política, sobretudo . O homem massa era a composição dessa sociedade uniforme e nivelada, sem motivação alguma para com as preocupações e cuidados da vida humana (ARENDDT, 2007). Arendt caracteriza esses homens e mulheres como sujeitos auto-abandonados e com uma amargura egocêntrica temerária. O concreto, o prático e o cotidiano não faziam sentido para os recrutados e membros da SS nazista, mas sim projetos ideológicos, milenares e misteriosos. Tais projetos totalitários tinham a capacidade de preencher o vazio e resolver as carências de orientação dos sujeitos que viviam a chamada sociedade sem classes, um tipo de homem que “como Cecil Rhodes quarenta anos antes, raciocinava em termos de continentes e sentia em termos de séculos” (ARENDDT, 2007).

Para Arendt, então, a estrutura competitiva burguesa e a solidão dos indivíduos, que antes eram resolvidas pelas orientações da sociedade de classes, agora se encontram sob um novo panorama de atividade que é a massa. O movimento totalitário surge nesse cenário e, ao mesmo tempo, utiliza dessa carência de orientação para fornecer uma resposta a esses sujeitos atomizados e altruístas em uma sociedade sem classes. Mas afinal, qual a diferenciação central entre os movimentos totalitários e os antigos partidos políticos que orientavam os indivíduos na chamada sociedade de classes? A resposta fornecida é que “Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual.” (ARENDDT, 2007, p. 373).

Essa lealdade total e irrestrita se mostrou como sendo um dos pressupostos fundamentais para a consolidação do movimento totalitário. E essa condição necessária encontrou na sociedade de massas um lugar ideal para se realizar e se constituir:

Não se pode esperar essa lealdade a não ser de seres humanos completamente isolados que, desprovidos de outros laços sociais –

de família, amizade, camaradagem – só adquirem o sentido de terem lugar neste mundo quando participam de um movimento, pertencem ao partido. (ARENDR, 2007, p. 373)

Essa lealdade total dependeu, no que se refere à organização e à prática do governo totalitário e suas orientações, de uma não concretude de um possível conteúdo político. A direção do partido e do movimento totalitário, nesse sentido, residia na vontade do líder. Os membros do movimento não tinham uma direção tão específica para além de atividades a desempenhar em determinado departamento, mas as regras gerais e princípios que regiam as condutas eram sempre uma revelação ou mistério que dependeria do superior. Arendt, seguindo esse argumento comenta os casos de Hitler e Stalin:

A grande realização de Hitler ao organizar o movimento nazista – que ele gradualmente construiu a partir de um pequeno partido tipicamente nacionalista formado por gente obscura e meio louca – é que ele liberou o movimento do antigo programa do partido, não por mudá-lo ou aboli-lo oficialmente, mas simplesmente por recusar-se a mencioná-lo ou discutir os seus pontos. Nesse aspecto, como em outros, a tarefa de Stálin foi muito mais difícil: o programa socialista do partido bolchevista era uma carga muito mais incômoda que os 25 pontos do programa do partido nazista redigidos por um economista amador e político maluco. Mas Stálin, após haver abolido as facções do partido, conseguiu finalmente o mesmo resultado, através dos constantes ziguezagues da linha partidária comunista e da constante reinterpretação e aplicação do marxismo, o que esvaziava a doutrina de todo o seu conteúdo, já que não era possível prever o rumo ou ação que ela ditaria. (ARENDR, 2007, p. 374)

Esta ideologia dos movimentos totalitários que sanavam e faziam a manutenção das carências de orientações da sociedade massificada eram repassadas, principalmente, via propaganda. Hannah Arendt dá ênfase neste elemento o qual considera fundamental para o exercício de compreensão dos regimes totalitários. A propaganda era o principal canal de comunicação entre a massa e o movimento. Através da propaganda, o movimento emplacou sua ideologia; através de um cientificismo profético (ARENDR, 2007), integrou os indivíduos atomizados a essa

nova ordem vigente. Basicamente, esse cientificismo profético sanava as carências e reintegrava o indivíduo isolado, dando uma resposta através de projetos seguros, como foi o caso nazista, através da noção de raça pura e ariana. A propaganda nazista se aproveitou de um anseio das massas por uma coerência, mesmo que esta seja fictícia, onde a propaganda totalitária apela para teorias mirabolantes e fantasiosas, fazendo o indivíduo sair de um realismo que lhe parecia tedioso e sem perspectiva.

Pode-se perceber traços do cientificismo profético no Manual da juventude Hitlerista, onde os nazistas afirmavam que “Moldamos a vida do nosso povo e nossa legislação segundo o veredicto da genética”. A coerência fornecida pelo movimento totalitário referia-se ao seu constante aperfeiçoamento genético oriundo de um tempo anterior e que fora atrapalhado por forças e sujeitos que eles elegeram para perseguir, torturar e exterminar. Esse progresso genético materializava-se na figura do ariano puro, um projeto em construção e que demandaria por parte dos seus membros um apoio total e incondicional.

Essa lealdade total acabou por fornecer para os membros do partido uma certeza absoluta. Os chavões passaram a ser lemas de vida e referências para organizar e pautar as ações dos indivíduos dentro das máquinas totalitárias. Essas mentiras, que passaram a ser patamar de ação para tantos indivíduos, eram justificadas e muito bem costuradas por uma malha de enunciados e provas científicas, mesmo que aos olhos de alguns parecessem absurdas, não eram questionadas, seguindo a regra da crença total. A ideologia total e uma explicação coerente acerca de uma realidade complexa, fizeram com que homens e mulheres, membros partidários do movimento totalitário e as massas em geral acreditassem que tudo que existe é apenas um obstáculo para algo superior que ainda poderá surgir, neste caso o homem ariano. E todos esses obstáculos deveriam ser vencidos pela organização superior que neste caso era o Estado nazista.

Fica muito claro, seguindo este raciocínio, que o movimento totalitário e sua ideologia defendem o também chamado Estado total. Residiriam no Estado as explicações para todas as dúvidas e questões acidentais ou problemáticas que, por um acaso, surgissem, de modo que esse mesmo Estado teria as respostas e saídas coerentes para como tais problemas deveriam se desenrolar. O Estado totalitário possui essa raiz na palavra total, onde uma conclusão precipitada e perigosa, porém muito comum, poderia dar margem para uma interpretação onde os sujeitos ou os

súditos desse mesmo Estado total não teriam responsabilidade alguma diante de seus atos e ações. Nesse pensamento simplificado da realidade, a sociedade seria abraçada pela totalidade fornecida pelo Estado, abrindo mão de todo e qualquer espaço para a sua responsabilidade diante das circunstâncias. E mais, poderia ainda nos induzir a crer em uma certa homogeneidade a garantir a legitimidade de toda e qualquer atitude, onde homens e mulheres abrissem mão de toda e qualquer participação responsável e subjetividade.

Concordando com a perspectiva apontada por Gérard Vincent (1992), partimos da premissa de que esta lógica do Estado total, que fornece certezas para essa sociedade de massas e para os membros efetivos do regime totalitário, em momento algum, elimina a subjetividade e a pessoalidade dos agentes e atores históricos. Nesse sentido, houve espaço para momentos de decisão, tomada de escolha e um critério que balizaram os homens e mulheres. Encarar o vernáculo “total” e não problematizar esta perspectiva pode nos guiar para uma obscuridade no que se refere à ação dos, por exemplo, homens e mulheres que operaram dentro da burocracia totalitária. Partimos do pressuposto de que, então, há sim uma adesão em díspares graus praticada pelos sujeitos atomizados dentro dessa massa que de algum modo tentou ser controlada e ao mesmo tempo se deixou controlar pelo chamado Estado total.

Seguindo adiante este exercício de diálogo com Hannah Arendt e seu esforço de pensar os elementos que se cristalizaram e deram condições para o surgimento do Totalitarismo, a autora articula ainda em *Origens do totalitarismo* outro elemento chave para compreender o fenômeno totalitário: o terror. Ideologia e terror são os dois pilares centrais para o governo totalitário, e este segundo elemento é definido por Arendt como sendo “a realização da lei do movimento” (p. 517). Uma das características únicas dos governos totalitários é a relação complexa que estabelece com a lógica clássica da filosofia política que estabelece uma dualidade entre governos legais e ilegais, ou entre o poder legítimo e o poder ilegítimo. Nessa lógica clássica, a lei como freio para as medidas abusivas do governo perante seus governados é invertida no totalitarismo. Há no movimento totalitário uma concepção de lei, sendo este o próprio movimento, ou o chamado por Arendt de Leis da natureza ou da História. Ou seja, a lei do movimento existe para dar legitimidade ao abuso e ao poder arbitrário:

No entanto, o totalitarismo nos coloca diante de uma espécie totalmente nova do governo. É verdade que desafia todas as leis positivas, mesmo ao ponto de desafiar aquelas que ele próprio estabeleceu (como no caso da Constituição Soviética de 1936, para citar apenas o exemplo mais notório) ou que não se deu ao trabalho de abolir (como no caso da constituição de Weimar, que o governo nazista nunca revogou). Mas não opera sem a orientação de uma lei, nem é arbitrário, pois afirma obedecer rigorosa e equivocadamente àquelas leis da Natureza e da História que sempre acreditamos serem a origem de todas as leis. (ARENDDT, 2007, p. 513)

A legalidade totalitária baseava-se na lei da natureza ou da história, alegando que essas leis estavam para além da ação ou da decisão humana, portanto requeriam uma lealdade absoluta, poderiam chegar ao estágio final que defendiam. O terror era o agente que garantiria que a lei do movimento permeasse os indivíduos e a massa garantindo o empenho da prática da lei natural ou da história:

O terror total, a essência do regime totalitário, não existe a favor nem contra os homens. Sua suposta função é proporcionar às forças da natureza ou da história um meio de acelerar o seu movimento. Esse movimento, transcorrendo segundo a sua própria lei, não pode ser tolhido a longo prazo; no fim, a sua força se mostrará sempre mais poderosa que as mais poderosas forças engendradas pela ação e pela vontade do homem. (ARENDDT, 2007, p. 518)

Esse movimento da natureza ou da história é uma ideologia. Uma ideologia no sentido de mecanismo capaz de apaziguar e responder problemas e questões do mundo humano. Uma ideologia da natureza ou da história seria uma ideia que conheceria os mistérios do passado e a glória do futuro. Nesse sentido, o súdito fiel acolheria a explicação total da realidade via explicação ideológica das leis da história e da natureza. A realidade da ideologia seria uma realidade mais verdadeira e previsível segundo seus critérios, algo capaz de descobrir os mistérios que obscuramente permeiam a vida humana, mas que ninguém consegue responder. O servo ideal do movimento totalitário aceitaria os chavões dessa ideologia e anularia sua ação ou qualquer questionamento diante do inevitável movimento da história. Incapazes de separar o que era o mundo fictício da ideologia e o que era a realidade

que o cercava e que compartilhava no mundo com seus semelhantes, o homem massa se constituiu como um obediente exemplar dentro do governo totalitário.

Em tentativa de síntese, podemos aferir que o argumento central da autora de que a ruína da sociedade de classes e o surgimento de um tipo de indivíduo que não se reconhece na esfera pública de seu tempo, eliminando nesse sentido a ação e a liberdade humana, isso através do terror e da ideologia, foram questões centrais na tentativa de compreender o totalitarismo. O governo totalitário tanto elimina a vida política e pública dos homens, como também usa e catalisa essa experiência desesperadora de um sentimento de não pertencimento ao mundo. Hannah Arendt inicia uma reflexão profunda no que se refere ao sentimento de pertencer ao mundo e ao ato de “estar só” neste mesmo mundo, elementos que serão centrais para suas reflexões em *A condição humana* e nos seus escritos posteriores sobre ética e moral. Mas já em *Origens* podemos perceber os caminhos que a autora utilizará para lidar com o problema da ação de membros do governo totalitário, adesistas, burocratas e outros sujeitos que participaram da organização nazista.

Ainda em *Origens do totalitarismo*, há um elemento importante para a compreensão da obra *Eichmann em Jerusalém*. Refere-se à questão do mal, presente em ambos os textos. Hannah Arendt anuncia a noção de mal radical para referir-se em *Origens* aos campos de concentração e como estes foram se especializando de maneira sistemática na capacidade de fazer morrer. Especificamente, a autora aplica a noção kantiana de mal radical aos eventos de seu tempo, iniciando este processo já em 1943 quando recebe as informações dos campos em Auschwitz. Quase duas décadas depois, quando publica *Eichmann em Jerusalém*, a questão do mal voltará com força, mas de modo diferente, ou aparentemente oposto quando aparece neste obra o subtítulo “banalidade do mal”. A título de entendimento de como Hannah Arendt se posiciona e interpreta o julgamento em Israel, vale a pena e é importante debater sobre a diferenciação entre “mal radical” e “banalidade do mal”.

Em *Origens*, o tema do mal aparece quase que como extensão da concepção de uma grande influência de Arendt: Kant. Este proporcionou uma contribuição no que se refere ao debate do mal, percebendo que o mal não tem só a ver com os instintos ou com a natureza pecaminosa que descreveram os pensadores da corrente que se convencional chamar de contratualistas, mas sim o mal é um componente partícipe das faculdades racionais e uma possibilidade de escolha humana. Nesse

sentido, o mal não seria algo pertencente à natureza humana, mas sim algo contingencial e dependente de circunstâncias e escolhas do homem. O mal para Kant seria, então, uma rejeição ao bem e conseqüentemente uma escolha racional ao mal.

O que a autora faz em *Origens* é aplicar esse conceito de mal radical para o totalitarismo. A ideologia do movimento totalitário passou a considerar os homens como algo descartável, no sentido de que, caso fosse necessário, não haveria problema em retirar alguns elementos do caminho, como foi feito de fato nos campos de concentração. Em nome do movimento da natureza e da História tal como pregavam o movimento totalitário, a violência contra setores específicos da população é colocada em prática e isso será adjetivado de mal radical para Hannah Arendt.

O mal se configura para Arendt no contexto totalitário como mal absoluto. Este mal extremo foi a categoria que Hannah encontrou para enfatizar a urgência e o perigo que deste fenômeno totalitário, quando coloca em xeque algo que para ela é fundamental: a pluralidade humana²¹. Arendt aponta, nesse sentido, algo fundamental que refere-se à dificuldade moral e de juízo para com as ações que o totalitarismo praticou. O sistema moral e jurídico do século XX se depara com algo que desafiou nossa capacidade de compreender, sem deixar de exigir a interpretação diante dos horrores que assombram a política neste período. Homens e mulheres que, ao se ajustarem a uma ordem confortável fornecida pelo totalitarismo, concordaram e aderiram a um movimento da natureza ou ao trem da história e não foram capazes de se questionarem “porque não?”.

Esses pontos que destacamos, sobretudo, os que se referem ao fim da sociedade de classes e ao aparecimento da sociedade de massas, juntamente com a ideia de superficialidade do indivíduo e, por fim, a ideia de mal, são elementos que julgamos centrais para responder a pergunta: como Hannah Arendt chega ao julgamento do ex-burocrata nazista Adolf Eichmann em Israel?. Por isso,

²¹ No texto *O que é Política* publicado na obra que leva o mesmo nome, Hannah Arendt afirma que: A política basei-se na pluralidade dos homens, Deus criou o homem, os homens são um produto humano mundano, e produto da natureza humana. A filosofia e a teologia sempre se ocupam *do* homem, e todas as suas afirmações seriam corretas mesmo se houvesse apenas um homem, ou apenas dois homens, ou apenas homens idênticos. Por isso, não encontraram nenhuma resposta filosoficamente válida para a pergunta: o que é política? Mais, ainda: para todo o pensamento científico existe apenas *o* homem – na biologia ou na psicologia, na filosofia e na teologia, da mesma forma como para zoologia só existe o leão. Os leões seriam, no caso, uma questão que só interessaria aos leões.

encaminhou-se o texto para expor a trajetória das ideias de Arendt, antes de chegar na obra *Eichmann em Jerusalém*. Com o intuito também de responder esta questão que foi construído o item intitulado *Exílio e ação política*, que trata da filiação ao Sionismo até os conflitos que Arendt estabelece com a comunidade política judaica. Estes conflitos acompanharão Hannah Arendt durante a estadia em Israel para cobrir o julgamento de Eichmann, fazendo-a se ocupar desses temas em face da teatralidade do julgamento.

Em todo o caso, *Origens do totalitarismo* consolida a presença de Hannah Arendt entre os grandes intelectuais dos EUA e na Europa. Duas palavras podem caracterizar a produção de Arendt nesse momento: movimento e intensidade. Ela não para de circular. Conferências e convites para cursos como professora visitante são constantes. Tempo e espaço vão se encurtando. No tempo livre, vai para Europa dar palestras e conferências, estudar e pegar cursos com Karl Jaspers. No tempo que lhe resta sem atividades, não fica estática. Trabalha intensamente. Quando não está lecionando ou preparando seus cursos, está trabalhando na tradução de *Origens* para o alemão, escrevendo artigos e iniciando novos trabalhos que irão marcar seu pensamento dali em diante.

Ainda em 1955, faz uma visita a Israel, a primeira desde a constituição oficial do Estado e território. Ela relutava em ir para Israel. Em 14 de outubro Arendt chega em Tel-Aviv, capital do então Estado de Israel. Arendt confirma sua intuição antiga de que ali se instalaria um espaço cheio de fronteiras e de um nacionalismo estrangulador, intuição que foi sensibilizada e construída no seu contato e confronto com as lideranças judaicas desde o exílio em Paris. As desavenças com o sionismo se materializam em sua visão concreta de Israel. Em correspondência com Heinrich Blücher, ela relata: “A decadência e a decrepitude são visíveis em todos os lugares, até nos refeitórios imundos e nas relações humanas. Tudo que se fala é de um nacionalismo exasperado. Deveríamos ter expulsado os árabes que ainda estão aqui e “todo o resto”.”. (Hannah Arendt e Heinrich Blücher, *Correspondance*, op. cit., carta de 18 de outubro de 1955, p. 376). Momento algum utilizara no vernáculo a palavra Israel, sempre fazendo referência à Palestina.

Hannah Arendt e sua desconfiança com relação à construção de um Estado judeu, no território palestino, se confirma. Arendt temia que Israel representasse uma ruptura muito forte em um povo já estabelecido que era o povo palestino. Na sua

visita, Hannah Arendt confirma essa avaliação. Volta para Nova York e retoma a escrita do texto que, na época chama-se *Vita activa*, mas que irá se denominar, mais tarde *The Human Condition*. Publicado em 1958, trata-se de um trabalho sobre as atividades elementares de todo ser humano. Arendt quer pensar sobre o que nos define como humanos, como aponta em seu prólogo:

O que proponho nas páginas que se seguem é uma reconsideração da condição humana do ponto de vista privilegiado de nossas mais novas experiências e nossos temores mais recentes. É óbvio que isso é um assunto do pensamento, e ausência de pensamento [*thoughtlessness*] - a despreocupação negligente, a confusão desesperada ou a repetição complacente de “verdades” que se tornaram triviais e vazias – parece-me ser uma das mais notáveis características de nosso tempo. O que proponho, por tanto, é muito simples: trata-se apenas de pensar o que estamos fazendo. (ARENDR, 2010, p. 6)

As experiências de nosso tempo as Arendt se refere perpassa o domínio da política e da predominância do *animal laborans* como modelo do humano. A questão da técnica é algo importante nas considerações de Arendt que fará uma crítica à modernidade, sempre pensando nos termos “o que estamos fazendo”:

Esse homem futuro, que os cientistas nos dizem que produzirão em menos de um século, parece imbuído por uma rebelião contra a existência humana tal como ela tem sido dada – um dom gratuito vindo de lugar nenhum (secularmente falando) que ele deseja trocar, por assim dizer, por algo produzido por ele mesmo. Não há razão para duvidar de que sejamos capazes de realizar tal troca, assim como não há motivo para duvidar de nossa atual capacidade de destruir toda vida orgânica na Terra. A questão é apenas se desejamos usar nessa direção nosso novo conhecimento científico e técnico, e essa questão política de primeira grandeza, cuja decisão, portanto, não pode ser deixada a cientistas profissionais ou a políticos profissionais. (ARENDR, 2010, p. 3)

O livro não tem dedicatória. Esse fato remonta a sua relação com Heidegger. Arendt tratou em *A condição humana* de temas que lhe foram introduzidos nos seus

cursos como aluna. Segundo a biografia de Arendt, Laure Adler, aponta que Arendt não dedica o livro à ninguém pelo fato de querer dedica-lo à Heidegger, mas não dedica, ainda tributária da relação que não deu certo. Apesar de Adler não citar, um outro motivo que nos parece fundamental é a postura de Jaspers em relação a Heidegger. Jaspers apesar de nutrir um profundo respeito e admiração ao colega, ainda é ressentido pelo silêncio de Heidegger em relação a suas atitudes durante o nazismo.

Hannah Arendt retorna a Europa em 1959 para receber o prêmio Lessing concedido pela cidade de Hamburgo. O nome da premiação faz referência à Gotthold Ephraim Lessing, alemão nascido em 1729. Lessing foi filósofo, poeta, dramaturgo e crítico de arte. Também crítico do antissemitismo, defensor do livre pensamento e da tolerância religiosa. Hannah Arendt prepara um discurso com o título “Sobre a humanidade em tempos sombrios”, com o subtítulo “Reflexões sobre Lessing” elogiando este que para ela foi um pensador revolucionário por acreditar que a atividade intelectual e o pensamento não deveriam se esconder do mundo, mas sim se estabelecer em conexão e em ação no mundo. Arendt retomaria seu exercício ensaístico de pensar biografias de pessoas que lhe interessavam. Arendt aproveita as reflexões acerca de Lessing para pensar sobre temas que lhe são oportunos e necessários. Nesse discurso Arendt quebra o protocolo.

Ela prepara uma reflexão profunda sobre o pertencimento do homem no mundo. Questão que já vinha trabalhando e colocou na obra *A condição humana*. Mas aqui a novidade é a questão colocada por Arendt sobre o pária. Os povos párias, são os considerados sem-lugar, os não enquadrados, enfim, os que passam por um sentimento experimentado pela perda do mundo. Arendt estava pensando em sua própria experiência através de outras pessoas como Lessing, ou como pensaria sobre outros como Franz Kafka. Arendt sistematizou, por assim dizer, uma noção que captou na vivência com os vários párias que conheceu em Paris.

Os párias se encontravam em uma situação que obrigariam uma auto reinvenção, só neles encontraríamos o que existe de mais humano em nós. Aqui não poderíamos nos esquecer da própria experiência de Arendt como “menina que veio do estrangeiro”, sua origem natural judaica e o nazismo que a lança em uma desconexão radical com o mundo. Arendt quer demonstrar o pano de fundo de toda sua reflexão e uma postura de ação:

Sua crença na vitalidade da ação e na abertura ao outro lhe dá a esperança de que seu combate intelectual, por mais solitário e precário que seja, permita, afrontando o passado e pensando o presente, imaginar as condições de possibilidade de um futuro com toda lucidez. Há um pessimismo gerador de esperança em Hannah Arendt, uma dor a empunhar o real, uma vontade de não se cegar, um desejo de não se contar e contar histórias que a tornem humana, calorosa, generosa. (ADLER, 2007, p. 395)

O prêmio de Lessing é a confirmação de uma carreira consolidada. Outras honrarias e convites colocam Arendt como uma realidade intelectual e não mais como um elo deslocado sem saber por onde começar nos primeiros anos de quando chegou aos Estados Unidos. Ela se reinventa e não se ajusta. Uma pensadora em movimento e não poderia ser de outro modo. Publica duas grandes obras e está preparando e produzindo sem parar.

O seu exagero e sua constante vontade de liberdade não lhe garantem segurança empregatícia, sendo seus momentos de estabilidade os cursos provisórios e bolsas esporádicas. Essa pária incomodou e não teve receio de mostrar a sua condição de não lugar e expatriada. Apesar do respeito e da admiração conquistada, não vão lhe garantir um papel a desempenhar, no sentido de um personagem fixo. Arendt era mais deslocamento que segurança. Mais exagero que moderação. Sua crítica era baseada na dúvida e não negava constrangimentos se fosse o caso.

Os anos 60 se aproximariam e Arendt se depararia com um novo desafio. Com a captura de Adolf Eichmann, burocrata nazista, pela polícia secreta de Israel, Arendt se interessa por cobrir o julgamento de um dos considerados chefes da execução final dos judeus. O que escreveria Arendt sobre o julgamento de um burocrata do nazismo pelo Estado de Israel? Afinal, findada a Guerra, como ficaria o julgamento desse Estado alemão que se controverteu e dos indivíduos que participaram dentro das burocracias totalitárias. Certamente podemos esperar as mesmas características de Arendt presente em toda sua trajetória e que procuramos dialogar até aqui, mas com algumas peculiaridades. Agora já consagrada teórica da política nos EUA, Hannah Arendt voltará a desempenhar o papel de escritora para periódicos, cobrindo o julgamento de um ex-burocrata do regime nazista.

Foi objetivo deste primeiro capítulo percorrer esses passos deslocados de Hannah Arendt desde a fuga de sua família para Berlim, depois passando por países europeus e se fixando em Paris, e logo depois, finalmente encontrando um porto seguro nos Estados Unidos. O momento de exílio se confunde com a sua preferência pela ação política que manifesta-se em sua atuação dentro de agências da comunidade judaica que prestavam apoio aos judeus imigrantes. Aos poucos, Arendt passa a figurar fora do círculo de proposições judaicas para a solução dos problemas judeus, procurando a construção de um caminho político efetivo e que não se conectava com a elite sionista. Com a afirmação intelectual nos EUA, como professora e conferencista, Arendt passa a explorar com mais dedicação novamente as Universidades e a cultura acadêmica, passando a se dedicar às aulas e suas futuras obras, mas sempre entendendo seu pensamento como extensão de sua pragmática política. Para análise e interpretação do seu conjunto de relatos durante o julgamento de Adolf Eichmann é fundamental entender essa pensadora que sempre se desloca. Contar a história da obra *Eichmann em Jerusalém* de uma forma complexa é também navegar pelo universo da Hannah Arendt ativista, intelectual, jornalista. É preciso, do mesmo modo, admitir essa personagem que estabelece relações tensas com o movimento Sionista e com o Estado de Israel, que irá imprimir um sentido político ao julgamento de Eichmann.

CAPÍTULO 2

Escrita e concepção dos textos: o julgamento e a proposta de *Eichmann em Jerusalém*

Continuando com a mesma questão problema, procurando dar conta de como Hannah Arendt chega ao julgamento em Jerusalém e elabora seu conjunto de artigos publicados como *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, este segundo capítulo tratará fonte de pesquisa para compreender e visualizar como categorias anteriores, sobretudo presentes em *Origens do totalitarismo*, já discutidas no primeiro capítulo, acabam permeando os posicionamentos e perspectivas apontadas por Hannah Arendt. Nesse sentido, cabe salientar que, ao procurar elementos e categorias que orientam a ação e concepção dos artigos sobre o julgamento, não pretende-se apreender a obra *Eichmann em Jerusalém* como mero reflexo de concepções anteriores presentes em *Origens*. Ou seja, este momento do trabalho percorrerá um diálogo entre *Origens* e outros textos de Arendt com *Eichmann em Jerusalém*, mas propondo um diálogo em que os primeiros não sufoquem o segundo. Entendemos que há sim singularidades e contingências que só podem ser visualizadas em *Eichmann em Jerusalém*.

Para além de alertar sobre a repetição ou aplicação de categorias anteriores de maneira estanque, a proposta defendida neste capítulo é a de que há uma singularidade fruto deste momento específico que foi o julgamento para Hannah Arendt. Este capítulo procurará percorrer e destacar este encontro entre categorias anteriores que moveram o pensamento de Hannah focando na singularidade da própria obra. Para destacar esta singularidade, primeiramente, será estabelecido um diálogo com o cenário de possibilidades de escrita e elaboração dos artigos. Em seguida, no contato com a fonte, destacaremos os elementos frutos das categorias anteriores, mas enfatizando como estes são alterados e aplicados em um caso concreto, como foi o exemplo do julgamento de Adolf Eichmann. De frente para o burocrata Eichmann, Hannah Arendt se depara com uma situação que foge das suas expectativas e categorias anteriores e, diante de um cenário novo, uma nova forma de interpretar e articular seus pressupostos é ativada. Nesse sentido, para além de narrar a trajetória da obra, também, este trabalho ao dialogar com as alterações, poderemos

identificar algo fundamental para a história intelectual: os marcadores de diferença e mudança.

Partimos do pressuposto de que compreender como Hannah Arendt apresenta para o leitor o funcionamento da corte e outros aspectos que tangenciam o julgamento pode nos dizer muito sobre a singularidade da leitura da autora acerca do “rito” que acompanhava como correspondente da *The New Yorker*. Não é apenas na polêmica, estabelecida com a publicação dos artigos, que encontramos a singularidade. Singular é também a escrita de Hannah Arendt, que responderá menos às suas preocupações sobre o regime totalitário e mais à política “futura” (um futuro já preterido), marcada pela Guerra do Vietnã nos Estados Unidos e pela urgência que se colocava quanto às cortes e ao Direito Internacional. Em outras, palavras, percorrer o caminhos que Hannah Arendt realiza para apresentar a estrutura física do local onde o julgamento é realizado, o corpo de magistrados, os promotores e outros aspectos, são elementos fundamentais para o exercício de compreensão o qual a presente pesquisa procura realizar.

Em *Eichmann em Jerusalém* o que percebemos é uma narrativa que, por assim dizer, vocaliza aquela figura incômoda que fitava todos os presentes no julgamento. Um homem de carne e osso que escapava à narrativa que a comunidade judaica e o Estado de Israel tentaram imprimir nas acusações propostas no tribunal, via promotoria. Arendt acaba por nos fornecer uma visão nada comum sobre o sujeito considerado pela acusação como sendo “o maior carrasco da história dos judeus”. Utilizaremos como principais condutores de bibliografia de apoio durante este capítulo, sobretudo referente ao primeiro item as obras *Hannah Arendt – por amor ao mundo* (1997) de Elizabeth Young-Bruehl e *Nos passos de Hannah Arendt* (2007) de Laure Adler.

2.1 - UMA ESPECTADORA COMPLEXA

Um dos nomes citados no tribunal internacional de Nuremberg durante o julgamento dos criminosos de guerra pela testemunha Dieter Wisliceny foi o de Eichmann. Um nome até então pouco percebido ou citado nos processos judiciais de Nuremberg. Dieter ao dar seu depoimento relata que Eichmann fora uma figura a qual foi concedido “poderes especiais” para lidar com a chamada solução judaica na

Europa. Até então o que se sabia de Eichmann, em relação ao seu paradeiro era praticamente nada, ao menos considerando aqui até a data dos julgamentos em Nuremberg. O processo segue normalmente e o nome de Otto Adolf Eichmann não retorna aos debates públicos acerca do avivamento da questão devido aos julgamentos de outros membros do regime nazista alemão. Fato que iria mudar radicalmente em 1960 quando Eichmann é encontrado vivendo na Argentina e é capturado pela polícia secreta de Israel.

Prisioneiro de guerra pelos norte-americanos, Eichmann consegue uma nova documentação pessoal e tem uma vida paralela desde o final da Segunda Guerra Mundial. Quando fica sabendo do depoimento de Wisliceny e seu nome começa a aparecer como possibilidade entre os culpados, Eichmann inicia sua fuga. Foge primeiro rumo à Áustria e, depois, para Itália. Consegue um passaporte falso e segue para seu novo país na América do Sul que será a Argentina. Logo depois, Eichmann passaria a ter uma vida tranquila em um bairro periférico da cidade de Buenos Aires. Sua família vem ao seu encontro depois de sua chegada.

Em 1957, a polícia alemã consegue a informação da provável fuga e a nova localidade de Eichmann e comunica ao serviço secreto de Israel. Dois anos depois, a polícia secreta vai até à residência daquele que iria ser qualificado como o maior carrasco e responsável pela morte de milhões de judeus. Sabe-se que a prisão de Eichmann pela polícia secreta de Israel não se dá dentro da legalidade. Sem comunicar a justiça local ou organismos internacionais, a prisão mesmo assim é feita e Eichmann assina um termo onde declara que é inútil fugir da justiça e que está pronto para seguir para um tribunal em Israel. Embarcam o futuro réu disfarçado, seguindo para Israel.

A polêmica em torno da captura de Eichmann era certa. O psicanalista de origem judaica, Erich Fromm, publica uma carta no espaço público do jornal *New York Times* em 11 de junho de 1960 afirmando:

A captura de Eichmann é um ato ilegal exatamente do mesmo tipo daqueles de que os nazistas se tornaram culpados. É verdade que não há provocação pior do que os crimes cometidos por Eichmann; mas é justamente no caso de provocações extremas que o respeito à lei e à integridade dos outros países deveria ser posto à prova. (FROMM, in: *New York Times*, apud ADLER, 2007, p. 402)

A questão referente à prisão de Eichmann foi objeto de discussão, mas Israel constrói um consenso em torno da legitimidade da captura. Outro ponto polêmico refere-se, também, à legitimidade, mas agora a questão é se Israel poderia e se seria justo um julgamento operado pela corte em Israel, país com total interesse no julgamento. A própria Hannah Arendt irá se deter no tema da legitimidade ou não de julgar de Israel. Para Jaspers, uma corte internacional seria o lugar ideal para que esse tipo de julgamento acontecesse. A postura desse filósofo é diferente de Hannah Arendt, que, ao se demorar e pensar bastante acerca do ocorrido, acaba entendendo que Israel possui sim a legitimidade para julgar. Por não encontrarmos muito consenso²² entre Arendt e a comunidade judaica que sustenta o julgamento em Israel, esse fato é então um tanto inusitado.

No verão norte americano de 1960, Hannah Arendt toma conhecimento da captura de Eichmann. Especificamente em 23 de maio de 1960, o velho conhecido de Arendt e atual primeiro-ministro de Israel, Ben Gurion, comunica ao parlamento de Israel que Adolf Eichmann foi encontrado e capturado pela polícia secreta israelense, já se encontrando em território israelense. Nesse momento, o público toma conhecimento do nome de Eichmann. Arendt acompanha o caso com uma empolgação sem tamanho e escreve para W. Shawn, editor e diretor da revista *New Yorker* oferecendo-se para cobrir o julgamento em Jerusalém. Os amigos de Arendt não apoiariam sua iniciativa de ir para Jerusalém e tentam desestimulá-la, como é o caso de Jaspers: “O processo Eichmann não lhe trará prazer. Acho que ele não poderá se desenrolar de maneira satisfatória. Temo sua crítica e acho que você deverá guardá-la para si mesma, na medida do possível.” (Hannah Arendt e Karl Jaspers, *Correspondance*, op. cit., carta no 267, de 14 de outubro de 1960, p. 546-547.) E Arendt responde a Jaspers: “Para mim, a situação se apresenta de maneira tal que dependo inteiramente do processo” (Ibid, p. 554). Nessa mesma correspondência, Arendt relata para Jaspers seu desejo de ir presenciar um período que ela abandonou logo em 1933, quando iniciou-se o governo de Hitler, levando-a aos exílios mencionados no capítulo anterior.

²² A falta de consenso é uma referência aos conflitos e relações que Hannah Arendt estabeleceu com a elite da comunidade judaica e com o sionismo desde a década de 30, permanecendo vivo este conflito durante seu exílio na França e nos Estados Unidos.

Hannah Arendt iria se reencontrar com a estrutura política do sionismo, materializada no Estado de Israel. Como já mencionado, Arendt no que se refere à polêmica, se Israel podia ou não julgar Eichmann, acabada por concordar que, querendo ou não, Israel, que abriga a maioria dos judeus neste período, está apto para julgar. Esse fato curioso mostra o esforço de Arendt para compreender esse fenômeno e momento novo que se apresentava no debate político e jurídico de seu tempo. Inevitavelmente ficaria desgostosa com os usos políticos do julgamento por parte de Israel, preocupação que iria se confirmar segundo seus relatos durante o processo. Arendt não poderia imaginar, mas desconfiava de como o governo atual de Israel, por meio da acusação iria proceder durante o julgamento, relatando: “Era a única instância política que possuíamos. Ela não me agrada particularmente, mas não posso fazer nada” (Ibid., p. 561.)

Hannah Arendt recebe um retorno positivo preliminar da revista *The New Yorker*. A ideia é que ela vá como mera jornalista para cobrir e escrever artigos para a revista acerca dos acontecimentos que permeariam o julgamento. A oportunidade foi considerada por Hannah Arendt como algo ímpar, pois essa revista era considerada por ela um publicação independente, principalmente, por não ser judaica, fato que lhe possibilitaria uma postura mais livre e crítica.

A *The New Yorker* fez sua estreia em fevereiro de 1925 com publicação anual, contando, atualmente, com tiragem de 46 publicações. Foi concebida como uma revista cosmopolita que abrigaria ensaios de literatura, reportagens investigativas, humor, arte, crítica literária, política e tudo que envolvesse a vida cultural da cidade de Nova York. Mas a revista não fica restrita a Nova York e ganha dimensão internacional devido a sua qualidade. Fugindo um pouco do formalismo de outras revistas que cercavam a cidade de Nova York, a *The New Yorker*, sem perder sua veia humorística e buscando o diálogo com a arte e literatura, logo se firma como um canal importante para o jornalismo político e social nos EUA. Um exemplo foi a edição inteira assinada por John Hersey, após a Segunda Guerra Mundial, onde escreveu um ensaio sobre os ocorridos em Hiroshima.

A revista passa a figurar como um reduto de importantes escritores norte-americanos e de outros países como Alice Munro²³, Jerome David Salinger²⁴ e John Updike²⁵, de modo que diversos colaboradores rotativos contribuíram com essas publicações. Hannah Arendt foi uma dessas. William Shawn que foi editor da revista entre 1951 e 1987, aceita o pedido de Hannah Arendt para cobrir o julgamento de Eichmann em Israel. O combinado é que a revista custearia passagens e parte das despesas dela em Israel durante o julgamento, enquanto Arendt escreveria como jornalista para a revista, apesar de Shawn deixar claro que não necessariamente publicaria os escritos de Arendt. Mais uma vez ronda o perigo do isolamento que Arendt viveu quando escritora das revistas judaicas, com as quais contribuiu ao chegar nos EUA como já havíamos citado no primeiro capítulo. Mas esse perigo do isolamento se distância na medida em que Arendt encontra um lugar muito mais flexível que outrora.

Havia na revista um lugar ideal para Arendt cobrir o julgamento. Além da presença de jovens escritores que iriam se consagrar com o tempo, a revista não tinha uma linha política definida e se colocava como “não partidária”. Ser não partidário não significava, evidentemente, ser apolítico, todavia, ao menos o editorial não tinha uma linha de atuação bem definida e posicionada. Uma constatação importante é lembrar que a revista não era judaica, apesar de abrigar muitos escritores judeus. Enfim, a *The New Yorker* constituiu-se como espaço certo para abrigar uma pensadora que normalmente entrava em conflito com os editores das revistas que ocupou anteriormente. Estava armada a estrutura para Arendt realizar um exercício intelectual, jornalístico e filosófico que, ao final, ela adjetivou como um conjunto de “meros relatos”, mas que marcou a trajetória da revista e da própria Hannah Arendt.

Hannah Arendt encontrou um lugar para dar voz ao inaudível, para deixar Eichmann falar, e isso geraria um incômodo sem tamanho. O processo é aberto em Jerusalém no dia 11 de abril de 1961 e Arendt iria se posicionar diferentemente da

²³ Alice Munro nasceu em 1931. É uma escritora canadense considerada uma das principais escritoras em língua inglesa da contemporaneidade.

²⁴ Jerome David Salinger (1919-2010) é um escritor norte-americano. Publica em 1948 seu primeiro conto na revista *New Yorker*, onde iria escrever até 1951. Escreveu o romance *The Catcher in the Rye* que fez um sucesso imediato e continua com uma tiragem anual muito significativa.

²⁵ John Hoyer Updike (1932-2009) é romancista e novelista norte-americano. Considerado uma das principais referências de novelas nos EUA. Trabalhou na revista *New Yorker* durante de 1955 até 1957 onde publicou poemas, contos e críticas literárias.

tendência majoritária dentro da comunidade judaica ao se interessar sobremaneira pela figura desenhada por Israel: o ex-burocrata nazista que era um “diabo encarnado”. Estava na sua frente o responsável pela chamada solução judaica? Era este o encarregado especial para destruir o povo judeu? Hannah Arendt foi a fundo nesta questão e produziu seus escritos para a *New Yorker*, os quais foram reunidos futuramente e transformados em um livro chamado *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. O diferencial de cobertura de Hannah Arendt se encontra em seu próprio processo de formação intelectual como filósofa onde aprendeu a se ater ao óbvio que neste caso específico tratava-se do próprio Eichmann. O princípio clássico da filosofia grega aparece de maneira muito efetiva: iniciar-se no ato de filosofar é começar se espantando pelo seu cotidiano e pelas coisas triviais. É esta postura filosófica que levaria Hannah Arendt a se voltar para a figura principal do julgamento produzindo um dos motivos que acarretaram críticas e polêmicas acerca da publicação futura, como coloca Arendt no seu pós-escrito:

Um bom número de pessoas começou a discutir se as vítimas da perseguição não seriam sempre mais “feias” que seus assassinos; ou se alguém que não estava presente tem o direito de “julgar” o passado; ou se é o acusado ou a vítima que ocupa o lugar central num julgamento. Sobre este último ponto, alguns chegaram a afirmar não só que eu estava errada em me interessar no tipo de pessoa que era Eichmann, mas ainda que não deviam ter deixado que ele falasse nada – ou seja, que o julgamento fosse conduzido sem defesa. (ARENDR, 2010, p. 308)

Nesse sentido, ao contrário da superficialidade dos debates, rodeados por questões emotivas e a vincular grupos sociais definidos, especificamente no que se refere à questão do nazismo (cuja memória traumática rondava sobremaneira Israel), Hannah Arendt supera este questão e busca um caminho diferente para compreender a situação complexa que o julgamento apresentava. Portanto, as características de Hannah Arendt, sobretudo sob o ponto de vista de sua formação e questões anteriores, irão acompanhá-la durante o julgamento. Sua imprevisibilidade e espontaneidade se farão presente, gerando uma interpretação nada convencional acerca do julgamento. Aos poucos, a sua perspectiva “ação política” reaparece, na medida em que vai compreendendo como o julgamento se estruturava e seus atores se posicionavam.

E outra característica presente no julgamento é seu atrito com o sionismo, agora materializado no Estado de Israel. Por isso a importância de se pensar que Hannah Arendt é essa que chega ao julgamento e como suas filiações políticas e intelectuais iriam operar a sua compreensão acerca de um dos julgamentos mais polêmicos do século XX. Um julgamento que reacenderia a memória acerca do regime totalitário alemão. Afinal aquele era um julgamento que estabelecia um fato político, sendo utilizado um Estado interessado em contar a sua história.

Considerando que cada espectador ou pessoas que cobriram o julgamento tinham motivações e orientações anteriores que auxiliariam na interpretação deste evento, cabe aqui a tentativa de compreender como e quais são estes elementos que Hannah Arendt leva consigo e como os articula no caso particular do julgamento de Eichmann. Tratava-se de uma judia expatriada, que travara intensos debates acerca do totalitarismo e, dentre outras, uma das intelectuais mais presentes no debate público quando o assunto era a condição judaica, durante o nazismo alemão. Deixar Eichmann falar e qualificar o carrasco dos judeus como homem banal é um retorno aos seus conflitos com o sionismo e apresenta uma novidade para pensarmos as catástrofes que rondaram o século XX. Por isso um retorno à leitura de Hannah Arendt em *Eichmann em Jerusalém* é ainda importante, considerando um problema anunciado ainda na introdução que refere-se à qualificação do adjetivo que carrega o século XX, que é o de catastrófico²⁶.

Considerando a formação política judaica de Hannah Arendt durante seu período exilada em Paris e nos EUA, e depois sua afirmação intelectual neste segundo país, podemos nos questionar, afinal, que Hannah Arendt é essa que chega para cobrir o julgamento em Jerusalém? Após uma leitura de *Origens do totalitarismo* e passando por outros textos anteriores a *Eichmann em Jerusalém*, podemos colocar que categorias anteriores juntamente com a sua ação e posicionamentos políticos irão permear toda a sua percepção acerca do julgamento em Israel. Em um primeiro

²⁶ Apesar de já discutido na introdução, cabe uma ressalva, lembrando que, o século XX é adjetivado como catastrófico devido às Guerras Mundiais e à Guerra Fria, esta última sempre na eminência de ocorrer. Apesar dessa constatação, cabe lembrar que há uma visão que vê este mesmo período como de desenvolvendo e progresso que proporciona um salto tecnológico impensável. Porém, acompanhamos o raciocínio da autora que tratamos, Hannah Arendt, que anuncia a crise do político, a eliminação dos espaços públicos e tecnificação da política. Essa burocratização e aplicação das técnicas sofisticadas é apontada pela autora como um dos elementos que corroboraram os chamados “crimes administrativos” contra os seus próprios criadores: os homens.

momento, há uma preocupação central no que tange aos problemas dos judeus, e um esforço pragmático no sentido de construir uma saída para esse dilema. Nesse primeiro momento, Arendt se aproxima do Sionismo e das organizações judaicas para construir este consenso. O que ela encontra é mais dissenso que consenso. Há uma divisão, em termos biográficos, quando ela assume uma condição e lugar no mundo mais direcionado para a produção acadêmica, conferências e atuação em sala de aula. Percebe-se um distanciamento daquela condição ativista para, porém, trata-se de uma divisão no sentido de tensão normal entre teoria e prática, mas não de uma separação unilateral, uma vez que categorias anteriores vão ser fundamentais para leitura e compreensão da obra *Eichmann em Jerusalém*.

Obviamente que esta divisão não é algo estanque. Contudo, a título de hipótese é importante levar em consideração este movimento para compreendermos a produção e elaboração dos artigos sobre o julgamento de Adolf Eichmann. Então, o que temos é uma Hannah Arendt já consolidada como intelectual da política nos EUA, e na Europa. Mas não podemos nos esquecer do momento mais ativista e dos conflitos que estabeleceu com a comunidade judaica. Estes elementos são fundamentais para entender como Arendt articula sua interpretação. Dito isso, a hipótese central navega no sentido de uma tensão entre a ação política e as reflexões presentes nos textos anteriores a *Eichmann em Jerusalém*. Hannah Arendt incorpora sua experiência junta aos sionistas e reintegra sua crítica ao totalitarismo (não sendo esse o tema principal em *Eichmann*) por meio da concepção de política. Assim, no julgamento, encontra-se uma Hannah Arendt madura intelectualmente, interessada em uma elaboração teórica sobre os dilemas emergentes do totalitarismo (mais do que o totalitarismo, interessava-lhe refletir sobre as capacidade de pensar e julgar, associando-as à discussão sobre a moral e o direito) e uma ativista que já havia habitado o mundo dos periódicos para se posicionar acerca dos problemas dos judeus durante o regime nazista, criticando diretamente os sionistas nesse contexto.

Ao se dirigir para Israel, Hannah Arendt está respondendo uma dinâmica do presente. Como julgar este indivíduo que participou da burocracia totalitária que exterminou milhões de pessoas? O problema do totalitarismo, apesar de tangencial, reaparecera para Hannah Arendt. O que Hannah Arendt faz em *Eichmann* não é uma mera cobertura jornalística no sentido de apresentar os fatos, descrever os procedimentos e rituais jurídicos em torno do julgamento. A própria revista já

demandava um conjunto de artigos de maior fôlego. Entretanto, ao mesmo momento, não haveria espaço para uma reflexão aprofundada sobre. Entendemos nesse sentido, que há uma resposta por parte da autora mediada por esses critérios e condições. Ela vai como repórter, mas uma repórter que carrega a reflexão filosófica e uma condição política marcada pelo confronto com as lideranças judaicas, agora radicadas e estabelecidas em Israel – as mesmas que iriam julgar crimes o qual ela tanto combateu.

Estamos diante de uma interpretação única. Somente o “diferente” pode estimular esforços interpretativos. O julgamento de Eichmann demandou um esforço interpretativo por parte de Hannah Arendt. Por isso a importância de não ler *Eichmann em Jerusalém* como e somente fruto de categorias anteriores. Ela não escolhe o caminho majoritário de eleger o acusado como monstro ou um ser fora dos padrões humanos, mas sim o enxerga como alguém “normal” e de carne e osso como qualquer um. Esse caminho interpretativo está em consonância com seu embate antigo com a comunidade judaica, e também com sua postura crítica e sempre inovadora quando se propunha a pensar sobre determinado tema. Ao cobrir o julgamento e escrever para a revista *The New Yorker*, Hannah Arendt parte de um lugar “desconfortável” para interpretar quem era Adolf Eichmann, perguntando-se por qual motivo ele era apontado como um tipo de sujeito e não de outro. Mais uma vez, o que Hannah Arendt observa é a predominância de um julgamento muito interessado na elaboração de uma memória judaica com o marcador voltado para o nazismo. No jogo que é a construção textual, Hannah Arendt não abre mão de fazer parte da construção de um jogo em aberto e se colocar também como partícipe, não anulando suas convicções, fruto da sua luta política como ativista do sionismo.

Hannah Arendt em *Eichmann em Jerusalém* não segue os padrões majoritários da comunidade judaica para descrever Eichmann. Ela prefere se lançar em um exercício de interpretação que expõe temáticas para os quais a própria autora não tem resposta, tais como ética (e a culpabilidade), a política (seu uso e a memória), a incapacidade de julgar (e os limites dos códigos herdados para tal atividade). Nesse sentido, ela cria uma possibilidade interpretativa para lidarmos com o problema que é julgar a participação de homens e mulheres dentro das burocracias totalitárias. Muitos interesses estão em jogo nesse movimento de julgamento e, de fato, não há um padrão que possa orientar a percepção acerca destas ações. Isso não corresponde a uma

absolvição prévia ou uma diminuição no rigor do julgamento, mas sim uma atividade digna da complexa situação que se desenhou a partir dos relatos sobre o movimento totalitário.

2.2 – O JULGAMENTO ESPETÁCULO

Um dos caminhos para interpretar a fonte *Eichmann em Jerusalém* é compreender esse movimento que inicia-se no julgamento e vai parar na figura de Eichmann. Seguindo a estratégia interpretativa de considerar como Hannah Arendt chega ao julgamento, que procurei responder no primeiro capítulo, agora, faz-se necessário mergulhar nesse movimento que está longe de ser natural. Justamente por adotar uma postura crítica para com o sionismo e suas políticas, que estão diretamente relacionadas com a criação de Israel, Arendt realiza o movimento contrário que seria iniciar o debate partindo de Eichmann.

Hannah Arendt inicia com um capítulo chamado “A casa da justiça”. O que temos nesse primeiro momento é uma crítica à forma como fora conduzido julgamento, não no que se refere à legitimidade de Israel julgar, ou se deveria ou não ser julgado Eichmann, essas questões já haviam sido superadas. Aqui Arendt vai apontar sua crítica através basicamente do que chamou de “julgamento espetáculo”. Adiantando de maneira breve, para Hannah Arendt, a forma como o julgamento fora encaminhado estava muito atrelado aos interesses políticos de Israel.

O julgamento se inicia na manhã de 12 de abril no ano de 1961 na “Casa do povo de Jerusalém”, que ficou conhecida durante o julgamento e depois do ocorrido como Eichmanngrad. Ali dentro estava presente, em uma espécie de jaula de vidro, na frente de todos, o próprio Adolf Eichmann. Nesse sentido Arendt inicia seu relato justamente apresentando o lugar físico para o leitor e a semelhança deste lugar chamado “casa do povo” com a arquitetura de um teatro, introduzindo o leitor em de sua perspectiva:

Quem planejou este auditório da recém-construída *Beth Ha'am*, Casado do povo (no momento circundada por altas cercas, guardada do sótão ao porão pela polícia fortemente armada, e com uma fileira de barracas de madeira no pátio fronteiro onde todos os que vão

chegando são adequadamente revistados), tinha em mente um teatro completo, com seu fosso de orquestra e sua galeria, com proscênio e palco, e portas laterais para a entrada dos atores. (ARENDDT, 2010, pg. 15)

Percebe-se uma Arendt plantando sua crítica e tecendo uma descrição rica acerca do clima que permeia o julgamento. Uma ênfase nesse fragmento que faz um jogo entre “casa do povo” e a segurança intensa que cercava o lugar. É irônico pensar que tamanha segurança tenha sido mobilizada para Eichmann, um quase senhor com a saúde debilitada. Mas o que mais parece seguro pensar, a partir dos escritos de Arendt é que essa segurança intensa que Israel forneceu para o julgamento tem a ver com o grande espetáculo a que serviu o julgamento:

Evidentemente, este tribunal não é um mau lugar para o espetáculo que David Ben-Gurion, primeiro-ministro de Israel, tinha em mente quando resolveu mandar raptar Eichmann na Argentina e trazê-lo à Corte Distrital de Jerusalém para ser julgado por seu papel na questão da “solução final dos judeus”. E Ben-Gurion, adequadamente chamado de “arquiteto do Estado”, é o diretor de cena do processo. Não comparece a nenhuma sessão; no tribunal fala pela voz de Gideon Hausner, o procurador-geral que, representante do governo, faz o que pode para obedecer o seu senhor. (ARENDDT, 2010, pg. 15)

E se o julgamento se caracteriza pelo aspecto cênico e espetacular, Arendt apresenta duas figuras centrais: uma delas é o primeiro-ministro de Israel e antigo líder sionista que Arendt conhecia de um tempo anterior, Ben-Gurion. Para ela, Gurion seria o diretor do espetáculo. O seu ator escalado é Gideon Hausner, procurador do Estado de Israel, responsável por executar o roteiro e representar os interesses de Ben-Gurion.

Outras figuras que Arendt nos apresenta são os juízes. O corpo de magistrados é considerado por Arendt como as pessoas certas para julgarem e acabam sendo os responsáveis pela condução mais coerente de um julgamento alinhado com uma concepção de justiça que se afasta do espetáculo:

Em nenhum momento se nota algum traço teatral na conduta dos juízes. Seu passo não é estudado, sua atenção, sóbria e intensa, é

natural mesmo quando visivelmente se enrijece sob o impacto da dor ao ouvir os relatos de sofrimento; sua impaciência com a tentativa do promotor de arrastar infinitamente essas audiências é espontâneo e tranquilizadora, sua atitude para com a defesa talvez um tanto polida demais(...).É tão óbvio que os três são homens bons e honestos que é surpreendente nenhum dos três ceder à grande tentação de representar neste cenário (...). (ARENDDT, 2010, pg. 14)

Fica claro que Arendt possui uma afinidade maior com os juízes por estes não cederem o comportamento convidativo de representar um personagem dentro do jogo da promotoria e de Ben-Gurion. Os juízes seriam então um porto seguro para Hannah Arendt. O juiz Moshe Landau se mostra cético em relação ao show da acusação e enquanto os promotores acusam Eichmann, o juiz Landau pergunta a Eichmann se ele se considerava culpado – nessa circunstância, o fato que instigava todos era a resposta do interrogado: “não no sentido da acusação”. Era complicado imaginar que ali na cabine de vidro estava o responsável pela morte de milhões, como relatou o correspondente do jornal francês *Le Monde*, Jean-Marc Théolleyre:

O homem está ali, silencioso, imóvel, elegantemente vestido, praticamente sem um gesto. Sabe-se quem ele é. Sabe-se quem ele foi. Mas um esforço intenso é necessário para conseguir se convencer de que este dia é o da abertura de um processo motivado por seis milhões de mortes” (Jean-Marc Théolleyre, *Le Monde*, 13 de abril de 1961 – apud Adler, 2007, p. 403)

É interessante como esse esforço que citou Jean-Marc Théolleyre será o mesmo esforço em forma de desafio que Hannah Arendt tomará para si durante o julgamento, em suas notas; e, também, futuramente, quando elaborar seus escritos sobre o julgamento. Mas esse é um desafio que Arendt tomará após realizar o movimento que chamei de “do julgamento espetáculo a Eichmann”. Afinal, se estava configurado um objetivo muito claro por parte do Estado de Israel na pessoa do primeiro-ministro de formar uma consciência judaica durante o julgamento, afinal quem era aquele sujeito que se apresentava ali dentro da cabine e que enfrentava todos os presentes no julgamento?

Um dos objetivos para o julgamento apontados por Hannah Arendt em *Eichmann em Jerusalém*, é o de formação para a nova juventude que não viveu os horrores do holocausto e precisavam conhecer a história. Fica claro o interesse de formação e prática, ou melhor, de uma política de memória direcionada aos residentes de Israel, sobretudo, aos jovens que não vivenciaram o holocausto. Essa política de memória estaria, como os relatos de Arendt e a fala da promotora iriam demonstrar, alinhada com a soberania e o reforço da justificativa da construção do Estado de Israel. Essa mesma juventude já sentia o conforto de um Estado próprio e Ben-Gurion queria demonstrar como isso foi possível e como foi imprescindível a construção e a manutenção do Estado de Israel:

Os judeus da Diáspora deveriam lembrar como o judaísmo, com seus 4 mil anos, suas criações espirituais e seus empenhos éticos, suas aspirações messiânicas, sempre se defrontou com “um mundo hostil”, como os judeus degeneraram até caminhar para a morte como cordeiros, e como só o estabelecimento de um Estado judeu permitiria aos judeus reagir, do modo como os israelenses reagiram na guerra de Independência, na aventura de Sues, e nos incidentes quase diários das infelizes fronteiras de Israel.(...) “a geração de israelenses que cresceu desde o holocausto” corria o risco de perder seus laços com o povo judeu e, por extensão, com sua própria história. “É preciso que nossa juventude se lembre do que aconteceu com o povo judeu. Queremos que conheçam os fatos mais trágicos de nossa história”. (ARENDR, 2010, p. 20)

Para Hannah Arendt, alimentar uma política de memória e incendiar de nacionalismo a juventude do Estado de Israel eram objetivos que iam completamente de encontro aos princípios de uma política que considerava justa e honesta. Fazer isso era alimentar e fomentar o que chamou de “tristes fronteiras”. Aqui é difícil não se lembrar da Arendt crítica do sionismo e da criação de um Estado no meio da Palestina. O que Arendt está adjetivando de “tristes fronteiras” diz respeito a essa tentativa de constituição de uma consciência judaica que, segundo ela, não era mais cabível para um Estado que se constituía no meio de outros povos. Para Hannah Arendt, o Estado de Israel era um Estado em meio aos Estados e uma nação em meio às nações. Sua reflexão aponta para uma preocupação política que é a constituição e possibilidade da existência de um Estado que insistia em um discurso já ultrapassado,

mas que tornava visível o modo de fazer política de Israel ou pelo menos uma prática que Ben-Gurion queria construir durante o julgamento. As fronteiras tristes de Israel só ficariam mais sangrentas e violentas com essa concepção de dicotomia entre judeus e gentios. Isso só dificultaria as coisas para Israel e o relacionamento de então “cidadãos israelenses” com os povos que habitavam o território e os rodeavam.

Para cumprir um dos objetivos do julgamento, que era a formação dessa consciência judaica que Arendt criticava, a estratégia foi a convocação de dezenas de testemunhas para contar sua experiência com as extradições, os campos e as familiares. Ficaria clara a estratégia anunciada pelo procurador-geral e representante do Estado no julgamento: em seu discurso, ele afirmou que, na acusação não estaria presente somente ele em pessoa, mas sim todos os que ele chamou de “5 milhões de promotores”, fazendo menção aos mortos. Desse modo, Gideon Hausner se colocava como uma voz representante de todos que tiveram suas vidas tiradas ou afetadas pela política nazista. Esse discurso de Hausner produziu um dos picos emotivos do julgamento, sobretudo quando evocou a morte de bebês e crianças judias, cujo sangue ainda inundava a Europa.

Essa complexidade do julgamento como espetáculo merece uma atenção específica. Podemos entender todo e qualquer evento jurídico como algo cênico, para além do cênico, tendo como objeto a dualidade da verdade ou mentira. Quando decretado pelo juiz “aberta a sessão”, os atores envolvidos se organizam e passam a desempenhar papéis definidos e relacionais dentro do tribunal. Nesse sentido, a linguagem teatral não pode ser considerada como somente um mero somatório dos papéis, regras e procedimentos do espetáculo, mas sim como uma operação relacional entre os diferentes atores e o público ou a audiência que ali se encontra. A plateia é um elemento central nesse aspecto. É a audiência que se quer atingir, e o público para o qual se fala que vai orientar a organização do meu discurso e do argumento utilizado em determinadas situações, como apresenta Perelman (2004). O Direito, para além da relação um tanto quanto pragmática com Lei, também pode ser visto como um elemento espetáculo, no sentido de que também é um ritual, onde os atores desempenham um papel e procuram atingir seu público. Nesse sentido, podemos chamar outro argumento para lidar com esta questão, dialogando com a ideia de *performance*.

Richard Schechner em sua obra *O que é performance?* (2003) aponta que todo o cotidiano humano é repleto de performances, onde os indivíduos se exibem a todo o momento para o outro. Ou seja, performar seria a interação entre quem exhibe e para quem recebe a performance, onde nesse sentido o performer sempre está interessado no seu público que orienta sua ação. Afirma Schechner que “performances artísticas, rituais ou cotidianas – são todas feitas de comportamentos duplamente exercidos, comportamento restaurados, ações performadas que as pessoas treinam para desempenhar” (2003, p. 27). Nesse sentido, para Schechner, toda ação humana é dotada do que chamou de *comportamentos restaurados* ou comportamentos duplamente exercidos.

Os comportamentos duplamente exercidos seriam as ações que você reconhece e pratica, na medida em que é estimulado para tal. Na medida em que você se encontra em determinada situação ou contexto, o performer vai reconfigurando e ajustando seu desempenho para alcançar determinado objetivo. Sendo assim, podemos ampliar e dialogar com o texto de Hannah Arendt, compreendendo de maneira mais ampla sua relação com a promotoria e o que ela chamou de julgamento espetáculo para se referir ao caso de Eichmann.

Hannah Arendt é uma das espectadoras do julgamento e sua formação e experiências anteriores também irão moldar o seu olhar e sua interpretação acerca do julgamento. O adjetivo espetáculo que ela utiliza, então, pode ser entendido para além de sinônimo de falso, mas sim ela capta, à sua maneira, a performance desempenhada pela promotoria que está em constante relação com o auditório e a plateia de jovens judeus que vivem em Israel. Sua experiência anterior como filiada ao movimento político sionista e o momento de relação tensa com as lideranças deste movimento lhe acompanham durante o julgamento. Arendt se atenta, então, para como os elementos extra-julgamento, que aparentemente nada têm a ver com o caso específico de Eichmann, mas que acabam entrando em cena na medida em que a promotoria iria se manifestando e argumentando, estão também presentes no tribunal.

Nada é por acaso no julgamento. Desde a escolha do local, o esquema de segurança e o argumento da promotoria, todos estes elementos estão sob um contexto amplo que extrapolam o julgamento em si, mas que fazem parte desse momento. Especificamente, o conflito entre Hannah Arendt e as lideranças Sionistas – que, segundo ela, foram omissas ou escolheram caminhos não tão efetivos para resolver o

problema dos judeus europeus durante o regime de Hitler – vão entrar em cena durante o julgamento de Eichmann. Para Hannah Arendt, havia um explícito interesse por parte do Estado de Israel em se afirmar politicamente e gerenciar a política de memória relacionada ao evento central para a comunidade judaica, que era o Holocausto. Não bastava condenar Eichmann, era preciso contar uma história sobre o holocausto e demonstrar a eficiência do Estado de Israel para resolver estas questões.

Tendo apontado estes elementos sobre o ritual e as performances no campo do julgamento, poderemos investigar os relatos de Hannah Arendt acerca do julgamento de Eichmann. Na medida em que ela vai relatando para o leitor sobre como funcionava o jogo no tribunal, não devemos perder de vista a sua experiência anterior.

O primeiro convidado da promotoria é o professor titular de História judaica na Universidade de Columbia, e amigo de Arendt, Salo Baron. Ele ficaria responsável por uma extensa explicação do quadro histórico sobre o antissemitismo, dando o testemunho da amplitude que foi o Nazismo e a destruição irreparável sofrida pelos judeus. Baron finaliza apontando que sem o que ele chama de “hitlerismo”, doze milhões de judeus poderiam estar vivendo ainda na Europa naquele momento. Aqui surge outra figura do julgamento que é Servatius, advogado de Eichmann, que questiona o professor Baron se ele poderia explicar a origem desse ódio pelos judeus. O auditório fica em silêncio. Servatius apostou na ideia de que a história seria um fluxo cultural contínuo, onde os homens não teriam quase nenhuma ou a mínima influência. Servatius iniciaria o exercício de defesa que tentaria minimizar a responsabilidade de Eichmann diante das acusações e da monstruosidade que tentariam colocar sob sua imagem.

O número de sessões com testemunhos de sobreviventes ou familiares destes, ou especialistas como Salo Baron, foi de 72 de um total de 112, levando em consideração todo julgamento. Um dos primeiros a depor, entre as vítimas, por exemplo, foi o judeu polonês Zyndel Gryzspan que estava entre os milhares de judeus poloneses, naturalizados alemães, que foram expulsos da Alemanha. Esse investimento no testemunho remonta a uma outra estratégia que era de colocar no centro da questão a história dos judeus, como desenvolve Hannah Arendt:

Porque era a história, no que dizia respeito à acusação, que estava no centro do processo. “Não é um indivíduo que está no banco dos réus neste processo histórico, não é apenas o regime nazista, mas o

anti-semitismo ao longo de toda história”. Foi esse o tom estabelecido por Ben-Gurion e seguido fielmente pelo sr. Hausner, que começou seu discurso de abertura (que durou três sessões) com o faraó do Egito e com o decreto de Haman de “destruir, matar e fazê-los perecer”. Em seguida citou Ezequiel: “E quando eu [o Senhor] passei por ti e te vi imundo de teu próprio sangue, disse-te: Em teu sangue, vive”, explicando que estas últimas palavras deveriam ser entendidas como “o imperativo que confronta esta nação desde sua primeira aparição no palco da história”. (ARENDR, 2010, p. 20)

E o desafio de enxergar em Eichmann o responsável por todo esse horror continuava. Os relatos de Arendt acompanham o movimento do julgamento que foca no espetáculo em um primeiro plano para depois chegar até Eichmann. O tribunal deveria exercer uma única atividade que seria estipular uma pena para a figura de carne e osso ali presente, na cabine de vidro. Mas as circunstâncias do espetáculo centravam em uma totalidade que pouco ou nada contribuiria para o julgamento de Eichmann. Hannah Arendt acompanha esse movimento apontando os interesses que o Estado de Israel possuía e que extrapolavam a atividade da justiça naquele momento:

Apesar dos esforços de Ben-Gurion e de todo o empenho da acusação, restava um indivíduo no banco dos réus, uma pessoa de carne e osso; e mesmo que Ben-Gurion “não se importasse com o veredicto de Eichmann viesse a receber”, inegavelmente a única tarefa do tribunal de Jerusalém seria estabelecer esse veredicto. (ARENDR, 2010, p. 31)

Hannah Arendt confirmou sua hipótese de que o julgamento seria complexo e problemático e encontrou um grande jogo de interesses da parte de Israel. A autora fora dos eixos entra em ação e capta essa rede de relações que se afirmam durante o julgamento em Jerusalém. As condições de produção e o grau de liberdade que o editor da revista *New Yorker* lhe concedeu para trabalhar e escrever foi fundamental para Arendt se sentir livre para transparecer suas impressões sem se preocupar, apesar de provavelmente não ter seus escritos publicados. O isolamento poderia acontecer novamente, mas a liberdade de escrita lhe acompanhou durante a elaboração de suas impressões do julgamento de Eichmann.

É fundamental nesse sentido perceber como Arendt quer transportar o leitor para o tribunal, e fazer o mesmo sentir como havia uma tendência em colocar Eichmann em uma posição central no que se refere à problemática ali pronunciada. Ou seja, nessa perspectiva, aquele homem no centro do tribunal, dentro da cabine de vidro em frente à plateia, era o grande enigma e chave para julgar a morte do povo judeu durante o evento totalitário alemão. Esse era o tom discurso com o qual o procurador geral moldava sua estratégia.

E apesar de captar essa relação entre os interesses de Israel e a forma como o julgamento é conduzido, está ali também de frente para Arendt a figura dentro da câmara de vidro. Agora Arendt realiza o movimento “do julgamento espetáculo a Eichmann” e volta-se para o exercício de compreender quem era este que, aos poucos, se tornou o principal responsável pela solução judaica durante o nazismo. Aquela figura, que Arendt identificou como sobremaneira “razoável e superficial”, a faria cotar a expressão de *banalidade do mal* que seria o subtítulo do livro *Eichmann em Jerusalém* e que seria um dos motivos para a crítica e enorme polêmica causada por este conjunto de relatos.

2.3 – COMPREENDENDO ADOLF EICHMANN

Ao direcionar seu olhar para Otto Adolf Eichmann, após fazer seus apontamentos acerca do julgamento em Jerusalém, Hannah Arendt se lança em um denso exercício de compreensão acerca do sujeito dentro da cabine de vidro. Nos capítulos *O Acusado*, *Um perito na questão judaica* e *A conferência de Wannsee, ou Pôncio Pilatos*, a cobertura jornalística compilada em *Eichmann em Jerusalém* irá se ater especificamente aos atos de Eichmann durante sua função no regime nazista. Afinal, quem era este que, diante de cada acusação se declarava “Inocente, no sentido da acusação”? Hannah Arendt vai pensar a trajetória de Eichmann, contar a sua história, procurando responder outra pergunta: em que sentido então ele se considerava culpado?

Trabalharemos em diálogo com a fonte partindo de uma premissa que é a relação entre categorias anteriores do pensamento de Hannah Arendt presentes em

Origens do totalitarismo, especificamente na terceira parte que trata do movimento totalitário, juntamente com outros textos, pode ajudar a compreender a forma como Arendt se posiciona em relação a Eichmann. É neste terceiro momento da obra sobre o totalitarismo que Hannah indica quem é o que ela chama de “homem-de-massa”, que surge com o fim da sociedade de classes que tratamos no primeiro capítulo. A hipótese nesse sentido é a de que as reflexões trabalhadas em *Origens* acompanham Arendt durante o julgamento, apesar de haver singularidades conceituais na escrita sobre o julgamento. Não obstante, apesar de não anunciar isso nos relatos, Eichmann é algo próximo daquilo que ela descreveu como um homem-de-massa²⁷.

Podemos identificar vários pontos que alinham Eichmann com os mesmos elementos que ela relata em *Origens* como a fidelidade total ao partido, a típica solidão do homem massa, e, por fim, a aposta na seguridade da ideologia do “destino da história” ou na “lei da natureza”. Eichmann, nesse sentido, foi um dos que apostaram no conforto da ordem que a ideia de movimento totalitário fornecia para o indivíduo enquadrado na ex-sociedade de classes. Esse foi o olhar que guiou nossa interpretação da fonte com o objetivo de esclarecer qual a especificidade que Arendt atribui ao sujeito que estava sendo julgado.

Eichmann, aos olhos de Hannah Arendt, tratava-se de um ambicioso que já não suportava mais sua atividade profissional de vendedor viajante e que encontrou na filiação ao partido de Hitler a possibilidade de recomeçar. De uma vida discreta e convencional, ele preferiu um lugar em um movimento que lhe parecia confortável e glorificado: “De uma vida rotineira, sem significado ou consequência, o vento tinha soprado para a História, pelo que ele entendia, ou seja, para dentro de um Movimento sempre em marcha (...)” (ARENDR, 2010, pg. 45). Eichmann preferia qualquer coisa a continuar na sua ocupação de vendedor viajante da Companhia de Óleo a Vácuo, mesmo que suas atividades no regime nazista dificultassem a promoção de grau na carreira partidária. Ele preferiria experimentar o que interpretava como um “sopro da história” do que sua vida de refugiado na Argentina. Trata-se, portanto, antes de tudo de uma preferência, algo no âmbito da escolha pessoal e de foro íntimo.

Diante de uma vida frustrada, Eichmann avistou a possibilidade de uma carreira. Não havia uma motivação política ou ideológica para entrar ou não no

²⁷ Não retomaremos a explicação desse conceito no interior da obra de Hannah Arendt, pois entendemos que esta tarefa foi realizada no capítulo 1.

partido nazista, de modo que ele nunca conheceu o programa do partido ou leu o livro de Hitler *Mein Kampf*. “Kaltenbrunner disse para ele: Por que não se filia à SS? E ele respondeu: Porque não? Foi assim que aconteceu, e isso parecia tudo.” (ARENDR, 2010, pg. 45). Ernst Kaltenbrunner²⁸ era um advogado da cidade de Linz e foi quem convidou Eichmann para o Partido Nacional Socialista no ano de 1932, período que mudaria completamente a vida deste que procurava uma saída e uma transformação em sua vida. Para não dizer que Eichmann não teve dúvida alguma antes de se filiar ao Partido Nacional Socialista, Arendt lembra ao leitor de um quase percalço, que fora a “quase entrada” de Eichmann na Loja Maçônica Schlaraffia, que comportava profissionais liberais, servidores públicos e empresários. Mostrava-se, então, inclinado a optar por uma ou outra dessas instituições. E Eichmann acaba optando por se filiar a SS porque foi expulso da maçonaria. O que demonstra que “não entrou para o Partido por convicção nem jamais se deixou convencer por ele – sempre que lhe pediam para dar suas razões, repetia os mesmos clichês envergonhados sobre o tratado de Versalhes e o desemprego” (ARENDR, 2010, pg. 44).

Em um dos relatos sobre as desventuras profissionais de Eichmann, entra em cena refere-se ao seu ódio pelos judeus. A imagem que a acusação desenhava Eichmann como carrasco do povo judeu não encontraria um canal direto com as evidências de sua trajetória. Se Eichmann se declarava não culpado no sentido da acusação, um dos motivos alegados em meio a suas ofensivas era de que pessoalmente ele não tinha nada contra os judeus, muito pelo contrário. O homem na câmara de vidro tinha motivos pessoais para gostar dos judeus e assim procedeu em algumas circunstâncias. Hannah Arendt relata que um primo, judeu e empresário chamado Weiss, da madrasta de Eichmann, a quem ele se refere como tio, arranhou-lhe um cargo na Companhia de Óleo a Vácuo. Eichmann procedeu de forma maleável quando Weiss o procura para pedir uma retribuição do favor concedido, apesar de, nessa circunstância, se encontrar como funcionário do regime nazista:

Em 1943 ou 1944, quando a solução final estava a pleno vapor, ele ainda não tinha esquecido: “A filha desse casal [Weiss], meio-judia segundo as Leis de Nuremberg [...] me procurou para obter permissão para emigrar para Suíça. Evidentemente, eu atendi ao

²⁸ Austríaco e Oficial Nazista, ocupou a chefia de órgãos como a polícia secreta do III Reich.

pedido, e o mesmo tio também me procurou pedindo que interferisse em prol de um casal judeu vienense. Só menciono isso para demonstrar que pessoalmente não tinha ódio dos judeus, pois toda minha formação por parte de pai e mãe foi estritamente cristã; minha mãe, devido a seus parentes judeus, tinha opiniões diferentes das que eram correntes nos círculos da SS. (ARENDDT, 2010, p. 41)

A questão referente ao relacionamento com os judeus no julgamento ficou circunscrita a esse tempo onde Eichmann insistia que pessoalmente não tinha nenhum rancor ou motivo que alimentaria um ódio pessoal contra este grupo. Pelo contrário, o que ele tenta demonstrar é que possuía bons relacionamentos, sobretudo com os familiares próximos com quem manteve uma relação de afinidade. Arendt vai mostrando em sua narração do testemunho de Eichmann o quanto a relação entre o chamado “especialista na questão judaica” e o povo judeu não podia ser definida somente pelo ódio – ideológico ou não – do oficial aos judeus. E mais ainda, mostra o quanto Eichmann era esse sujeito que se adaptava rapidamente às circunstâncias quando se tratava de cumprir o que tomava como sendo seu dever. Em um primeiro momento, fez isso se aproximando da família Weiss para conseguir um emprego; logo em seguida, atuou para manter esse relacionamento e pagar sua dívida moral com a família que lhe ajudou outrora. Sem dúvida, configurou-se como um oportunista muito habilidoso. O oportunismo de Eichmann, no entanto, associava-se não apenas ao seu caráter pessoal, mas à forma como recebia e apropriava-se das informações e das ordens que chegavam ao lugar que ocupava. Ou seja, ele era uma ferramenta, que agia pelo dever, assim, o mal praticado era banalizado.

Mas como Eichmann viera a parar em um departamento especializado na chamada “solução final”? Afinal, a posição que ocupava corroborava com a tese central da acusação, qual seja: a de que ele era o grande mentor e responsável do extermínio judeu dentro da Europa. Hannah Arendt, mergulhando na trajetória de Eichmann, procura dimensionar como ele fora parar em uma área que era encarregada do trato com uma das minorias perseguidas durante o nazismo. A autora se atém a narrar essa trajetória no capítulo intitulado *Um perito na questão judaica*. Antes de se tornar um “especialista na questão judaica”, Eichmann fora designado para o departamento de informações, especificamente para reunir todo tipo de dados sobre a

maçonaria, com o objetivo auxiliar na construção de um museu²⁹ da maçonaria. Contudo, logo o tédio voltaria a habitar sua vida e uma nova oportunidade no partido lhe seria aberta, destinando-o a um departamento focado nos judeus, e “Esse foi o verdadeiro começo da carreira que terminaria na corte de Jerusalém” (ARENDR, 2010, pg. 49).

É muito irônico e assustador a forma como Hannah Arendt articula a constituição de Eichmann como um perito da questão judaica. Arendt relata que ao chegar no novo departamento, Eichmann recebe uma indicação de leitura e ele próprio se torna um admirador do sionismo. Trata-se do livro *Der Judenstaat* de Theodor Herzl³⁰, precursor no sentido de elaborar um material indicativo de uma proposta de reunião dos judeus espalhados pelo mundo para constituição de um Estado independente. Eichmann iria se encantar e criar uma identificação profunda com a proposta do sionismo:

Ao que parece, foi o primeiro livro sério que ele leu na vida, e marcou-o para sempre. Daí em diante, conforme repetiu insistentemente, ele não pensava em nada além de uma “solução política (por oposição à posterior “solução física, sendo que a primeira significava expulsão e a segunda extermínio) e em como “conseguir alguma base sólida para os judeus”. (Talvez valha a pena mencionar que, ainda em 1939, ele parece ter protestado contra os violadores do túmulo de Herzl em Viena, e há indícios de sua presença em trajes civis na comemoração do trigésimo quinto aniversário da morte de Herzl. (ARENDR, 2010, p. 53)

O outro livro que Eichmann lê durante esse período de formação na causa judaica e aproximação com o sionismo é o *Historia do Sionismo* de Josef Bohm. Nesse momento, ele se inicia em um conhecimento relativamente aprofundado sobre o sionismo, procurando informações sobre a história desse movimento, seus grupos,

²⁹ Sobre a construção do museu da maçonaria, Hannah Arendt observa a compulsão que os nazistas tinham de criar lugares para celebrarem seus inimigos: “(Inicialmente, uma das características dos nazistas era a disposição de fundar museus celebrando seus inimigos. Durante a Guerra, diversas entidades disputaram ferrenhamente a honra de fundar museus e bibliotecas anti-judaicos. Devemos a essa estranha mania a preservação de muitos tesouros culturais do judaísmo.) (ARENDR, 2010, pg. 49)

³⁰ Theodor Herzl é um judeu jornalista e escritor judeu, foi considerado como um dos pais fundadores do sionismo. Primeiro presidente da Organização Mundial Sionista fundada em 1897 durante o primeiro congresso sionista na Basileia.

programas e partidos. A forma como Arendt vai apresentando a relação entre o iniciado perito e a questão do sionismo difere das outras atividades que Eichmann desempenhara durante sua vida. Agora ele se sente mais confortável e animado com seu labor. Ele sente que agora pode desempenhar um papel significativo. Esse breve aprofundamento sobre o sionismo, e “vale notar que seu aprendizado sobre assuntos judeus era quase inteiramente voltado para o sionismo” (ARENDR, 2010, pg. 54), acaba lhe autorizando assumir um posto como espião oficial em meio aos sionistas, inclusive indo até reuniões e associações desse segmento.

Um dos pontos mais controversos sobre a imagem de um Eichmann burocrático e carreirista refere-se sobre seu gosto e apreço para com o sionismo. Eichmann passa a ser uma figura presente nos encontros sionistas e seu relacionamento com figuras e líderes sionistas é intensa, e sua admiração pelo movimento só se intensifica. Eichmann fica intrigado com a fidelidade do movimento sionista aos objetivo de construir um Estado para o povo judeu e vê nisso uma característica que ele chama de idealista. O idealismo aqui apresentado se configura como uma força maior, que se manifestava nesses homens dispostos a tudo para executar o plano inicial, seja o de construir um Estado, seja o de buscar uma Alemanha forte, tal como imaginada pelos nazistas. Arendt discorre sobre este aspecto:

A razão de tanto fascínio pela “questão judaica”, conforme ele próprio explicou, era seu “idealismo”; esses judeus , ao contrário dos assimilacionistas, que sempre desprezou, e ao contrário dos judeus ortodoxos, que achava tediosos, eram “idealistas” como ele próprio. Um “idealista” era um homem que vivia para sua ideia – portanto não podia ser um homem de negócios – e que por essa ideia estaria disposto a sacrificar tudo e, principalmente todos. (ARENDR, 2010, pg. 54)

Acaba sendo muito instigante essa aproximação que Hannah Arendt faz entre o sionismo e o comportamento de Eichmann (em outras palavras, essa aproximação entre um movimento e o homem julgado conduz à reflexão sobre as apropriações do idealismo, que mobilizou, no interior dos regimes totalitários, a “Ideia” – as várias ideias inquestionáveis, pois, como já sugerimos, não raro, levavam a uma coerência “fictícia”, sempre associada ao destino histórico. Interpretando essa parte dos relatos

em *Eichmann em Jerusalém* podemos aferir uma comparação entre a ação de homens como Eichmann e os que seguem a cartilha do sionismo? Ao que parece, em certo sentido, este elemento está presente no texto de Arendt. Está colocada novamente em questão sua crítica ao sionismo e ao Estado de Israel. Quando Hannah Arendt menciona as “fronteiras tristes” de Israel, indicando como o sionismo foi enforcando o território palestino para se afirmar como território ou até mesmo, refere-se ao julgamento como a expressão de uma tentativa de formar e afirmar uma consciência judaica, ela acaba por associar essas ações a um plano idealista que não procura ver as reais consequências e não mede meios e fins para alcançar seus objetivos.

Aqui cabe destacar uma conexão que parece relevante para o diálogo entre o homem-massa apresentado em *Origens*, e as considerações sobre o julgamento expostas por Hannah Arendt em *Eichmann de Eichmann*. Teriam a questão judaica e a postura das lideranças sionistas em relação à criação do Estado de Israel aspectos semelhantes àqueles que integravam a ideologia do movimento totalitário? Na medida em que Arendt descreve a relação entre Eichmann e o movimento Sionista, parece que há uma aproximação, que pode ser assim equacionada: o homem solitário e desapegado das coisas comuns do cotidiano, enxerga um projeto ambicioso e ideal na fala dos sionistas. O idealismo e a forma como o cidadão se relacionada à ideologia totalitária (que cabe para Eichmann) parecem apropriados também para a forma dos cidadãos se relacionarem com o movimento sionista.

Então outra característica de Eichmann, além do pragmatismo, seria esse idealismo cego capaz de sacrificar qualquer um em favor da execução de sua ideia. O idealismo, então, está em sintonia com o outro elemento trabalhado por Arendt em *Origens* que refere à lealdade total dos sujeitos ao projeto totalitário. Esse movimento de força maior que arrancava o homem de sua dimensão vivida e de escolhas e o colocava no conforto de uma ordem idealista, onde a ação já estaria desenhada:

Quando ele disse no interrogatório da polícia que teria mandado seu próprio pai para a morte se isso tivesse sido exigido, não queria simplesmente frisar até que ponto se achava cumpridor ordens e pronto para executá-las; queria também mostrar o “idealista” que sempre fora. O “idealista” perfeito, como todo mundo, tinha evidente seus sentimentos e emoções pessoais, mas jamais permitia

que interferissem em suas ações se entrassem em conflito com sua “ideia”. (ARENDR, 2010, pg. 54)

Esse fragmento sobre o “idealista perfeito” se encaixa muito bem com a ideia de que Eichmann encontrou um conforto e segurança dentro do que chamou de idealismo que, por sua vez, sustentava-se em um plano que, para seguir em frente, era preciso sacrificar qualquer um. E nada melhor para exemplificar essa determinação e admiração que Eichmann tinha com os idealistas, e como ele mesmo se via como um, do que quando Hannah Arendt se refere ao relato dele de que ele estaria disposto a tudo para seguir as ordens citando o caso de seu pai. Aqui temos a combinação de um Eichmann cumpridor de ordens burocrático e idealista, ou seja, esse sujeito colocava-se subordinado ao conjunto de ideias e pronto para executá-las.

Hannah Arendt apontou esse Eichmann que se identificou com o sionismo pelo fato de encontrar nesse movimento homens que faziam tudo para executar sua ideia. Durante a pesquisa percebeu-se que essa relação entre a prática de Eichmann e as ideias do Sionismo é a raiz da polêmica que circunscreveu a obra *Eichmann em Jerusalém*. Uma descrição densa da fonte de pesquisa a qual esse trabalho se propõe demanda essa constatação e uma maior demora explorando essa questão. Arendt relata que o “maior idealista” que Eichmann conheceu e admirou foi o líder judaico Rudolf Kastner com quem negociou durante o processo de deportação de judeus, onde ficou acordado o salvamento de alguns judeus em detrimento de outros. Eichmann entendia essa negociação com líderes judeus como uma prova do idealismo desses homens que estavam dispostos a selecionar os melhores para serem salvos em detrimento de uma massa não tão necessária à constituição do projeto do Sionismo. O chamado idealista perfeito, estaria disposto a selecionar alguns em detrimento de outros sujeitos, na medida em que caberia a ele agrupar um material humano capaz de cumprir a missão do sionismo, e por isso Eichmann admirava e colaborou com Rudolf Kastner. Essa relação de Eichmann com figuras e líderes judaicos é focalizada de modo que, certamente, iria provocar uma leitura incômoda de um evento central na história do povo judeu que foi o nazismo:

O maior “idealista” que Eichmann encontrou entre os judeus foi o dr. Rudolf Kastner, com quem negociou durante as deportações judaicas da Hungria e com quem firmou um acordo: Eichmann permitiria a partida “legal” de alguns milhares de judeus para a

Palestina (os trens eram, de fato guardados pela polícia alemã) em troca de “ordem e tranquilidade” nos campos de onde centenas de milhares eram enviados para Auschwitz. Os poucos milhares salvos por esse acordo, judeus importantes e membros das associações jovens de sionistas, eram, nas palavras de Eichmann “o melhor material biológico”. O dr. Kastner, no entender de Eichman, sacrificaria seus irmãos judeus a sua “ideia”, e assim deveria ser. (ARENDR, 2010, pg. 54)

O mesmo Kastner com quem Eichmann negociou fora julgado em Israel pelo um dos mesmos juizes que estavam no caso Eichmann, o juiz Benjamin Halevi. Kastner era acusado de cooperação com Eichmann e outros nazistas. Halevi afirmou que Kastner “vendeu a alma ao diabo”. E o juiz Halevi não poderia imaginar um encontro com o diabo e que este seria de carne e osso, e mais, sendo um dos responsáveis pelo julgamento deste que causou um mal sem tamanho. Essas curiosidades são muito bem colocadas no relato de Arendt. Curiosidades que não estão despropositadas, mas sim que já se anunciavam o que ela estava sentido durante o julgamento e amadureceu durante os escritos para publicação das suas impressões na revista *The New Yorker*. Ressaltar esse elemento “diabólico” de Eichmann como curioso está conectado com a opinião de Arendt sobre essa caricatura que tentavam pintar de um homem que se mostrava cada vez mais superficial e comum do que se poderia imaginar.

Quanto mais Eichmann falava, mas ele se afastava da caricatura diabólica. E apesar de a promotoria querer que o acusado não tivesse a oportunidade de defesa, Hannah Arendt se colocou como a pensadora que não se omite, por mais que este seja polêmico e ácido. Ela deu voz a esse cada vez mais comum e supérfluo que era caricaturado como demoníaco. Seu estilo livre de pensamento, sobretudo, neste caso, por não se obrigar a filiação ideológica com a comunidade judaica, garantiu que este tipo de relato nada convencional aparecesse em uma revista de grande circulação em Nova York. Um clima de revelação e surgimento de novas figuras que ali escreveram também colaborou para esse cenário. Nesse sentido, cabe ainda destacar a postura tolerante e mais liberal do editor da revista que aproveitou a oportunidade de alocar uma especialista no assunto. Além disso, destaca-se e a firmeza desse por aceitar publicar os relatos que causaram uma polêmica com a comunidade judaica de Nova York que não poupou críticas à Hannah Arendt e à revista. Ciente da questão, ainda

assim, o editor se posicionou favoravelmente à publicação dos artigos de Hannah Arendt.

Hannah Arendt destaca na obra *Eichmann em Jerusalém* duas qualidades inegáveis de Eichmann que estavam relacionadas a sua capacidade de organizar e negociar. Ele se mostrou extremamente eficiente dentro da organização e resolução dos problemas que supostamente impediam ou poderiam impedir a execução das tarefas que lhe eram atribuídas. Mais uma vez, se destacava pela sua capacidade de executar as ordens. E suas competências estão diretamente ligadas às características expostas por Arendt em seus escritos que eram o carreirismo e a incapacidade de pensar. E foi durante o ano de 1938, em Viena, que o oficial nazista teve o ano mais bem sucedido, no que se referia às suas funções. Nesse período, Eichmann se destacou na chefia do Centro de organização dos Judeus Austríacos. Essa foi a grande oportunidade de superação do histórico de fracassos que obteve em outros trabalhos. É bastante presente essa relação entre superação pessoal e o sentimento de sucesso, e, por isso, Arendt destaca muito bem que esse momento bem sucedido de Eichmann coincide com seu período mais feliz e que representava uma memória de um tempo digno de sua vida:

Sempre que pensava nesses doze anos que constituíam a sua vida, Eichmann destacava seu ano em Viena como seu período mais feliz e bem-sucedido. Poucos antes, ele fora promovido ao grau de oficial, tornando-se *Untersturmfuher*, ou tenente, e foi condecorado por seu “conhecimento abrangente dos métodos de organização e ideologia do oponente, o judaísmo”. O posto em Viena era seu primeiro trabalho importante, e toda a sua carreira, que progredira bem lentamente, estava em jogo. Ele devia estar louco para acertar, e seu sucesso foi espetacular: em oito meses, 45 mil judeus deixaram a Áustria, enquanto não mais que 19 mil deixavam a Alemanha no mesmo período; em menos de dezoito meses, a Austria foi “limpa” de cerca de 148 mil pessoas, aproximadamente 60% de sua população judaica, das quais todas deixaram o país “legalmente”. (ARENDR, 2010, pg. 56)

Vasculhando o interrogatório policial feito com Eichmann e gravado antes do julgamento, Hannah Arendt aponta outras características do acusado. Ela as articula ao seu argumento anterior para contrapor a caricatura demoníaca que o julgamento

desenhava de Eichmann. Ele era um especialista na linguagem oficial e somente essa era sua saída para as dificuldades em se comunicar, chegando ao ponto de se desculpar pelo fato de somente falar o “oficialês” (ARENDR, 2010). Esse fato confirmava a impressão dos juízes, destacada por Arendt, de que o que vinha de Eichmann era somente “conversa vazia”. Ainda sobre o tema da dificuldade de se comunicar e se apoiar na linguagem burocrática e pronta, sempre recorrendo a clichês e frases feitas, de maneira irônica Arendt questiona no texto “Será que foram esses clichês que os psiquiatras acharam tão “normais” e “desejáveis”? Serão essas as “ideias positivas” que um clérigo espera encontrar nas almas para as quais ministra?” (ARENDR, 2010, pg. 61).

Esse perfil “oficialês” é articulado nos escritos de Arendt com o que ela chama de “incapacidade de pensar”:

Quem estivesse escrevendo suas memórias na Argentina ou em Jerusalém, quer falando com o interrogador policial ou com a corte, o que ele dizia era sempre a mesma coisa, expressa com as mesmas palavras. Quanto mais se ouvia Eichmann, mais óbvio ficava que sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidades de pensar, ou seja, de pensar do ponto de vista de outra pessoa. Não era possível nenhuma comunicação com ele, não porque mentia, mas porque se cercava do mais confiável de todos os guarda costas contra as palavras e a presença de outros, e portanto contra a realidade enquanto tal. (ARENDR, 2010, pg. 62)

Essa figura que Arendt identificava como incapaz de pensar e de se colocar no lugar do outro desafiava as categorias morais de seu tempo. E ela não se acomodou, continuou a se ater nessa figura cada vez mais estranha, Eichmann era, nesse sentido, um obstinado pela carreira. Ele entrou para o partido nazista e foi peregrinando no interior da burocracia do regime até se sentir reconhecido e recompensado. Por isso Arendt destaca a característica carreirista de Eichmann:

Confrontado durante oito meses com a realidade de ser interrogado por um policial judeu, Eichmann não teve a menor hesitação em explicar a ele, com consideráveis detalhes, e repetidas vezes, porque tinha sido incapaz de atingir uma patente mais alta na SS e porque isso não era culpa sua. Ele tinha feito tudo, até pedido para ser enviado para o serviço militar ativo. (ARENDR, 2010, pg. 62)

Esse carreirismo era o meio que lhe permitia praticar o idealismo. Nele, Eichmann se colocava como parte desse movimento que não se restringia ao partido, mas sim fazia parte de uma grandiosidade que se localizava no mundo das ideias. Seguir as regras, ou mais, ser fiel à Lei do totalitarismo que é a Lei da história, era ser fiel cegamente a esse plano superior. O carreirismo é esse exemplo que demonstra como o burocrata nazista praticava o que ele chamou de idealismo.

Exponda essa relação entre idealismo e carreirismo, Arendt apresenta o quão comum e superficial era Eichmann, e como sua fala parecia vazia, exatamente como apontavam os juízes. Contudo, Eichmann se sentia seguro para falar de um lugar que para ele era muito confortável e concreto, o seu passado, onde ele se encontrava em perfeita harmonia com outro mundo, em um tempo em que não se sentia cobrado ou acusado:

Bastava a Eichmann lembrar o seu passado para se sentir seguro de não estar mentindo e de não estar se enganando, pois ele e o mundo em que viveu marcharam um dia em perfeita harmonia. E a sociedade alemã de 80 milhões de pessoas se protegeu contra a realidade e os fatos exatamente da mesma maneira, com os mesmos auto-enganos, mentira e estupidez que agora se viam impregnados na mentalidade de Eichmann. (...) Mas a prática do auto-engano tinha se tornado tão comum, quase um pré-requisito moral para a sobrevivência, que mesmo agora, dezoito anos depois do colapso do regime nazista, quando a maior parte do conteúdo específico de mentiras já foi esquecido, ainda é difícil às vezes não acreditar que a hipocrisia passou a ser parte integrante do caráter nacional alemão. (ARENDDT, 2010, p. 65)

Era só rememorar o seu passado que Eichmann poderia confirmar a sua teoria e justificativa de que só se comportou como tal porque naquele tempo, todos se comportavam assim. O “auto-engano”, citado por ele e explorado por Arendt, encontrava respaldo no seu idealismo, nesse destino que lhe tomou entre os braços e deu legitimidade para exercer aquela ordem que, se parecia estranha ou não, pouco importava ou importou. Que Eichmann participou do transporte dos judeus não restava dúvida, mas a forma com que ele encontrou para justificar seus erros, com certeza, desconcertava o público. O grande responsável pelo extermínio do inimigo

judeu se dizia normal, e demonstrava que agir da forma como agiu era o correto e necessário na lógica de seu tempo, o tempo “totalitário”.

Em se tratando de reminiscência, Eichmann pouco se lembrava daquele tempo. Os juízes, tentando aferir sobre sua consciência acabaram se deparando com um Eichmann que se relacionava com o passado através de seus momentos de alegria. E essa alegria estava intimamente conectada com o horror que todos ali condenavam. Eichmann se relacionava e lembrava do passado apenas nos momentos em que conseguia desempenhar de maneira exemplar o que lhe era atribuído. O horror projetado pelos promotores e os acusadores do Estado de Israel ficava cada vez mais distante da figura razoável e comum:

Apesar de todos os esforços da promotoria, todo mundo percebia que esse homem não era um “monstro”, mas era difícil não desconfiar que fosse um palhaço. E uma vez que essa suspeita teria sido fatal para toda a imprensa, além de dificilmente sustentável diante dos sofrimentos que ele e seus semelhantes causaram a milhões de pessoas, suas piores palhaçadas mal foram notadas e quase nunca reveladas na imprensa. (ARENDR, 2010, p. 67)

O burocrata que estava disposto a tudo para seguir à risca o que lhe era dito, se um dia se sentiu inseguro em relação a sua prática, sanou essa insegurança durante uma conferência do partido nazista. A conferência de Wannsee reuniu toda a alta cúpula do governo nazista e ali Eichmann se sentiu importante. Ali ele esteve próximo das grandes figuras do partido e personagens de quem ele sempre ouvira falar ou atendera algum pedido por correspondência ou ofício. Nessa ocasião ele passou a compreender que deveria se aprofundar na questão e se dedicar de maneira mais profícua em suas atividades, apesar de já se mostrar empenhado. Ali ele se sentiu, como colocou Hannah, Pôncio Pilatos, se livrando de toda culpa ou resquício desta. Para Eichmann, só o passado poderia julgar suas ações e, no passado, ele se sentia seguro por conta da normalidade que justificava sua existência no ambiente totalitário. Ao entender nesse trabalho, a sensibilidade apontou esse rastro fundamental na leitura e compreensão dos homens e mulheres incorporados às estruturas burocráticas dos Estados totalitários.

Ao se colocar no debate público e apontar seus pontos de vista sobre o homem na jaula de vidro, Hannah Arendt foi duramente acusada de judia descomprometida

com seu povo. As cartas não paravam de chegar ao seu apartamento em Nova York, advindas, sobretudo, da comunidade judaica que não admitia que uma também judia se posicionasse daquela forma, chamando de banal uma figura que diziam central para a solução judaica. A forma como Arendt desenhou o Eichmann não se identificava em nada com uma expectativa de interpretação por parte da comunidade judaica. Ora, no julgamento, Arendt chega como crítica do sionismo e da forma como foi construído e se mantinha o Estado de Israel. Todavia, ao realizar esse exercício de compreensão de como se portava os indivíduos dentro das burocracias totalitárias, Hannah Arendt acaba por expor um problema jurídico (além de moral): como julgar adequadamente quando as leis a permitir o que antes não era permitido? Entende-se, nessa linha argumentativa, que Hannah Arendt não abriu mão de julgar pessoalmente o burocrata Eichmann, ação da qual foi acusada pelos colegas judeus próximos. Antes, expressou a compreensão quanto ao que motivava o comportamento burocrático, o que não excluía uma repulsa a determinado comportamento.

2.4 – SINGULARIDADES: A QUESTÃO DO JUÍZO E A POTENCIALIDADE DO PASSADO

Este tópico denominado “singularidades” não pretende exclusivamente fazer um balanço de elementos singulares, entendemos que isso já vem sendo feito desde o início deste capítulo. Quando exploramos a fonte (*Eichmann em Jerusalém*) combinada com a trajetória intelectual de Hannah Arendt, já realizamos o exercício de dialogar com as novas facetas e formas que assumiram seu pensamento durante a cobertura do julgamento em Jerusalém. Assim, este tópico do trabalho tratará de questões mais particulares que não se apresentam de modo tão claro na fonte. Destaco dois: a questão do juízo e a potencialidade do passado.

Partimos do pressuposto que a questão do juízo é um elemento que está presente nos escritos de Hannah sobre o julgamento e sobre a figura de Eichmann, porém, os contornos mais firmes desse problema são posteriores ao julgamento. E, no que refere ao que denominamos por potencialidade do passado, apresentaremos como uma ideia de História, cara a Hannah Arendt, vai de encontro à forma como Israel e sua promotoria se portaram durante o julgamento. Iniciarei com a questão do juízo.

A burocracia, que é um dos elementos do Imperialismo que Hannah trabalha em *Origens do totalitarismo*, integra do aparato totalitário de dominação e está presente, também, em *Eichmann em Jerusalém*. A burocracia parece ser o lugar de operação dos homens e mulheres que escolheram o caminho de um movimento seguro e lógico fornecido pela ideologia totalitária. Vide que o carreirismo é um dos elementos centrais que Arendt atribui a Eichmann, ao constatar, ao ver como ele é seguro quando se refere a suas ações dentro do regime totalitário e a sua obsessão em desempenhar as ordens para ser promovido. O movimento totalitário, nesse sentido, transformou e reduziu a política enquanto esfera administrativa, aniquilando a ação, e então, estrangulando este que era, para Hannah, um dos principais mecanismos da política. Dentro do movimento totalitário os homens preferiram a segurança da lógica total da ideologia que tudo explicava à espontaneidade da vida e da ação.

Este problema da burocratização está colocado para Arendt já em *Origens*, de modo que, os partidos perderam a capacidade de incluir os indivíduos dentro de seus programas, discussões e decisões. E, no *pós-escrito* da obra *Eichmann em Jerusalém* há um posicionamento importante nesse sentido, quando Hannah Arendt relaciona burocracia, Eichmann e os crimes cometidos durante o totalitarismo. Para ela, o tipo de crime que se configurou neste momento seria melhor definido se fosse tratado como “crimes administrativos”, que seria a capacidade de Estados que dissimulam o sentido da política e elegem um inimigo ou identificam uma raça inferior que atrapalharia a consolidação de outra raça purificada. Essas análises presentes no pós-escrito demonstram que, volta e meia, retomava a experiência do julgamento para reposicionar ou elaborar novos questionamentos.

O nacionalismo e o imperialismo são elementos centrais os quais Hannah Arendt chama atenção em *Origens* para demonstrar como foi possível o surgimento do totalitarismo. Então, retomando algo anunciando já no primeiro capítulo, como responsabilizar e julgar, indivíduos como Eichmann? Sujeitos que foram fiéis ao regime totalitário e cumpriram rigorosamente a ordem da sua nação? Como o próprio Eichmann alegou, se considerava inocente no sentido da acusação.

O debate acerca da “teoria da engrenagem” veio à tona durante o julgamento. Esta teoria, muito baseada no nacionalismo e na noção moderna de burocracia, foi utilizada pela própria defesa de indivíduos julgados antes de Eichmann, em Nuremberg. Como a justiça poderia proceder considerando estas pessoas como mera

peça na engrenagem dentro de uma máquina gigante como era o Estado totalitário? Esse é um elemento muito singular que Hannah Arendt lança quando se interroga sobre a culpa e responsabilidade dos sujeitos nas burocracias totalitárias. As categorias morais baseadas no nacionalismo, e também o Direito e nas Leis, encontraram um dilema nestes julgamentos, como coloca Arendt, também nos pós-escrito:

É verdade que a psicologia e sociologia modernas, sem falar da burocracia moderna, nos acostumaram demais a explicar a responsabilidade do agente sobre seu ato em termos deste ou daquele determinismo. Mas é discutível se essas explicações aparentemente profundas das ações humanas são certas ou erradas. O que é indiscutível é que nenhum procedimento judicial seria possível com base nelas, e que a administração de justiça com base nessas teorias seria uma instituição muito ou pouco moderna, para não dizer ultrapassada. Quando Hitler disse que viria o dia em que na Alemanha se consideraria uma “desgraça” ser jurista, ele estava falando com absoluta coerência de seu sonho de uma burocracia perfeita. (ARENDR, 2010, p. 313)

Para Arendt, a justiça só poderia levar em conta a “teoria da engrenagem” ou o cenário de “obedientes e cumpridor de regras” como contexto do crime. Apesar do movimento totalitário fornecer um projeto de explicação total e a Lei do totalitarismo ser a “Lei natural” ou a “Lei da História”, e até considerar Eichmann como um bom respeitador das leis, não há como a justiça desconsiderar que estes homens e mulheres de alguma forma participaram e aderiram ao regime totalitário, tendo sim sua parcela de culpa e tendo que ser responsabilizados pelos crimes cometidos. Para julgar em termos de categorias jurídicas, restariam duas possibilidades. Uma delas seria considerar os crimes como “atos de Estado” ou como atos “por ordens cumpridas”. Mas considerando a lógica dos “atos de Estado”, o Direito poderia esbarrar em outro problema de ordem teórica, o que dificultaria mais uma vez a atividade de julgar e condenar homens e mulheres que participaram do regime totalitário.

Os chamados “atos de Estado” não poderiam ser julgados por outros Estados que não o seu próprio, o que contrariaria o princípio da autonomia e soberania das nações. E mais, como já era anunciado desde os contratualistas no século XVII, para a efetivação do *pacto social* e o surgimento das Leis, o Estado não poderia ser julgado

como cidadão comum, visto que seria obrigado a tomar medidas extremas para preservar a chamada “guerra de todos contra todos”, podendo apelar também para o uso do monopólio da violência. Este é um embaraço que Hannah Arendt identifica ao sair do julgamento. Os Estados, ao precisarem garantir a ordem, poderiam apelar para qualquer atitude diante de alguma emergência? Este fato que já muito questionado passa a ser muito problemático, após regimes totalitários. Por isso, Hannah chama a atenção para esta nova modalidade de “massacres administrados”, os quais os Estados poderiam cometer de maneira organizada, dificultando julgamentos dessa natureza.

Seguindo este raciocínio, talvez, uma das grandes questões que o julgamento despertou em Hannah Arendt está associada à ética e à moral dentro dos regimes totalitários. A dificuldade em julgar indivíduos que cometeram crimes considerados legais dentro de determinado sistema jurídico remete para a função do juízo, ou seja, a capacidade de julgar e escolher. Quando as regras se invertem e os sistemas de referências atribuem ao crime a legitimidade moral e ética onde o sujeito buscará orientações para agir? Se for para considerar a conduta de cada um como cidadão de seu país, também ficaria complicado o indivíduo elaborar uma capacidade de juízo perante a realidade. Só restaria, nesse sentido, depois da experiência trágica do totalitarismo, segundo Hannah Arendt, a possibilidade do diálogo interno, do eu consigo mesmo. Em última instância, o diálogo interno seria divisor de águas na tomada de decisões, quando os sistemas de referência se invertem e tornam normais os atos criminosos, como foi o caso do regime de exceção do totalitarismo.

Olhando para Eichmann durante o julgamento, Arendt chamou a atenção para sua incapacidade de pensar. E nesse sentido, quando sai do julgamento e continua a elaborar sobre este tema, ela aponta que este problema, a questão da capacidade de juízo, a ética e a moral, é algo corrente nos julgamentos do pós-guerra, ampliando seus apontamento no pós-escrito:

Resta, porém, um problema fundamental, que está implicitamente presente em todos esses julgamentos pós-guerra e que tem de ser mencionado aqui porque toca uma das grandes questões morais de todos os tempos, especificamente a natureza e a função do juízo humano. (ARENDR, 2010, p. 318)

E o que reforçou a interpretação de Arendt foi o fato de Eichmann ser considerado absolutamente normal. Um bom pai de família, um cidadão cumpridor de

ordens, religioso e até atestado como psicologicamente normal pela inspeção do julgamento em Israel. E, novamente, podemos invocar Kant para tratar da questão do juízo e da capacidade de julgar e escolher. Para Hannah Arendt, Kant é um filósofo fundamental no sentido de que foi um dos primeiros a apontar que a conduta moral de um homem dependeria dele mesmo, ou seja, uma relação do “eu” consigo mesmo.

O que foi denominado de *banalidade do mal* para caracterizar a forma como Eichmann se portou durante no regime nazista, não implica diretamente no descrédito à legitimidade do julgamento. Muito menos, há uma pretensão em *Eichmann em Jerusalém*, apesar de críticas e posicionamentos contrários a forma como se realizou o julgamento, de contestar o problema e o sofrimento causado pelos campos de concentração os quais Arendt foi uma das maiores críticas. Porém, quando utilizou *banalidade do mal*, sobretudo quanto este tornou-se subtítulo do livro, a comunidade judaica interpretou como uma minimização do sofrimento judeu, ou que o extermínio era um mal menor diante dos problemas já enfrentados pelo mundo.

A questão que refere-se ao juízo certamente é uma das singularidades presentes na obra *Eichmann em Jerusalém*. Após a escrita dos artigos na revista, a elaboração do livro e toda a polêmica que o cercou, Arendt continua com o problema do juízo em mente. No texto *Responsabilidade pessoal sob a ditadura*, reunido na coletânea de artigos da autora publicada no Brasil como *Responsabilidade e Julgamento* (2004), podemos acompanhar a retomada das questões que elaborou durante o julgamento que, de alguma forma, sobretudo no que se refere a questão moral:

Há várias razões pelas quais a discussão do direito ou da capacidade de julgar incide na mais importante questão moral. Duas coisas estão implicadas nesse ponto: primeiro, como posso distinguir o certo do errado, se a maioria ou a totalidade do meu ambiente prejudicou a questão? *Quem sou eu para julgar?* E, segundo, em que medida, se é que há alguma medida, podemos julgar acontecimentos ou ocorrências passados em que não estávamos presentes? (ARENDR, 2004, p. 64)

Quando Hannah Arendt lança mão de um questionamento aleatório, *quem sou eu para julgar?* o qual facilmente poderia ter sido, e de alguma forma foi, verbalizado por Eichmann, ela está chamando a atenção para o que denominou por *incapacidade*

de julgar. Eichmann, em certo sentido, demonstrou que os indivíduos abrem mão da capacidade de julgar para serem fieis ao chamado “idealismo”, ou ao que Arendt chamou ainda no texto *Responsabilidade pessoal sob a ditadura* de tendências históricas ou movimentos dialéticos. Absolver os indivíduos em detrimento de culpar o movimento eterno do que o totalitarismo chamou de Lei da História, seria sustentar o que ela chamou e questionou de falácia do conceito de culpa coletiva. Essa falácia conectava-se à questão de que, ao culpar algo abstrato como a coletividade ou um movimento dialético da sociedade, não se culpa ou julga ninguém. Estaríamos, caso aderíssemos esta perspectiva da culpa coletiva, aderindo à visão de mundo que tinha o homem-de-massa, apresentado por Hannah Arendt em *Origens do totalitarismo*, e em última instância concordaríamos com a estratégia de argumentação que Eichmann utilizou para se defender.

A autora, seguindo a argumentação nesse mesmo texto, ainda coloca que uma lição para a sua geração de quanto as questões morais foi iniciada em 1933, com a ascensão de Hitler ao poder. Até então, a questão moral, para a sua geração, argumenta Arendt, era algo da ordem natural, sendo inimaginável que estas questões pudessem chegar ao ponto em que chegaram, considerando os abusos totalitários. Moralmente, isso não afrontou o século XX. O que torna complexo o problema da moral refere-se à adesão em massa com o movimento totalitário (ARENDR, 2003). Foi no julgamento que esta questão nasceu quando Arendt viu um sujeito “muito normal” sendo julgado. Sempre presente na História, a morte e os conflitos marcaram a sociedade ao longo do tempo, entretanto, a novidade reside na capacidade técnica de fazer matar em escala nunca imaginadas, e com recursos tecnológicos que em teoria serviriam para o “progresso” da humanidade.

O problema da moral e da ética dentro dos regimes totalitários se torna algo novo quando há uma organização política que introduz este tipo de crime na esfera pública (ARENDR, 2003). E o problema moral está vinculado ao desejo dos homens de “não perder o trem da história”, questão que Arendt já elucidava em *Origens*, passando por *Eichmann em Jerusalém* e agora também presente nos textos pós o julgamento em Jerusalém. Esse medo de perder o “trem da história” tomou de assalto figuras públicas de todas as esferas fazendo que “do dia para a noite” muitos mudassem completamente seu comportamento e crenças. Nesse sentido, sob o ponto de vista da moral, “tivemos que aprender tudo do zero, como que em estado bruto,

isto é, sem a ajuda de categorias e regras gerais nas quais incluir as nossas experiências.” (ARENDDT, 2003, p. 87).

Quando os acusados no julgamento de Nuremberg afirmaram que “qualquer um faria o mesmo, e se não fosse eu, seria outro”, eles estão se apoiando na teoria da engrenagem. Sob o ponto de vista da culpa e responsabilidade de cada um, a experiência totalitária confundiu as noções preliminares, quando os acusados se declararam como “meros dentes na engrenagem”. O sistema político é composto por uma gama de instituições e recursos humanos que compõem secretarias, órgãos, empresas públicas e enfim, toda a burocracia. Um pressuposto básico da burocracia moderna é o estabelecimento de normas para realização de ações-padrão que favoreçam a tomada de decisões, a ação pública e o direcionamento dessa ação para o bem comum. Quem entra ou quem sai de uma instituição não pode, por si, provocar alteração no funcionamento e na atividade de cada repartição. Quando os acusados se diziam “meros dentes de uma engrenagem” e que, de qualquer maneira, as ações voltadas à “Solução Final” teriam acontecido, de fato, sob este ponto de vista, não estavam mentindo. E isso confundia os padrões de avaliação de experiências tão extremas, como o nazismo. A partir dessa avaliação concreta, Arendt coloca uma nova pergunta: “Isso significa que ninguém mais poderia ser considerado pessoalmente responsável?”

Levar em consideração a teoria da engrenagem e dimensionar a complexidade das burocracias públicas, não tem a ver com a isenção pessoal de culpa e responsabilidade. Do mesmo modo que, não deveria estar em julgamento a História, o antissemitismo ou um sistema, mas sim o indivíduo. E, nesse caso o sujeito em julgamento fosse o representante do sistema, ou a acusação assim o fizesse parecer havia o risco desse sujeito tornar-se bode expiatório, não ocorrendo sob o ponto de vista moral, uma avaliação correta no que tange a justiça. Tanto os promotores no caso de Eichmann como ele mesmo tentaram estabelecer uma lógica argumentativa em que o sistema aparecia como culpado, um para acusar e o outro para se defender. A culpa abstrata – que não é de ninguém – não permite o julgamento de indivíduo algum. A culpa coletiva – a do sistema ou da nação – também não permite que se julgue a tomada de decisão individual ou coletiva. Para Arendt, há uma diferença enorme entre culpa e responsabilidade, a culpa deve ser aferida pessoal e subjetivamente. Assim:

Pois para a resposta: “Não fui eu quem cometeu o crime, mas o sistema no qual eu era um dente na engrenagem”, o tribunal imediatamente propõe a seguinte pergunta: “E por que você se tornou um dente na engrenagem ou continuou a sê-lo nessas circunstâncias?”. Se o acusado deseja transferir as responsabilidades, ele deve mais uma vez implicar outras pessoas, deve nomeá-las, e essas pessoas aparecem então como possíveis co-réus e não como a encarnação da necessidade burocrática ou de qualquer outro tipo (ARENDR, 2004, p. 94).

Além da própria escrita, da relação com o projeto de escrita e editorial da revista *New Yorker*, do conflito com a comunidade judaica, a matéria do juízo é o que mais chama a atenção de Hannah Arendt, e, por isso a autora estabelece uma nova categoria, a *banalidade do mal*.

Ao se transformar em dente na engrenagem, homens e mulheres que participaram das burocracias totalitárias estavam encontrando um lugar seguro no passado. O mesmo fazia a promotoria ao querer, para além de julgar o homem ali presente, controlar o passado, fornecendo uma interpretação segura sobre o holocausto. Somando ainda o fato de que, também, a promotoria estava interessada em fornecer bases históricas, capazes de tornar aquele julgamento um lugar de memória. Nesse sentido, penso que, de modo breve, podemos fazer um diálogo com o que chamei de “potencialidade do passado”, trazendo para o debate a concepção de História que Arendt possuía. A hipótese é a de que, quando a promotoria deixou claro seu posicionamento³¹ de que estava em jogo também um processo histórico, acabou sendo ativado um excesso de história que em nada poderia contribuir para o presente, e por isso, também, Hannah Arendt se coloca contra o julgamento.

A considerar pela como operou metodologicamente em *Origens do totalitarismo*, no que tange à sua visão de História, cabe acrescentar que o passado possuía para Hannah Arendt um papel fundamental na constituição do presente. Sempre que possível, o passado deveria superar a exaltação a um tempo que já se foi, e então, colaborar com os desafios do presente. Ao escrever sobre Walter Benjamin em *Homens em tempos sombrios*, Arendt reforça sua forma particular de pensar o

³¹ Este posicionamento foi discutido nas páginas anteriores neste mesmo trabalho, especificamente nas páginas 82,83 e 84.

tempo e a história, fórmula devedora ao amigo que fez no período em que esteve exilada em Paris.

Arendt faz questão de tornar singular o fenômeno histórico, para que a experiência seja contada, sem permitir que seus sentidos sejam perdidos em meio às buscas incansáveis por causas e categorias de pensamento pré-concebidas. Isso não só legitima a ruptura que o evento possa causar, mas também ilumina os traços políticos que permanecem mesmo após o fim do evento. Essa é a iluminação do passado que tanto Arendt preza, e que está intimamente ligada com uma expectativa que a autora possui em relação ao futuro da política.

Nesse sentido, o passado não seria lugar acomodado, mas sim um lugar que potencializaria o futuro. Ora, Hannah Arendt aponta que um dos centros do seu pensamento encontra-se em encarar os desafios próprios que o totalitarismo apresentou ao seu tempo, identificando que elementos presentes nas democracias contemporâneas estiveram também presentes nos regimes totalitários. Sendo assim, não era possível aceitar que Eichmann acomodasse suas ações no passado. O homem julgado era apequenado demais no interior de um movimento histórico superior. Dessa maneira, o passado não seria e mais, que somente o passado teria legitimidade para julgá-lo. Dessa maneira, o passado não seria lugar exclusivo de lembrar e cultuar o presente, mas sim de *rememorar* no sentido benjaminiano do termo. A proposta é de que, não se deve lembrar o passado por lembrar, mas sim rememorar, ou seja, de uma memória que potencialize o presente e tenha capacidade de transformá-lo, fornecendo elementos que ajudem os homens e enfrentar as adversidades e contingências da vida presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um diálogo entre as obras de Hannah Arendt pareceu-nos de fundamental importância para compreender a complexidade de cada uma delas. Neste caso, procuramos centralizar na obra *Eichmann em Jerusalém*. E o diálogo ficou circunscrito com *Origens do totalitarismo* e textos referentes à questão do juízo e da moralidade nos regimes totalitários, e, quando necessário, algumas rápidas incursões em outros trabalhos como *A condição humana* e textos em alguns periódicos. Os textos publicados em jornais durante a década de 40 e 50 são um indício de como Hannah Arendt se posicionava em relação à criação do Estado de Israel, e então, a forma como procedia o movimento sionista. Sendo assim, a experiência política e social foi um elemento central, também, para nossa análise.

Este caminho de escrita que levou em consideração às relações de Hannah Arendt com a comunidade sionista, partimos do pressuposto de que considerar os diferentes agentes e instituições que estão em relação com os posicionamentos dos autores quando produzem seus textos e relatos, nos pareceu interessante para o processo de compreensão da obra *Eichmann em Jerusalém*. Quando a autora vai para Israel para cobrir o julgamento como correspondente da revista *The New Yorker*, não podemos desconsiderar a relação que Arendt possui com o movimento sionista e com a comunidade judaica. Esta relação que estabelece-se em 1933 não termina com o fim do regime nazista, nem com a criação do Estado de Israel. Pelo contrário, o posicionamento de Hannah Arendt e suas críticas para como operava politicamente o sionista irá permanecer ativo e se reconfigurando, sendo mediada pela especificidade do momento.

Para além da frieza da lei e do julgamento, este evento cercou-se de diversos interesses, principalmente devido a orientação política que deu a promotoria de Israel. Hannah Arendt chamou o julgamento de Eichmann de “julgamento espetáculo” indicando este movimento por parte de Israel. Nesse sentido, entendemos que a autora para além de colocar o julgamento como farsa ou mentira, pode-se fazer uma leitura de como cada ator se posicionou durante o julgamento. Entender o tribunal e o início da sessão do julgamento como ritualistas onde os atores estão representando um papel é um caminho interessante para esta leitura.

Ao lançarmos a questão problema “como Hannah Arendt chega ao julgamento em Jerusalém?”, este trabalho se deparou com indícios que nos levaram à acreditar que Hannah Arendt mantém sua crítica ao sionismo durante o julgamento em Jerusalém e este é um importante componente para compreender *Eichmann em Jerusalém*. Da mesma forma, um diálogo com obras anteriores à produção dos relatos durante o julgamento, mostrou-se uma perspectiva profícua neste exercício de compreender esta obra específica de Hannah Arendt. Porém, sempre esteve dado o risco de que, ao levar em consideração posições políticas, conceitos, categorias das obras anteriores, poderíamos ofuscar a singularidade mesma da obra.

Para que conseguíssemos captar a singularidade, sendo este um dos principais papéis desempenhados pela escrita da História, procuramos compreender *Eichmann em Jerusalém* em sua especificidade. Os elementos utilizados pela autora para produzir os relatos sobre o julgamento são frutos de um momento único. Assim, apesar de ser importante levar em consideração as obras anteriores a década de 60, o trabalho procurou destacar a recombinação dos conceitos e categorias que a autora utilizou. Partimos do pressuposto, nesse sentido, de que o momento do julgamento demandou um exercício de compreensão por parte de Hannah Arendt. Julgar os crimes de guerra é uma tarefa, ainda hoje, muito complicada, exigindo da Justiça, dos tribunais e dos intérpretes da Lei e do Direito um profundo exercício de compreensão para com esta novidade.

No tribunal, ao se deparar com o ex-burocrata e a forma como este se esquivava e lidava com a questão da culpa, Hannah Arendt destaca o argumento da defesa de que Eichmann era um “bom cumpridor de ordens” e um “cidadão exemplar”. Caso os juízes seguissem esta perspectiva de que Eichmann estava cumprindo ordens, seria praticamente inviável julgar e condenar. A teoria do “dente na engrenagem” não poderia servir de parâmetro para que olhássemos para homens e mulheres que participaram e aderiram, de uma forma ou de outra, ao regimes totalitários. Ao fazerem parte da burocracia, eles não deixavam de existir, e sim continuavam a agir e a desempenharem tarefas. Se estavam seguindo ordens, para o tribunal, isso só serviria como indício para que a investigação continuasse e para que estes novos atores, considerados chefes superiores, também fossem investigados e responsabilizados pelos seus atos.

Afinal, como homens e mulheres, aparentemente normais, como era Eichmann, escolheram cooperar com o regime nazista? Eichmann foi considerado pelos peritos do tribunal como homem normal, bom pai de família e bastante lúcido. Isso intrigava todos durante o julgamento. Para lidar com esta questão, fomos até a obra *Origens do totalitarismo* e trabalhamos com o conceito de homem-de-massa, que para Hannah Arendt, foi o indivíduo fruto do fim da sociedade de classes. Este indivíduo não se atentaria para a coisa pública, para os assuntos políticos, para seu cotidiano e pela comunidade, e só se interessariam pelos grandes projetos e ideologias que não deixariam que eles perdessem o trem da história. Eles estavam interessados nas certezas absolutas que o movimento totalitário fornecia, entre elas o cumprimento da Lei da História ou a busca por uma raça superior.

Durante o julgamento, Eichmann encontrou conforto no passado. Para ele, sua consciência permanecia tranquila e somente seria um julgamento honesto se fosse julgado de acordo com as regras que ele seguia naquele momento. Questionado se considerava-se arrependido por algum feito, ele manifestou que sentia apenas arrependimento de não ter alcançado um posto maior na carreira. Esse elemento da “lealdade total”, Arendt já havia estabelecido em *Origens* e identifica-o em Eichmann que afirmou que caso fosse preciso, mataria o próprio pai em nome do movimento e para cumprir suas ordens. Em *Eichmann em Jerusalém*, ela vai, então, destacar a características carreirista e a incapacidade de pensar de Eichmann e de outros que aceitavam qualquer ordem.

Um trabalho de maior fôlego, para além dos 24 meses disponíveis durante o Mestrado, poderia excursionar de maneira mais densa entre outros textos e obras de Hannah Arendt, e ainda, também, estabelecer um diálogo maior com sua teoria política. Vale lembrar também que, apesar de considerarmos a leitura de *A vida do espírito*, não foi objeto deste trabalho a investigação desta obra inacabada de Hannah Arendt que dialoga também com *Eichmann em Jerusalém*. Este é também um debate importante que poderá ser feito em outro momento.

Poderia também, pensando em um diálogo mais denso, uma comparação com outros teóricos da política, sobretudo no que se refere a questão da burocracia, principalmente com Max Weber. A política que é sinônimo de liberdade e espontaneidade, relaciona-se de maneira tensa e complexa com as burocracias enquanto domínio e organização do poder político constituído.

Não foi objetivo deste trabalho fornecer ou apresentar um caminho definitivo para compreender a obra *Eichmann em Jerusalém*, mas sim apostou-se em um dos caminhos possíveis e dialogando com obras e textos também escolhidos no diálogo com o orientador e com a banca de qualificação. Este caminho escolhido, entretanto, pode sim, somar-se a outras possibilidades, algumas de maior fôlego, e então colaborar para uma leitura densa sobre as ideias políticas do século XX.

Bibliografia

AARÃO REIS FILHO, D.; FERREIRA, J.; ZENHA, Celeste. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ADLER, Laure. *Nos passos de Hannah Arendt*. Tradução Tatiana Salem Levy e Marcelo Jaques. Rio de Janeiro: Record, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGUIAR, Odílio Alves. *Filosofia e política do pensamento de Hannah Arendt*. Fortaleza: Ed. UFC, 2000.

AGUIAR, Odílio A. Et. al. (orgs.) *Origens do totalitarismo – 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

AGUIAR, Odílio Alves. Violência e banalidade do mal. In: *Revista Cult – Dossiê Hannah Arendt*, N 129, Ano 11, Out/2008.

AMIEL, Anne. *A não-filosofia de Hannah Arendt – Revolução e julgamento*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, DATA.

_____. *A dignidade da política*. Tradução de Helena Martins, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002 b.

_____. *A vida do espírito*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

_____. *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. 10ª reimpressão, São Paulo: Companhia das letras, 2010 a.

_____. *Homens em tempos sombrios*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O conceito de amor em Santo Agostinho*. Tradução de Alberto Pereira Dinis. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

_____. *O que é política?* Tradução de Reinaldo de Guarany, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 a.

_____. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 7ª reimpressão, São Paulo: Companhia das letras, 2007.

_____. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

_____. Rosa Luxemburgo: 1871-1919. In: *Homens em tempos sombrios*. Tradução: Denise Bottmann, São Paulo: Companhia das letras, 1987.

_____. To save the Jewish homeland. In: *The Jewish Writings*. New York: Schocken Books, 2007.

_____. Zionismo reconsidered. In: *The Jewish Writings*. New York: Schocken Books, 2007.

ASSIS, Artur Oliveira Alfaix. *O que fazem os historiadores quando fazem História? A teoria da História em Jörn Rüsen e Do Império à República de Sergio Buarque de Holanda*. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre. Universidade de Brasília, 2004.

BARRACLOUCH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. São Paulo: Círculo do Livro, 1964.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: *Obras escolhidas I, Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. P. 183-191.

BREPOHL, Marion (org.). *Eichmann em Jerusalém – 50 anos depois*. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

CORREIA, Adriano (org.) *Transpondo o abismo: Hannah Arendt entre a filosofia e a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAVES, Rosângela. *A capacidade de julgar – um diálogo com Hannah Arendt*. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt – passo – a – passo*. São Paulo: Jorge Zahar Ed., 2007.

COURTINE-DENAMY, S. *O cuidado com o mundo – diálogo entre Hannah Arendt e alguns de sus contemporâneos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura – política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ELIAS, Norbert. “O Colapso da civilização”. In: Os alemães: a luta pela poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Tradução de: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p 267-355.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

HOBSBAWM, Eric. *Era das revoluções (1789-1848)*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Pinchel. 16ª Edição Revista, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *Era dos Extremos: O Breve século XX (1914-1991)*. Tradução de Marcos Santarrita, 2ª edição, 32ª reimpressão. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

JARDIM, Eduardo. *Hannah Arendt – pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos – um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Hannah Arendt – pensamento, persuasão e poder*. 2º ed., rev e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LEFORT, Claude. Hannah Arendt e a questão do político. In: *Pensando o político – ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MORAES, Eduardo J. E Newton Bignotto (orgs.) *Hannah Arendt – diálogos, reflexões e memórias*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva: Sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In.: *Escritos sobre História*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

OLIVEIRA, Heitor Moreira de. *A performance do litígio: oralidades e visualidades na ritualística jurídica*. Monografia apresentada para obtenção do título de bacharel em Direito. Universidade Federal de Goiás, 2013.

PERELMAN, Chaim. *Retóricas*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PROTS, Antoine e VINCENT, Gerárd (org.). *História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras 1992. V. 5.

RUSEN, Jorn. *Razão Histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 reimpressão, 2010.

SCHECHNER, Richard. O que é performance?. In *O Percevejo*, ano 11, 2013, n.12, p. 25 a 50

VAZ, Éden Farias. *Banalidade do mal: Colapsos morais no 3 Reich*. Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Filosofia. Universidade de Federal de Goiás, 2011.

VILALON, Eduardo Martins de Azevedo, Jusnaturalismo e Contratualismo em Hobbes e Locke: Do estado de natureza ao estado político. In: *Jus Humanum – Revista Eletrônica de ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul*. São Paulo, v.1, n. 1, jul./dez. 2011

YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. *Hannah Arendt: por amor ao mudo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1987.

